

Câmara Municipal de Alpiarça

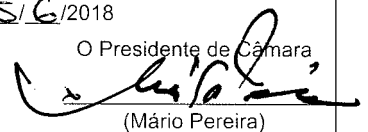


Prestação de Contas Consolidadas
2017

À Reunião de Câmara

25/6/2018

O Presidente de Câmara



(Mário Pereira)

Presente em Reunião de Câmara de 25/6/2018

Deliberação: Aprovado por
14 votos e 3 votos a favor
da CDU e 2 abstenções
do PS.

+ Juno Paulino

Presente em Assembleia Municipal de 29/6/2018

Deliberação: 8 abstenções (14 votos + PS)
8 votos favor (CDU)

Aprovado por maioria
Ar. Crispiano



ÍNDICE

Nota introdutória	2
Grupo a consolidar	2
Consolidação de contas	4
Balanço consolidado	5
Demonstração de resultados consolidados	7
Fluxos de caixa consolidados	8
Anexos às demonstrações financeiras	9
I – Informações referente às entidades que entram no perímetro de consolidação	9
II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	10
III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação	11
IV – Informações relativas a compromissos	12
V – Informações relativas a políticas contabilísticas	12
VI – Informações relativas a determinadas rubricas	13
VII – Informações diversas	17
VIII – Outras informações	18
Declaração de responsabilidades	--
Certificação legal de contas	--

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De fato, o n.º 1 do artigo 75º estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Por outro lado, a informação financeira das entidades que integram o perímetro da consolidação, tornou-se, com a entrada da referida lei, informação de relevância extrema para efeitos de controlo da dívida total de operações orçamentais (art.ºs. 52º e 54º), uma vez que as dívidas dessas entidades podem relevar para efeitos de apuramento do montante da dívida de cada município.

A consolidação de contas é uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse. No processo de consolidação de contas elaboram-se as demonstrações financeiras de cada uma das entidades consideradas individualmente.

Aplicando-se ao município e às participadas sistemas contabilísticos distintos, respetivamente o POCAL e o SNC, tornou-se necessário proceder previamente a um conjunto de reclassificações nas contas das participadas de modo a tornar compatíveis os documentos a consolidar, quando aplicável o método integral.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidados e submete-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI).

2. GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da RFALEI, a AGROALPIARÇA, CIPRL é integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o método de consolidação integral.

A participada AR-Águas do Ribatejo, EM, SA foi integrada no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, pelo fato do município de Alpiarça participar no respetivo capital social em mais de 5% e menos de 10%.

Entidade consolidante

Município de Alpiarça (CMA)

NIF: 501 133 097.

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA.

Natureza da atividade: Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.

Atividade desenvolvida encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo executivo em 20 de abril de 2018 e pela Assembleia Municipal em 30 de abril de 2018.

Entidades consolidadas

Método Integral

Agroalpiarça, CIPRL (AGRO)

NIF: 502 000 066.

Capital social – 150.000,00€.

Participação direta do município de Alpiarça no capital social – 99,87%.

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos.

Atividade desenvolvida – O Relatório de Contas de Atividades, Conta de Gerência e anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral em 17 de abril de 2018.

Método de Equivalência Patrimonial

Rubricas	Valores	Participação CMA 5,4%
Capital próprio	56 816 334,14	
Ajust./outras variações CP	40 632 679,99	
Resultado liquido	2 166 171,52	116 973,26
Capital próprio "liquido"*	14 017 482,63	756 944,06

*Ao capital próprio retiramos o valor de ajustamentos/outras variações do capital próprio, por se tratar, de acordo com o POCAL, subsídios ao investimento (proveitos diferidos).

AR – Águas do Ribatejo, EM, SA

NIF: 508 345 464.

Capital social – 6.871.681,00€.

Participação direta do município de Alpiarça no capital social – 5,4%.

Natureza de atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social.

Atividade desenvolvida – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Concelho de Administração no dia 28 de março de 2018.

De realçar a situação da empresa LT-Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, que foi dissolvida durante o ano de 2017 e como tal deixou de integrar o perímetro de consolidação, comparativamente a anos anteriores.

3. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas aprovadas pela empresa AR – Águas do Ribatejo, EM, SA, foram objeto de certificação pela entidade Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Os documentos consolidados que se apresentam são:

Balanço;

Demonstração de Resultados;

Resumo dos Fluxos de Caixa;

Anexos às Demonstrações Financeiras, com divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeitos como interesses minoritários.

Após a apresentação dos documentos supra citados serão anexadas as notas aos mesmos.



Balanco consolidado

ACTIVO	31-dez-17 Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	31-dez-16	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31-dez-17	31-dez-16
IMOBILIZADO					FUNDO PRÓPRIO		
Bens de Domínio Público:					Património	36 548 220,67	36 327 343,73
					Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	385 425,50	232 490,58
Terrenos e recursos naturais	653 970,75	0,00	653 970,75	653 970,75	Reservas de avaliação	52 947,91	49 960,84
Outras Construções e Infra-estruturas	31 927 579,72	19 866 281,13	12 061 298,59	13 983 693,20	Reservas:		
Bens de Património histórico, artístico e cultural	255 308,75	0,00	255 308,75	255 308,75	Reservas legais	265 162,52	265 162,52
Imobilizações em curso	328 522,35	0,00	328 522,35	87 964,49	Outras reservas	93 611,66	93 611,66
	33 165 381,57	19 866 281,13	13 299 100,44	14 980 937,19	Diferenças de conversão	0,00	0,00
					Doações	136 230,69	123 930,69
Imobilizações Incorpóreas:					Reservas decorrentes de transferência de ativos	182 404,61	182 404,61
Despesas de instalação	108 933,46	9 651,81	99 281,65	166 914,02	Resultados transitados	(12 798 332,50)	(11 652 386,56)
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	Diferenças de consolidação	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	686,44	686,44	0,00	0,00	Resultado líquido do exercício	(990 340,59)	(1 046 329,57)
Imobilizações incorpóreas em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			
Adiantamentos p. conta imobiliz. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00			
Diferenças de Aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00			
	109 619,90	10 338,25	99 281,65	166 914,02	Total do Capital Próprio	23 875 330,47	24 576 188,50
Imobilizações Corpóreas:					Interesses minoritários	(81,30)	(140,65)
Terrenos e recursos naturais	7 177 290,91	32 018,76	7 145 272,15	6 767 846,60			
Edifícios e outras construções	20 109 239,95	3 394 199,80	16 715 040,15	17 061 178,62			
Equipamento básico	2 557 379,97	2 241 758,19	315 621,78	316 974,37			
Equipamento de transporte	1 441 644,10	1 235 888,03	205 756,07	221 547,72	PASSIVO:		
Ferramentas e utensílios	143 607,74	141 365,97	2 241,77	3 131,78	Provisões:		
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	Provisões para pensões	0,00	0,00
Equipamento administrativo	463 068,97	450 630,95	12 438,02	12 029,39	Provisões para impostos	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	332 059,56	313 287,72	18 771,84	25 700,58	Outras provisões	0,00	0,00
Imobilizações em curso	39 300,00	0,00	39 300,00	0,00		0,00	0,00
Adiantamentos p. conta imobiliz. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros-Médio e Longo Prazo		
	32 263 591,20	7 809 149,42	24 454 441,78	24 408 409,06	Dívidas a instituições de crédito	4 817 155,90	5 997 263,09
					Fornecedores c/c	0,00	0,00
Investimentos Financeiros:					Outros credores	132 372,80	176 497,80
Partes de capital em empresas do grupo	2 761,41	0,00	2 761,41	2 394,18		4 949 528,70	6 173 760,89
Partes de capital em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
Obrigações e títulos de participação	1 182 790,12	0,00	1 182 790,12	1 085 783,58	Dívidas a instituições de crédito	700 000,00	350 000,00
Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	Fornecedores c/c	1 174 880,78	966 239,79
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	Fornecedores facturas em conferencia	98 506,79	109 311,17
	1 185 551,53	0,00	1 185 551,53	1 088 177,76	Fornecedores titulos a pagar	0,00	0,00
CIRCULANTE					Fornecedores de imobilizado c/c	167 459,36	30 678,24
Existências:					Adiantamento de clientes	0,00	0,00
					Estado e outros entes públicos	116 989,71	121 312,37
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	201 905,99	26 800,18	175 105,81	188 885,95	Administração Autárquica	1 175,26	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	34 185,85	0,00	34 185,85	46 923,64	Empréstimos MLP - componente C/P	1 159 785,39	1 306 445,70
Produtos acabados e intermédios	111 213,23	0,00	111 213,23	110 416,36	Outros credores	102 630,62	463 684,93
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	145,26		3 521 427,91	3 347 672,20
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
Ajustamentos de existências	0,00	0,00	0,00	0,00	Acréscimos de custos	714 493,86	493 849,02
	347 305,07	26 800,18	320 504,89	346 371,21	Proveitos diferidos	7 655 167,04	8 006 801,48
					Ajustos em contratos futuros	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
						8 369 660,90	8 500 650,50
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:							
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00			
Clientes, contribuintes e utentes c/c	178 934,35	0,00	178 934,35	446 577,83			
Clientes cobrança duvidosa	335 077,25	335 077,25	0,00	0,00			
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	1,38			
Outros devedores	119 409,96	0,00	119 409,96	146 556,07			
	633 421,56	335 077,25	298 344,31	593 135,28			
Depósitos Bancários e Caixa:							
Depósitos bancários	128 691,29		128 691,29	103 570,94			
Caixa	8 897,60		8 897,60	511,35			
	137 588,89	0,00	137 588,89	104 082,29			
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:							
Acréscimos de proveitos	901 726,49	0,00	901 726,49	896 620,97			
Custos diferidos	19 326,70	0,00	19 326,70	13 483,65			
Activos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00			
	921 053,19	0,00	921 053,19	910 104,62			
Total Amortizações		27 685 768,80		0,00		16 840 617,51	18 022 083,59
Total Provisões		361 877,43		0,00		40 715 866,68	42 598 131,44
Total do Activo	70 957 677,63	28 047 646,23	40 715 866, 68	42 598 131,44	Total do Capital Próprio e do Passivo		

Movimentos de consolidação – Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas

1	Anulação da participação social na AGRO	149 805,00	abate	55	149 805,00
				51	149 805,00
2	Dívidas da CMA à AGRO	2 101,10	abate	22	2 101,10
				36	1 683,20
				62	417,90
		16 186,75		21	16 186,75
				7112	16 186,75
3	Dívidas da AGRO à CMA (bens e serviços)	102 089,44	abate	21	102 089,44
				59	102 089,44
		84 173,75		27	84 173,75
				59	84 173,75
4	Dívidas da AGRO à CMA (Rendas)	307 354,65	abate	218	281 457,58
				268	25 897,07
				78	25 897,07
				59	281 457,58
		307 354,65		268	307 354,65
				62	25 897,07
				59	281 457,58
		281 457,58		671	281 457,58
				291	281 457,58
4	Empréstimo da CMA a AGRO (suprimentos)	194 258,47	abate	28	194 258,47
				25	194 258,47
5	Devedores por acréscimo de resultados	3 544,65	abate	27	3 544,65
				71	3 544,65

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidados

	31-dez-17 (1)	31-dez-16 (2)		31-dez-17 (1)	31-dez-16 (2)
CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			Vendas:		
Mercadorias / materiais	199 809,82	193 941,34	Mercadorias	10 855,74	8 638,80
			Produtos	403 653,55	244 971,70
Fornecimentos e serviços externos	1 645 295,43	1 579 551,22	Prestações de serviços	304 031,68	359 865,71
			Impostos e taxas	1 135 802,55	1 005 058,80
Custos com o pessoal:			Variação da produção	(10 424,67)	(24 440,01)
Remunerações	2 337 559,40	2 212 295,69	Trabalhos para a própria empresa	0,00	19 869,91
Encargos sociais:			Proveitos suplementares	268 246,40	288 000,81
Pensões	604 659,20	576 669,21	Subsídios à exploração	4 011 920,57	3 940 844,22
Outros	0,00	0,00	Outros proveitos e ganhos operacionais	87 974,65	80 525,18
			Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	0,00
Amortizações do imob. Corpóreo, incorpóreo e bens de domínio Público	2 483 083,46	2 484 672,89	(B)	6 212 060,47	5 923 335,12
Ajustamentos	0,00	0,00	Ganhos em empresas do grupo e associadas	0,00	0,00
Provisões	290 333,16	54 236,52	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
			Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
Transf. e subsid. Concedidos	277 634,83	324 422,55	Relativas a empresas do grupo	0,00	0,00
Outros custos e perdas operacionais	9 341,17	9 646,32	Outros	0,00	0,00
(A)	7 847 716,47	7 435 435,74	Outros juros e proveitos similares:		
			Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00
Perdas em empresas do grupo e associadas	0,00	0,00	Outros	266 948,23	139 530,88
Amortizações e ajustamentos de aplicações e invest. financeiros	0,00	0,00	(D)	6 479 008,70	6 062 866,00
Juros e custos similares:			Proveitos e ganhos extraordinários	775 961,38	611 185,62
Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00			
Outros	209 847,15	227 297,48			
(C)	8 057 563,62	7 662 733,22			
Custos e perdas extraordinários	187 509,42	57 564,10			
(E)	8 245 073,04	7 720 297,32			
Impostos sobre o rendimento do exercício	137,17	83,68			
(G)	8 245 210,21	7 720 381,00			
Resultado Líquido atribuível Interesses Minoritários	100,46	0,19			
Resultado Líquido atribuível Accionistas	(990 340,59)	(1 046 329,57)			
	7 254 970,08	6 674 051,62	(F)	7 254 970,08	6 674 051,62
			Resultados Operacionais	(B)-(A)	(1 635 656,00)
			Resultados Financeiros	(D)-(C-A)	57 101,08
			Resultados Correntes	(D)-(C)	(1 578 554,92)
			Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)	(990 102,96)
			Resultado líquido do Exercício antes IM	(F)-(G)	(990 240,13)
			Resultado líquido do Exercício		(990 340,59)

Movimentos de consolidação – Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

1 Dívidas da CMA à AGRO	16 186,75	abate	7112 62	16 186,75 417,90
2 Dívidas da AGRO à CMA (bens e serviços)	102 089,44	abate	59	
3 Renditas de terrenos da CMA à AGRO - Custos da AGRO	25 897,07	abate	62 78 671	25 897,07 25 897,07 281 457,58
4 Devedores por acréscimo de resultados	3 544,65	abate	71	3 544,65

Fluxos de caixa consolidados

Recebimentos	Município de Alpiarça		Agroalpiarça		Total agregado		Eliminação recíprocas	Total consolidado	
Saldo da gerência anterior		90 005,28		14 077,01		104 082,29			104 082,29
Execução orçamental	23 321,47		14 077,01		37 398,48			37 398,48	
Operações de tesouraria	66 683,81		0,00		66 683,81			66 683,81	
Total das receitas orçamentais		6 795 225,71		394 054,18		7 189 279,89			7 127 278,58
Receitas correntes		5 623 877,39		384 979,57		6 008 856,96	-62 001,31		5 946 855,65
Receitas de capital		1 168 270,16		9 074,61		1 177 344,77			1 177 344,77
Receitas outras		3 078,16		0,00		3 078,16			3 078,16
Operações de tesouraria		504 858,14		0,00		504 858,14			504 858,14
Total ---		7 390 089,13		408 131,19		7 798 220,32			7 736 219,01
Pagamentos									
Total das despesas orçamentais		6 806 000,24		355 955,02		7 161 955,26			7 099 953,95
Despesas correntes		4 730 625,64		331 164,09		5 061 789,73	-62 001,31		4 999 788,42
Despesas de capital		2 075 374,60		24 790,93		2 100 165,53			2 100 165,53
Operações de tesouraria		498 676,17		0,00		498 676,17			498 676,17
Saldo para gerência seguinte		85 412,72		52 176,17		137 588,89			137 588,89
Execução orçamental	12 546,94		52 176,17		64 723,11			64 723,11	
Operações de tesouraria	72 865,78		0,00		72 865,78			72 865,78	
Total ---									

Movimentos de consolidação – Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

	Município de Alpiarça			Agroalpiarça, CIPRL			
Receitas Correntes	5 623 877,39	5 619,00	5 618 258,39				Faturação paga pela AGRO à CM
Despesas correntes				331 164,09	5 619,00	325 545,09	
Despesas correntes	4 730 625,64	56 382,31	4 674 243,33				Faturação paga pela CM à AGRO
Receitas Correntes				384 979,57	56 382,31	328 597,26	

Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Alpiarça

I – Informação referente às entidades que entram no perímetro de consolidação

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação (Método Integral)

De acordo com o estabelecido com o art.º 75º da RFALEI, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado ponderados todos esses fatores, concluiu-se que o perímetro de consolidação engloba o Município de Alpiarça e a Agroalpiarça, CIPRL, cujo capital é detido em 99,87% pela CMA.

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade	Método consolidação
Agroalpiarça, CIPRL	Alpiarça	99,87	Cooperativa, produção de vinhos	Integral

De acordo com o estipulado no n.º 5.3 da Portaria n.º 474/2010 de 01 de julho.

Nota 2 – Entidades excluídas da consolidação

De acordo com o artigo mencionado anteriormente, as empresas que não forem incluídas no perímetro de consolidação, são as que constam no seguinte quadro:

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
AMPV	Cartaxo	1,3	Afirmação da entidade histórico-cultural, patrimonial, económico-social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.
ANPC	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local.
APMCH	Lamego	0,52	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos.
CIMLT	Santarém	5,8	Artigo 2º dos estatutos da CIMLT publicados no diário da Republica, 2ª série-n.º 6 – o janeiro de 2014.
RESIURB	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.
Tagusgás, SA	Cartaxo	0,01	Exploração da rede de distribuição de gás natural.

Relativamente a estas entidades não se verificam os requisitos para se incluírem na consolidação de contas.

As associações de municípios e a comunidade intermunicipal em que o município participa são consideradas entidades consolidantes, não integrarão o perímetro de consolidação.

Nota 3 – Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
AR Águas do Ribatejo, EM, SA	Salvaterra de Magos	5,4	Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para o consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social.

De realçar que a empresa LT-Sociedade de reabilitação Urbana, EM, foi dissolvida com liquidação em 23-02-2017.

Nota 4 – Entidades associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Não aplicável.

Nota 5 – Entidades objeto de consolidação proporcional

Não aplicável.

Nota 6 – Outras participações não consolidadas e não incluídas nas notas 1 a 4

Não aplicável.

Nota 7 – Número médio de colaboradores ao serviço

O número total de colaboradores ao serviço do grupo Município de Alpiarça, no exercício de 2017, foi de 151, assim distribuído:

Entidade	Ano	Número de colaboradores
Município de Alpiarça (balanço social)	2017	145
Agroalpiarça, CIPRL	2017	6

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 8 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Como até à presente data ainda não foram publicadas as normas de consolidação de contas em POCAL prevista nos planos setoriais nem uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo foram observados os princípios de consolidação de contas estipulados na Portaria n.º 474/2010, de 01 de julho, com a aprovação da Orientação 1/2010, assim como normas e instruções definidas no SATAPOCAL.

Nota 9 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 10 – Diferenças de consolidação

Método de cálculo das diferenças de consolidação

Considerando que o método de consolidação utilizado é o integral, adotou-se o previsto na norma contabilística e de relato financeiro NCRF-15 – investimentos em subsidiárias e consolidação, publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

De referir que esta norma para efeitos de eliminações de investimentos financeiros e apuramento das diferenças de consolidação remete para a NCRF – 14 – Concentrações de atividades empresariais, devidamente adaptada.

Nota 11 – derrogação às regras gerais de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável.

Nota 12 – Eliminações não efetuadas por serem materialmente irrelevantes

Não aplicável.

Nota 13 – Demonstrações financeiras integradas na consolidação elaboradas em data diferente das da entidade mãe e acontecimentos importantes ocorridos entre a data dos balanços das entidades incluídas na consolidação e balanço consolidado.

Não aplicável.

Nota 14 – Comparabilidade e alterações no perímetro de consolidação

No ano de 2017 a empresa LT-Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, foi dissolvida com liquidação, de acordo com a deliberação da sua Assembleia Geral de 23-02-2017.

Nota 15 – Utilização de critérios valorimétricos diferente dos utilizados nas demonstrações financeiras individuais

A entidade Agroalpiarça, CIPRL, utiliza como sistema contabilístico o SNC, o que faz com que os critérios valorimétricos, em alguns casos, sejam diferentes, no entanto não foram feitos os ajustamentos em causa, devido aos valores não serem considerados relevantes.

Nota 16 – Ajustamentos excecionais efetuados com fins fiscais

Não aplicável.

Nota 17 – Amortizações das diferenças de consolidação para além de cinco anos

Não aplicável.

Nota 18 – Contabilização das participações em associadas

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas pelo valor de aquisição.

Nota 19 – Discriminação das diferenças de aquisição pelo método de equivalência patrimonial quando não refletidas no balanço consolidado

Não aplicável.

Nota 20 – Critérios valorimétricos das associadas diferentes dos utilizados na consolidação

A entidade Agroalpiarça, CIPRL, utiliza como sistema contabilístico o SNC, o que faz com que os critérios valorimétricos, em alguns casos, sejam diferentes, no entanto não foram feitos os ajustamentos em causa, devido aos valores não serem considerados relevantes.

IV – Informações relativas a compromissos

V – Informações relativas a políticas contabilísticas

Nota 21 – Critérios de valorimetria

Imobilizado

Os ativos imobilizados, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo-se aplicado as taxas previstas no CIBE.

A entidade Agroalpiarça, CIPRL, utiliza o SNC, o que faz com que os critérios valorimétricos sejam diferentes, no entanto não foram feitos os ajustamentos em causa, devido aos valores não serem considerados relevantes.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quanto às dívidas de terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados de médio e longo prazo quando têm maturidade superior a 12 meses e de curto prazo quando a sua maturidade é inferior a esse prazo.

Especialização de exercícios

Os custos e proveitos registam-se de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Nota 22 – Cotações para conversão em moeda nacional das dívidas a pagar em moeda estrangeira

Não aplicável.

VI – Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 23 – Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

Refere-se ao custo dos diferentes projetos de obras, de engenharia executados pela Autarquia.

Nota 24 – Amortizações de “trespasses” para além de 5 anos

Não aplicável.

Nota 25 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Ativo circulante	Ativo bruto	AP	Ativo liquido
Bens domínio público	33 165 381,57	19 866 281,13	13 299 100,44
Imobilizações incorpóreas	109 619,90	10 338,25	99 281,65
Imobilizações corpóreas	32 263 591,20	7 809 149,42	24 454 441,78
Investimentos financeiros	1 185 551,53	0,00	1 185 551,53
Total do ativo imobilizado	66 724 144,20	27 685 768,80	39 038 375,40

Nota 26 – Custos financeiros capitalizados no exercício

Não aplicável.

Nota 27 – Amortizações e ajustamentos extraordinários feitos exclusivamente para fins fiscais

Não aplicável.

Nota 28 – Diferenças entre os custos dos elementos do ativo circulante e respetivos preços de mercado

Não aplicável.

Nota 29 – Atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado

Não aplicável.

Nota 30 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo circulante

Ativo circulante	Ativo bruto	AP	Ativo liquido
Existências	347 305,07	26 800,18	320 504,89
Dívidas de curto prazo	633 421,56	335 077,25	298 344,31
Depósitos em inst. financeiras e caixa	137 588,89	0,00	137 588,89
Total do ativo circulante	1 118 315,52	361 877,43	756 438,09

Nota 31 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de 5 anos

Não aplicável.

Nota 32 – Dívidas a terceiros cobertos com garantias reais

Não aplicável.

Nota 33 – Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e correspondentes quantias arrecadadas

Não aplicável.

Nota 34 – Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

A Agroalpiarça, CIPRL tem como atividade principal a Agricultura e comércio de vinhos.

Nota 35 – Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais

Não aplicável.

Nota 36 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

Não aplicável.

Nota 37 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes dos membros de órgãos autárquicos do Município de Alpiarça e órgãos sociais da Agroalpiarça, CIPRL totalizam, no ano de 2017, o valor de 90.491,64€.

Entidade	Valor
Município de Alpiarça	90.491,64
Agroalpiarça, CIPRL	0

Nota 38 – Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da entidade-mãe

Não aplicável.

Nota 39 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros

Não aplicável.

Nota 40 – Reavaliações

Não aplicável.

Nota 41 – Comparabilidade dos exercícios

Relativamente à entidade AR – Águas do Ribatejo, EM, SA nas contas consolidadas de 2017 foi retirado o valor de ajustamentos/variações ao capital próprio, pois de acordo com o POCAL esse montante (subsídios ao investimento) é considerado como proveitos diferidos. Como nas contas consolidadas de 2016 não fizemos este procedimento, reinscrevemos agora o valor correto (Balanço consolidado).

Nota 42 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
68	Financeiros	209 847,15	227 297,48	78	Financeiros	266 948,23	139 530,88

Resultados

57 101,08

Nota 43 – Demonstração consolidada de resultados extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
69	Extraordinários	187 509,42	57 564,10	79	Extraordinários	775 961,38	611 185,62

Resultados

588 451,96

Nota 44 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	45 398,52	316 478,91	0,00	361 877,43

Nota 45 – Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não aplicável.

Nota 46 – Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço consolidado

Não aplicável.

VII – Informações diversas

Nota 47 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo					Eliminação movimentos recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Alpiarça	Serviço Municipalizado	Empresa Municipal	Agroalpiarça	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
2312	4 684 890,21	0,00	0,00	326 524,16	5 011 414,37	-194 258,47	4 817 155,90
268	132 372,80	0,00	0,00	0,00	132 372,80	0,00	132 372,80
					0,00		
Total	4 817 263,01	0,00	0,00	326 524,16	5 143 787,17	-194 258,47	4 949 528,70

Notas:

2312 - 194.258,47 Referente ao empréstimo concedido à Agroalpiarça (Suprimentos)

Endividamento consolidado de curto prazo

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de curto prazo					Eliminação movimentos recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Alpiarça	Serviço Municipalizado	Empresa Municipal	Agroalpiarça	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
231	700 000,00	0,00	0,00	0,00	700 000,00	0,00	700 000,00
221C	1 130 438,06	0,00	0,00	46 543,82	1 176 981,88	-2 101,10	1 174 880,78
228	98 506,79	0,00	0,00	0,00	98 506,79	0,00	98 506,79
222	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
252C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
253C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
254C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
255C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611C	167 459,36	0,00	0,00	0,00	167 459,36	0,00	167 459,36
219	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24C	110 162,16	0,00	0,00	6 827,55	116 989,71	0,00	116 989,71
264	1 175,26	0,00	0,00	0,00	1 175,26	0,00	1 175,26
23C	1 159 785,39	0,00	0,00	0,00	1 159 785,39	0,00	1 159 785,39
268C	372 168,25	0,00	0,00	121 990,77	494 159,02	-391 528,40	102 630,62
Total	3 739 695,27	0,00	0,00	175 362,14	3 915 057,41	-393 629,50	3 521 427,91

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo autárquico

Tipo de fluxos	Município de Alpiarça / Agroalpiarça									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6 = (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11 = (7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00	194 258,47				194 258,47
Relações comerciais	5 586,40	66 983,16		56 382,81	16 186,75	356 000,23	59 062,86		5 619,00	409 444,09
Participações do capital - numerário					0,00	149 258,47				149 258,47
Participações do capital - espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	5 586,40	66 983,16	0,00	56 382,81	16 186,75	699 517,17	59 062,86	0,00	5 619,00	752 961,03

Nota 48 – responsabilidades contingentes (processos judiciais em curso)

O gabinete jurídico deste município considera que há hipotéticas responsabilidades futuras para o município, como tal vamos, em 2018, criar provisões para processos judiciais em curso no valor de 404.009,06€.

VIII – outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e o valor dos bens e direitos que constituem o respetivo ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de dezembro de 2017 e que constituem o passivo do grupo. A diferença entre aqueles dois agregados representam os fundos próprios do grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respetiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado, em 2017, traduziu-se num resultado negativo de 990.340,59€, influenciado pelo valor das amortizações do exercício que montam a 2.483.083,46€.



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(Conforme Resolução do Tribunal de Contas número 01/2018, 2.ª Série, de 09 de fevereiro do ano 2018)

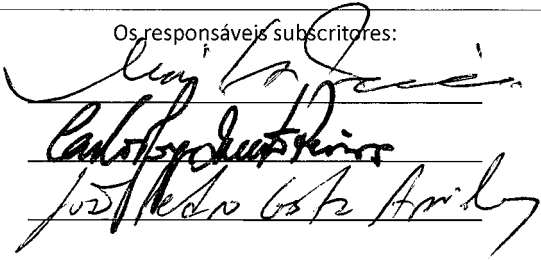
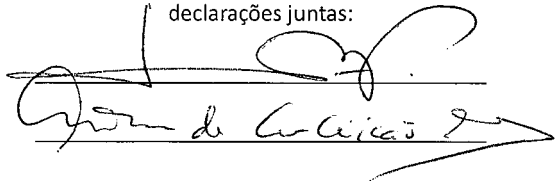
No âmbito do processo de prestação de contas consolidadas da gerência/exercício do ano 2017 do Município de Alpiarça declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) Não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública, atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) Identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) Não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) Evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) Incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) Foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes:

- g) Respeitaram as normas da contratação pública aplicáveis;
- h) Asseguraram o cumprimento pontual e tempestivo de todos os acordos e contratos com terceiros;
- i) Respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

Alpiarça, 25 de junho de 2018

Os responsáveis subscritores:  _____ _____	Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:  _____ _____ _____ Nota: Junta(m)-se <u>1</u> Declaração(ões);
--	---

DECLARAÇÃO

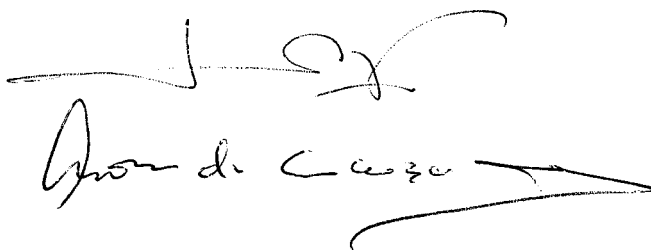
No âmbito do processo de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício do ano de 2017 do Município de Alpiarça, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e António da Conceição Moreira, vereadores eleitos pelo PS, declaram que a subscrição da Declaração de responsabilidade, nos termos da resolução nº 1/2018 do Tribunal de Contas, é condicionada, nos termos e pelas razões constantes desta declaração, designadamente;

1 – Tem por pressuposto o facto de as mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da autarquia e certificadas pelo ROC, aceitando-se, por isso, que se encontra verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

2- Que os ora subscritores abstiveram-se na votação, em reunião de câmara, em virtude de haver dúvidas:

- a) Quanto à correspondência efetiva dos valores declarados em termos de imobilizado com os inscritos e, bem assim, com a correspondência do valor efetivamente consolidado, por terem existido contratos de prestação de serviço, designadamente na área da jardinagem que escapam ao objeto de uma das entidades cujas contas são, por esta via, consolidadas, a saber, Agroalpiarça.

Alpiarça, 27 de junho de 2018



António da Conceição Moreira

Anexos



AGROALPIARÇA

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

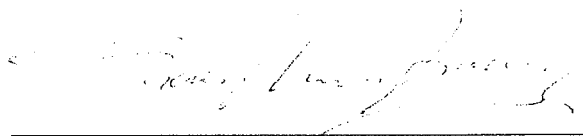
Nos termos da Lei e dos nossos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da AGROALPIARÇA – Produção Agrícola, CIPRL, para reunir ordinariamente, na nossa sede, Rua José Relvas nº 387, em Alpiarça, pelas 17:30 Horas, do dia 17 de Abril de 2018 (Terça-feira), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 2017.
2. Outros assuntos de interesse para a Cooperativa.

Não havendo número suficiente de presenças na hora indicada, a Assembleia reunirá uma hora depois com qualquer número de cooperantes.

Alpiarça, 02 de Abril de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Fernando Almeida Loureiro)



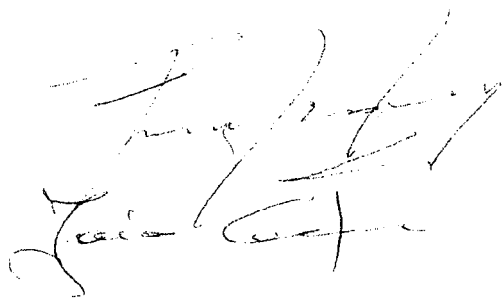
AGREGALPIARÇA - CIPRL

ASSEMBLEIA-GERAL DE 17 DE ABRIL DE 2018

MINUTA DE ATA

PONTO 1 - RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO E
O PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVO AO ANO DE 2017 APROVADES
POR UNANIMIDADE.

PONTO 2 - NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES.



Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Cooperadores,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela direção da **AGROALPIARÇA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, relativamente ao exercício findo em **31 de Dezembro de 2017**.

2. No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da Cooperativa, verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3. No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) O Balanço, e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Cooperativa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados foram adequados;

iii) O Relatório de Atividades é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade da Cooperativa e da atual situação evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e da análise do relatório e das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o Relatório de Atividades;

ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

Alpiarça, 17 de Abril de 2018

O Presidente do Conselho Fiscal

João Pedro Antunes Osório

O 1º Vogal

Dora João Batista

O 2º Vogal

Raul Rodrigues Grazina

AGROALPIARÇA – PRODUÇÃO AGRÍCOLA, CIPRL

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2017

A Direcção da Agroalpiarça vem submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2017.

Tal como em anos anteriores a principal atividade da cooperativa continua a centrar-se na exploração da vinha, produção e venda de vinho.

No ano de 2017 a produção foi colhida numa área de 47,50 hectares, atingindo o total de 334.000 litros, ligeiramente superior em relação ao ano anterior, assim distribuídos: 108.000 litros de Vinho Tinto Apto a Regional Tejo, 100.000 litros de Vinho Tinto Apto a DOP "DoTejo", 40.000 litros de Vinho Branco Apto a Regional Tejo e 40 000 litros de vinho branco apto a DOP "DoTejo", e ainda 41 000 litros de vinho tinto e 5 000 litros de vinho branco, de mesa.. De realçar também a venda de 156 046 Kg de uvas.

Aos terrenos sob administração da Cooperativa denominados de culturas arvenses, a direcção continua a optar pelo arrendamento, de acordo com o que vem sendo praticado nos últimos anos, sendo neste ano 122,05 hectares, nomeadamente as propriedades, Courela da Quinta, Quinta dos Patudos, Alto Castelo, Cardeira de Cima, Cardeira de Baixo, Pinhal da Torre, Vale da Cigana e Os Quarenta.

Continuámos, em 2017, a manter um cuidado no tratamento das nossas vinhas, bem como a fazer as operações culturais necessárias à manutenção de uma boa sanidade das mesmas. A comercialização com valor acrescentado, em garrafas e bag-in-box tem vindo a aumentar, apesar da grande concorrência e agressividade comercial do setor. Nota-se um



aumento da venda de vinho ao público. nas nossas instalações, resultado da excelente qualidade dos nossos produtos, com uma procura cada vez maior.

Sobre o futuro da Cooperativa, a sua débil situação financeira, inspira ainda alguns cuidados. No entanto, graças a uma gestão cuidada e às últimas campanhas, sobretudo esta última, e devido à excelente qualidade dos nossos vinhos, foi possível continuar a liquidar algumas dívidas antigas e a negociar outras, diminuindo consideravelmente as dívidas a fornecedores.

Durante o ano de 2017, pelas razões expostas, foi possível cumprir os compromissos financeiros assumidos, nomeadamente com o Novo Banco.

A produção de vinho em 2017, já referida, foi superior à do ano de 2016. Os preços do vinho a Granel aumentaram exponencialmente. A Cooperativa continua a não estar em condições de dar o passo para o engarrafamento em quantidade e para o estágio de vinhos, se bem que a nossa qualidade seja excelente. No entanto esta Direção continuará a intensificar a procura de novos mercados e clientes, para podermos atingir esses objectivos, assim que estiverem criadas condições para tal. Neste sentido estamos a procurar alargar a nossa carteira de clientes e novos mercados, que nos permitam avançar para os vinhos engarrafados a curto ou médio prazo.

Continuamos a ter como objetivo apresentar uma candidatura, no âmbito do Portugal 2020, para a remodelação do telhado do armazém onde se encontram os depósitos de cimento e que está com alguns problemas na estrutura. Também a recuperação do edifício contíguo, que está neste momento sem telhado, será objeto de uma intervenção, de forma a aproximar os depósitos de inox do armazém. Felizmente, neste momento é possível efetuar estes trabalhos de manutenção nos edifícios, graças à maior estabilidade financeira da Cooperativa.

A Cooperativa instalou, como estava previsto, mais 1 ha de vinha, aproveitando assim um terreno isolado, nos alqueves.

A Direcção continua a tratar das formalidades, junto dos Organismos competentes, para o reconhecimento da Cooperativa como entidade de Utilidade Pública.

Quanto ao balanço, devemos realçar o facto de o capital próprio da cooperativa continuar a ser negativo, pelo que terão de continuar a ser tomadas as necessárias medidas correctivas.

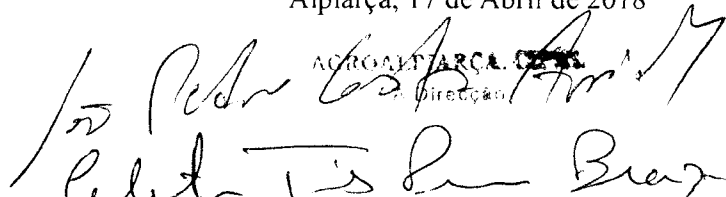
Analisando a Demonstração de Resultados do ano de 2017, podemos concluir que o resultado é positivo em cerca de 77 276,82 €.

Não ocorrem fases subsequentes à data do balanço.

A Direcção da Agroalpiarça propõe assim que o resultado líquido do exercício positivo de 77 276,82 € tenha a seguinte aplicação:

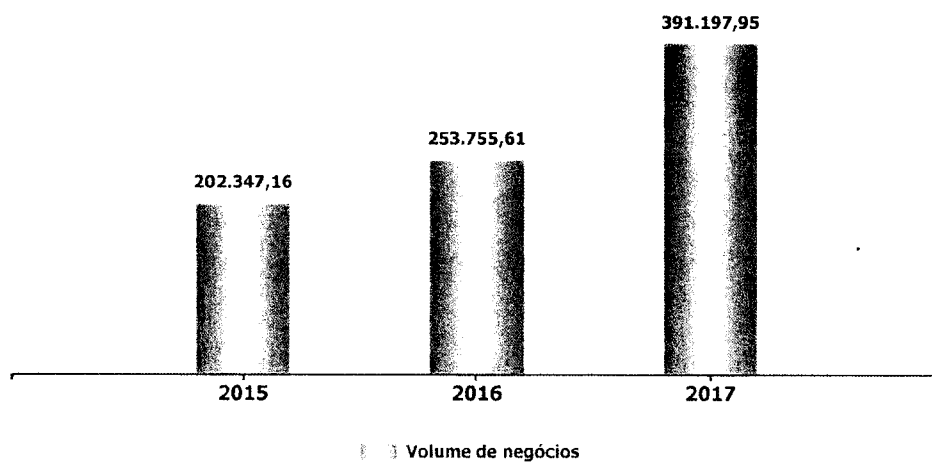
77 276,82 €- Para Resultados Transitados.

Alpiarça, 17 de Abril de 2018

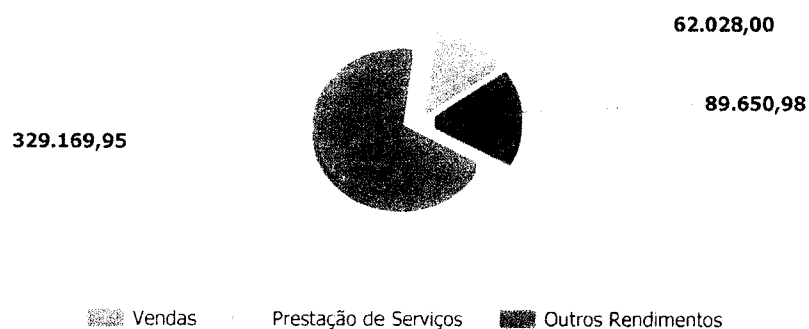

ACROALPIARÇA, Lda
Direcção
António Nozzenitz

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos



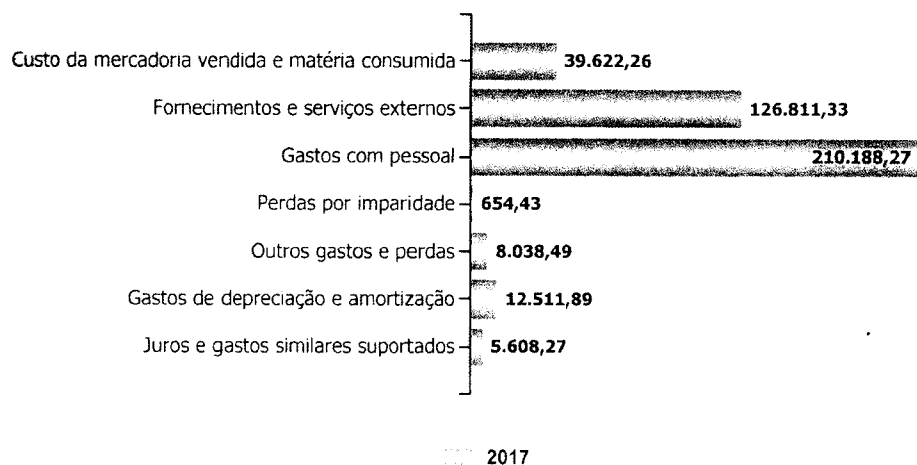
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

ADRONIARCA (LDA)
Direção

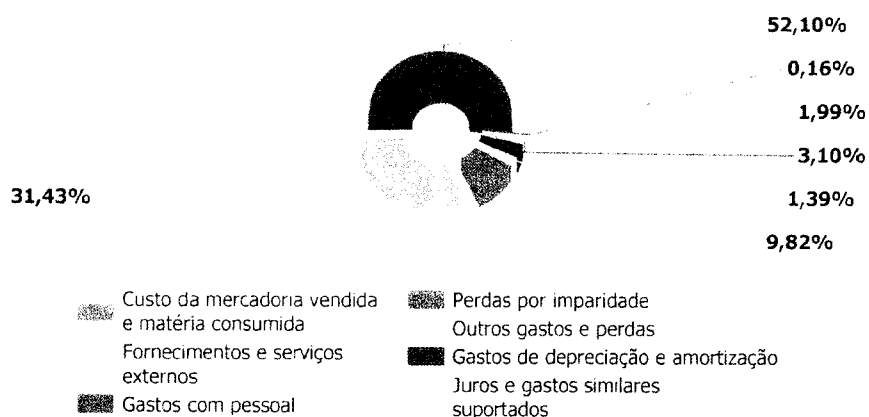
Direção

[Handwritten signature]

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



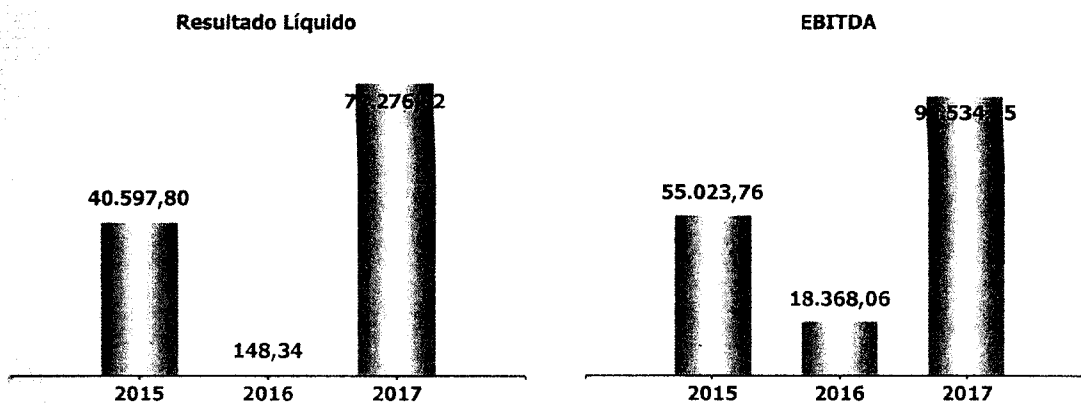
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	210.188,27	145.021,37	128.453,42
Nº Médio de Pessoas	12,00	6,00	5,00
Gasto Médio por Pessoa	17.515,69	24.170,23	25.690,68

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

ACORDADA A 11/03/2018
A 11/03/2018

Diracção



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ALPOMIL PARÇA, Lda

Direcção

Balanço - (modelo para ME) em
31-12-2017
(montantes em euros)

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

RUBRICAS	DATAS	
	2017	2016
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	371.051,74	378.766,05
Investimentos financeiros	1.256,41	889,18
	372.308,15	379.655,23
Ativo corrente		
Existências	161.962,89	161.804,60
Clientes	153.284,77	98.324,13
Estado e outros entes públicos		1,38
Diferimentos	2.075,19	1.983,77
Outros ativos correntes	18.232,67	12.432,71
Caixa e depósitos bancários	52.176,17	14.077,01
	387.731,69	288.623,60
Total ativo	760.039,84	668.278,83
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	150.000,00	150.000,00
Reservas	102.615,84	102.615,84
Resultados transitados	(445.447,42)	(410.983,07)
Outras variações no capital próprio	53.016,83	50.025,87
Resultado líquido do período	77.276,82	148,34
Total do capital próprio	(62.537,93)	(108.193,02)
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	326.524,16	346.150,28
	326.524,16	346.150,28
Passivo corrente		
Fornecedores	46.543,82	41.541,49
Estado e outros entes públicos	6.827,55	8.030,55
Outros passivos correntes	442.682,24	380.749,53
	496.053,61	430.321,57
Total do passivo	822.577,77	776.471,85
Total do capital próprio e do passivo	760.039,84	668.278,83

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

Direção

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ME) do período de 2017
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD.
AGRÍCOLA, CIPRL**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Vendas e serviços prestados	391.197,95	253.755,61
Subsídios à exploração	12.101,00	15.847,12
Variação nos inventários da produção	(10.424,67)	(24.440,01)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(39.622,26)	(45.149,32)
Fornecimentos e serviços externos	(126.811,33)	(90.908,81)
Gastos com o pessoal	(210.188,27)	(145.021,37)
Imparidades (perdas/reversões)	(654,43)	(17.844,02)
Outros rendimentos	87.974,65	80.525,18
Outros gastos	(8.038,49)	(8.396,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	95.534,15	18.368,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(12.511,89)	(11.338,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	83.022,26	7.029,18
Gasto líquido de financiamento	(5.608,27)	(6.797,16)
Resultado antes de impostos	77.413,99	232,02
Imposto sobre o rendimento do período	(137,17)	(83,68)
Resultado líquido do período	77.276,82	148,34

AGROALPIARÇA - PROD.
AGRÍCOLA, CIPRL

Direção

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)**

**AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		337 232,88	214 449,95
Pagamentos a fornecedores		(115 020,09)	(124 922,99)
Pagamentos ao pessoal		(210 357,66)	(143 813,37)
Caixa gerada pelas operações		11 855,13	(54 286,41)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(83,68)	(101,36)
Outros recebimentos/pagamentos		47 746,69	259 620,83
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		59 518,14	205 233,06
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4 797,58)	(93 161,30)
Investimentos Financeiros		(367,23)	
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		9 074,61	21 402,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		3 909,80	(71 758,98)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(19 626,12)	(120 867,88)
Juros e gastos similares		(5 702,66)	(6 831,75)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(25 328,78)	(127 699,63)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		38 099,16	5 774,45
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 077,01	8 302,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		52 176,17	14 077,01

Assinatura:

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

Identificação da entidade**Dados de identificação**

Designação da entidade: AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL

Sede social: RUA JOSÉ RELVAS 387

Endereço eletrónico:

Página da internet:

Natureza da atividade: Agricultura e produção animal combinadas

Código CAE: 01500

Nº médio de empregados durante o período: 12,00

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com regime de normalização contabilística para microentidades, o instituído pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março, o qual contempla as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Principais políticas contabilísticas**Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço,

são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% e 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos

despesas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Récito e regime do acréscimo

O rácio compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rácio é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito das Normas contábilísticas e de relato financeiro para micro entidades, sendo que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que ocorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Ativos fixos tangíveis

Investigações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terminou o período naturais	Ativos capitais construções	Equipamentos Estruturas	Equipamentos de transporte	Equipamentos administrativos	Equipamentos de alojamento	Outros	Outros	Adiantamentos sobre AT	Total
	345.535,84	133.048,87	501.656,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.176.273,64
	11.792,01	119.999,36	478.743,53	139.555,74	28.283,84		28.192,51			797.567,59
	333.743,23	22.109,51	22.913,31							378.766,05
	(4.658,07)	1.069,82	(4.126,06)							(7.714,31)
		4.797,58								4.797,58
		4.797,58								4.797,58
	4.658,07	3.727,76	4.126,06							12.511,89
	1.658,07	3.727,76	4.126,06							12.511,89
	329.085,16	23.179,33	18.787,25							371.051,74
	345.535,84	133.048,87	501.656,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.176.273,64
	11.792,01	119.999,36	478.743,53	139.555,74	28.283,84		28.192,51			797.567,59

Quadro comparativo:

AGROALPIARÇA, CIPRL

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
	252.374,54	133.048,87	501.656,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.083.112,34
	7.134,54	108.384,61	474.617,47	139.555,74	28.283,84		28.192,51			786.168,71
	245.240,00	24.664,26	27.039,37							296.943,63
	88.503,23	(2.554,75)	(4.126,06)							81.822,42
	93.161,30									93.161,30
	93.161,30									93.161,30
	4.658,07	2.554,75	4.126,06							11.338,88
	4.658,07	2.554,75	4.126,06							11.338,88
	333.743,23	22.109,51	22.913,31							378.766,05
	345.535,84	133.048,87	501.656,84	139.555,74	28.283,84		28.192,51			1.176.273,64
	11.792,61	110.499,4	478.743,5	139.555,74	28.283,84		28.192,51			797.507,54

Ativos Intangíveis

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Intangíveis	Propriedade intelectual	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos val. Intangíveis	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
amortizações acumuladas no fim do período			49,72	636,72				686,44
ATIVO INTANGÍVEL INDEFINIDA								
Valor bruto total do período								
Valor líquido no fim do período								
ATIVO INTANGÍVEL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Valor bruto início do período								
amortizações do período								
Valor de amortizos								
Valor amortizações								
Valor no final do período								

Quadro comparativo:

3

AGROALPIARÇA (CIPRL)

ANEXO DO ANO DE 2017

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Imparisse	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento s/ at. Intangíveis	TOTAL
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis no fim do período			49,72	636,72				686,44
Atenuações acumuladas no fim do período			49,72	636,72				686,44
VALOR ÚTEL. INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VALOR ÚTEL. DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Atenuações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Reduções do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

Inventários

Ajustamento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível
ADJUSTAMENTO DO CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS						
Ativos intangíveis	145,76	4.319,34	4.464,60	145,76	4.319,34	4.939,75
Atenuações	664,47	51.057,00	51.721,47	2.425,00	42.394,17	44.674,17
Atenuação e regularização de inventários						
Ativos intangíveis		16.563,81	16.563,81	145,76	4.319,34	4.464,60
Atenuação das mercadorias vendidas e matérias consumidas	509,73	39.112,53	39.622,26	2.625,00	42.524,32	45.149,32
OUTRAS INFORMAÇÕES						

Ajustamento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível	Ativo Intangível
ADJUSTAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO							
Ativos intangíveis	145.399,08	1.453,99	146.853,07	145.399,08	1.453,99	146.853,07	157.340,00
Atenuação das mercadorias vendidas e matérias consumidas				(1.516,25)	1.453,99		(1.358,80)
Ativos intangíveis	145.399,08	1.453,99	146.853,07	145.399,08	1.453,99	146.853,07	183.138,81
Variação de produção	1.435,22	(12.394,19)	534,30	(10.424,67)	(26.938,04)	1.464,15	1.033,88
OUTRAS INFORMAÇÕES							

Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida durante o período, conforme quadro

seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	329.169,95	245.686,62
Prestação de serviços	62.028,00	8.068,99
Total	391.197,95	253.755,61

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Atrel. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído - Período	Do Estado - Valor Imputado - Período	Outras Ent. Valor Atrel. Per. Ant.	Outras Ent. Valor Atribuído - Período	Outras Ent. Valor Imputado - Período	Das Quotas - Valor Atrel. Per. Ant.	Das Quotas - Valor Atribuído - Período	Das Quotas - Valor Imputado - Período
Subsídios ao investimento			6.083,65						
Subsídios fixos tangíveis			6.083,65						
Subsídios e recursos naturais			6.083,65						
Subsídios intangíveis									
Subsídios naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			12.101,00						
Subsídios reembolsos atribuídos no período									
Subsídios ao investimento									
Subsídios à exploração									
Total			18.184,65						

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrel. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído - Período	Do Estado - Valor Imputado - Período	Outras Ent. Valor Atrel. Per. Ant.	Outras Ent. Valor Atribuído - Período	Outras Ent. Valor Imputado - Período	Das Quotas - Valor Atrel. Per. Ant.	Das Quotas - Valor Atribuído - Período	Das Quotas - Valor Imputado - Período
Subsídios ao investimento									
Subsídios fixos tangíveis									
Subsídios intangíveis									
Subsídios naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			15.847,12						
Subsídios reembolsos atribuídos no período									
Subsídios ao investimento									
Subsídios à exploração									
Total			15.847,12						

Despesas e contribuições

Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	77.413,99	232,02
Imposto corrente	137,17	83,68
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	137,17	83,68
Tributações autónomas	137,17	83,68
Taxa efetiva de imposto	0,17	36,06

Outras divulgações

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		137,17		83,68
Imposto estimado		137,17		83,68
Retenção de impostos sobre rendimentos		970,09		1.063,73
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		3.525,92	1,38	4.613,02
Contribuições para a Segurança Social		2.194,37		2.270,12
Total		6.827,55	1,38	8.030,55

Instrumentos financeiros

Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade - Período	Perdas por Imparidade - Período	Valor Equilibrado Contábil	Perdas por Imparidade - Período Anterior	Perdas por Imparidade - Período Anterior	Valor Equilibrado Contábil
Ativos financeiros de clientes	654,43		654,43	17.844,02		17.844,02
Ativos financeiros a receber						
Ativos financeiros de capital						
Ativos financeiros de outros						
Ativos financeiros por imparidade						
Total	654,43		654,43	17.844,02		17.844,02

Perdas (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos financeiros, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			171.517,44		
Clientes			153.284,77		
Adiantamentos a fornecedores			1.166,00		
Outras contas a receber			17.066,67		
Passivos financeiros:			815.750,22		
Fornecedores			46.543,82		
Adiantamentos de clientes			8.150,00		
Financiamentos obtidos			326.524,16		
Outras contas a pagar			434.532,24		
Resultados e perdas líquidos:			(748,82)		
Resultados financeiros			(654,43)		
Resultados financeiros			(94,39)		
Resultados e gastos de juros:			(5.608,27)		
Resultados financeiros			(5.608,27)		

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			110.756,84		
Clientes			98.324,13		
Outras contas a receber			12.432,71		
Passivos financeiros:			768.441,30		
Fornecedores			41.541,49		
Adiantamentos de clientes			6.500,00		
Financiamentos obtidos			346.150,28		
Outras contas a pagar			374.249,53		
Resultados e perdas líquidos:			(17.634,25)		
Resultados financeiros			(17.844,05)		
Resultados financeiros			209,80		
Resultados e gastos de juros:			(6.797,16)		
Resultados financeiros			(6.797,16)		

Capital Próprio

Movimentos associados ao capital próprio

Descrição	Saldo inicial	Debitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150.000,00			150.000,00
Reservas	102.615,84			102.615,84
Reservas legais	8.882,33			8.882,33
Outras reservas	93.733,51			93.733,51
Resultados transitados	(410.983,07)	34.464,35		(445.447,42)
Outras variações nos capitais próprios	50.025,87		2.990,96	53.016,83
Saldo	50.025,87		2.990,96	53.016,83
Total	(108.341,36)	34.464,35	2.990,96	(139.814,75)

Resultado comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Debitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150.000,00			150.000,00
Reservas	102.615,84			102.615,84
Reservas legais	8.882,33			8.882,33
Outras reservas	93.733,51			93.733,51
Resultados transitados	(403.404,30)	7.578,77		(410.983,07)
Outras variações nos capitais próprios	34.707,20		15.318,67	50.025,87
Saldo	34.707,20		15.318,67	50.025,87
Total	(116.081,26)	7.578,77	15.318,67	(108.341,36)

Exigidas por diplomas legais**Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAT 1	Total
Total	329.169,95	329.169,95
Despesas	121,92	121,92
Despesas com produtos acabados, produtos em processo e produtos	329.048,03	329.048,03
Despesas com serviços	62.028,00	62.028,00
Despesas com materiais e serviços	51.721,47	51.721,47
Despesas com materiais e serviços	126.811,33	126.811,33
Despesas com mercadorias, produtos e materiais	39.622,26	39.622,26
Despesas com materiais	509,73	509,73
Despesas com materiais, subprodutos e produtos	39.112,53	39.112,53
Despesas com inventários	(10.424,67)	(10.424,67)
Despesas com pessoal	210.188,27	210.188,27
Despesas com materiais	175.678,61	175.678,61
Despesas com materiais	34.509,66	34.509,66
Despesas com materiais		
Despesas com materiais	371.051,71	371.051,71
Despesas com materiais	4.797,58	4.797,58
Despesas com materiais e outras	4.797,58	4.797,58
Despesas com materiais		
Despesas com materiais		

Balanço comparativo:

Descrição	Atividade CAT 1	Total
Total	245.686,62	245.686,62
Despesas	3.425,59	3.425,59
Despesas com produtos acabados, produtos em processo e produtos	242.261,03	242.261,03
Despesas com serviços	8.068,99	8.068,99
Despesas com materiais e serviços	44.674,17	44.674,17
Despesas com materiais e serviços	90.908,81	90.908,81
Despesas com mercadorias, produtos e materiais	45.149,32	45.149,32
Despesas com materiais	2.625,06	2.625,06
Despesas com materiais, subprodutos e produtos	42.524,32	42.524,32
Despesas com inventários	(24.440,01)	(24.440,01)
Despesas com pessoal	145.021,37	145.021,37
Despesas com materiais	130.850,81	130.850,81
Despesas com materiais	34.170,54	34.170,54
Despesas com materiais		
Despesas com materiais	174.149,32	174.149,32
Despesas com materiais		
Despesas com materiais		

Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra comunitário	Total
Receitas	329.169,95			329.169,95
Prestações de serviços	62.028,00			62.028,00
Despesas	51.088,72	632,75		51.721,47
Despesas e serviços externos	126.811,33			126.811,33
Depreciações de ativos fixos tangíveis	4.797,58			4.797,58
Rendimentos suplementares:	80.119,19			80.119,19
Diversos rendimentos suplementares	80.119,19			80.119,19

Dados comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra comunitário	Total
Receitas	245.686,62			245.686,62
Prestações de serviços	8.068,99			8.068,99
Despesas	42.591,82	2.082,35		44.674,17
Despesas e serviços externos	90.908,81			90.908,81
Rendimentos suplementares:	69.027,04			69.027,04
Diversos rendimentos suplementares	69.027,04			69.027,04

Informações

As informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados são:

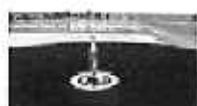
AGROALPIARÇA (CIPRL)

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Salários	2.734,03	1.920,30
Salários especializados	38.018,11	27.743,67
Tributos especializados	14.739,75	6.176,54
Vigilância e segurança	48,00	33,00
Comissões	2.023,95	
Conservação e reparação	20.849,91	21.179,63
Outros	356,50	354,50
Materiais	2.471,38	1.371,33
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	254,41	248,68
Material de escritório	2.216,97	1.122,65
Energia e fluidos	47.549,42	33.625,60
Eleticidade	31.577,44	18.964,21
Combustíveis	12.612,66	10.130,13
Água	2.488,74	2.262,50
Outros	870,58	2.268,76
Deslocamentos, estadas e transportes	1.296,86	323,80
Deslocamentos e estadas	1.003,79	98,80
Transportes de mercadorias	293,07	225,00
Outros diversos	34.741,53	25.924,11
Alugueres	26.035,59	19.371,98
Comunicação	1.526,34	1.424,12
Alugueres	4.490,96	3.018,88
Despesas de representação	384,70	
Alugueres, higiene e conforto	1.471,83	1.464,61
Outros serviços	832,11	644,52
Total	126.811,33	90.908,81



Relatório de Gestão e Contas de 2017

março de 2018

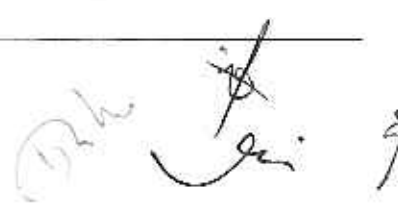


ÍNDICE

Siglas e Acrónimos	7
Sumário Executivo	10
Dados de Atividade	11
Dados Económico-Financeiros	13
Indicadores Económico-Financeiros	15
Apresentação da Empresa	16
Órgãos Sociais	17
Organização Interna	18
Missão	19
Objetivos Estratégicos	19
Atividade em 2017	20
Produção de Água e Tratamento de Águas Residuais	20
Produção de Água	20
Tratamento de águas Residuais	22
Energia elétrica – Dados globais	24
Energia elétrica – abastecimento	25
Energia elétrica – saneamento	29
Manutenção	32
Gestão de Redes	36
Exploração das Redes de Abastecimento	36
Exploração das Redes de Saneamento	45
Outros serviços	51

Qualidade.....	53
Aspetos gerais.....	53
Qualidade da Água de Consumo Humano.....	54
Qualidade de Águas Residuais.....	62
Plano de Segurança da Água	65
Gestão Ambiental	66
Comercial.....	70
Atendimento Comercial.....	70
Clientes – Caracterização.....	74
Consumos e Faturação	78
Água Não Faturada	81
Formas de Pagamento	82
Serviços.....	84
Comunicação e Imagem	85
Sensibilização / Educação ambiental.....	87
Sítio Institucional	89
Imprensa.....	90
Publicação do boletim informativo “Entre Águas”	91
Visitas de estudo a equipamentos.....	92
Participação em feiras e eventos.....	94
Planeamento e Obras	96
Estudos e Projetos	96
Acompanhamento e fiscalização de obras	97

Sistema de Informação Geográfica.....	100
Administrativa e Financeira.....	102
Aprovisionamento.....	102
Segurança e Saúde no Trabalho.....	105
Recursos Humanos.....	108
Investimento.....	114
Situação Económica e Financeira.....	116
Factos Supervenientes a 31 de Dezembro.....	118
Proposta de Aplicação de Resultados.....	118
Considerações Finais.....	119
Demonstrações financeiras individuais.....	121
Balanço individual.....	122
Demonstração dos resultados individuais.....	123
Demonstração dos fluxos de caixa individuais.....	124
Demonstração das alterações no capital próprio individuais.....	125
Anexo às demonstrações financeiras individuais.....	127
1. Nota introdutória.....	128
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	129
3. Principais políticas contabilísticas.....	131
4. Ativos fixos tangíveis.....	138
5. Ativos intangíveis.....	140
6. Outros investimentos financeiros.....	141
7. Inventários.....	141



8.	Clientes	142
9.	Estado e outros entes públicos.....	144
10.	Outros créditos a receber	145
11.	Diferimentos	145
12.	Caixa e depósitos bancários.....	146
13.	Capital Subscrito	146
14.	Reserva legal	147
15.	Resultados transitados	147
16.	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio.....	147
17.	Provisões.....	148
18.	Financiamentos obtidos.....	148
19.	Locações.....	150
20.	Outras dívidas a pagar	152
21.	Fornecedores	152
22.	Vendas e prestações de serviços.....	153
23.	Custo das vendas	153
24.	Fornecimentos e serviços externos	154
25.	Gastos com o pessoal	154
26.	Outros rendimentos	155
27.	Outros gastos	155
28.	Resultados financeiros.....	156
29.	Partes relacionadas.....	156
30.	Eventos subsequentes.....	157

31.	Informações exigidas por diplomas legais.....	157
32.	Outras informações	158



SIGLAS E ACRÓNIMOS

AR	AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.
CA	Conselho de Administração
CCE-CIMLT	Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DC	Direção Comercial
DG	Diretor Geral
DGR	Direção de Gestão de Redes
DPO	Direção de Planeamento e Obras
DPT	Direção de Produção e Tratamento
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GC	Gabinete de Comunicação
GPI	Gestão Patrimonial de Infraestruturas

GQ	Gabinete de Qualidade
IF	Índice de frequência
IG	Índice de gravidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
OT	Ordem de Trabalho
PAC Cap	Programa de Autocontrolo de Captações
PCA	Presidente do Conselho de Administração
PCOSAA	Programa de Controlo Operacional do Subsistemas de Abastecimento de Água
PCOSAR	Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais
PCQA	Programa de Controlo de Qualidade da Água
PCQAR	Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais
PI	Pedido de Intervenção
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
PSA	Plano(s) de Segurança da Água
SAA	Subsistema de Abastecimento de Água

SAR	Subsistema de Saneamento de Águas Residuais
UAC	Unidade de Atendimento Comercial
ZMC	Zona de Medição e Controlo
ZO	Zona Operacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2017 representa um marco importante na vida da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.: celebrámos 10 anos de vida no passado dia 13 de dezembro de 2017.

Passaram 10 anos desde o momento de criação desta empresa, resultado do esforço e trabalho de muitos autarcas, técnicos e outras pessoas que, apesar das dificuldades, levaram por diante um projeto que, hoje, nos deixa orgulhosos.

Sendo certo que muito há ainda a fazer, não devemos deixar de valorizar o (muito) que foi conseguido nestes 10 anos, em matéria de qualidade (água e saneamento), de acesso aos serviços, em particular no saneamento, de eficiência, com destaque na redução da água não faturada, entre outros.

Este ano de 2017 fica também marcado por um conjunto de acontecimentos que, do ponto de vista ambiental, nos deixam a todos preocupados, com destaque, naturalmente, para a seca.

Se, por um lado, o ano hidrológico extremamente seco permitiu um aumento do volume de água faturada, por outro lado deixou bem à vista os impactos negativos das alterações climáticas sobre a disponibilidade de um recurso tão importante como a Água.

Urge, portanto, encontrar novas formas e estratégias para lidar de forma mais eficiente com esta realidade, aumentando a resiliência dos sistemas, elaborando planos de contingência, inovando na gestão deste recurso.

A atividade da empresa ao longo do ano de 2017 veio consolidar algumas tendências que já se vinham registando, nomeadamente ao nível da redução da água não faturada, da manutenção de um nível de qualidade da água de excelência, da concretização de importantes intervenções no terreno de cuja execução depende a continuidade de um percurso sustentado de melhorias no serviço prestado, mantendo um nível de tarifas adequado e compatível com a realidade socioeconómica da região.

Neste Relatório será apresentada com detalhe informação relativa às atividades desenvolvidas no âmbito das várias vertentes da empresa, bem como todos os elementos e demonstrações financeiras que traduzem a realidade da empresa, com referência a 31 de dezembro de 2017.



DADOS DE ATIVIDADE

	DEZEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016	Var. %
Recursos Humanos	176	174	1,15%
Volume de Água Entrada Sistema (m³)	12.996.894	12.821.224	1,37%
Volume de Água Faturada (m³)	8.782.579	8.511.909	3,18%
Número de Clientes - Água	75.239	74.890	0,47%
Volume de Água Residual tratada (m³)	6.761.000	8.330.451	-18,84%
Volume de Água Residual faturada (m³)	5.720.839	5.609.242	1,99%
Número de Clientes - Águas Residuais	56.887	56.297	1,05%
Capitação média mensal unit. (m³) (1)	9,73	9,47	2,70%

(1) M3 Água Vendidos/Nº Clientes/12

No quadro *supra* são apresentados vários dados referentes à atividade operacional da AR no ano de 2017, em comparação com o ano de 2016.

No que se refere ao volume de água entrada no sistema registou-se um ligeiro aumento (1,37%) em comparação com 2016, o que ficou a dever-se essencialmente ao facto do ano de 2017 ter registado menores níveis de precipitação, em relação ao ano anterior. Esta situação teve igualmente reflexos no volume de água faturada, que registou também um crescimento, mas neste caso superior (3,18%). Isto significa que o volume de água não faturada baixou, registando agora um valor na ordem dos 32,4%.

Um outro aspeto a destacar prende-se com o crescimento registado no número de clientes do serviço de abastecimento. Apesar de ligeiro (0,47%), reveste-se de grande importância pois vem confirmar uma tendência de recuperação, invertendo um ciclo de perda de clientes que durou vários anos.

Merece também destaque a evolução positiva do número de clientes no serviço de saneamento, que registou também uma subida face ao período homólogo (1,05%) dando sequência a uma tendência de

crescimento que se vem registando, motivada pelas novas ligações efetuadas na sequência dos investimentos que a AR tem vindo a realizar.

Atenta a diminuição significativa do volume de água residual tratada, quando comparado com o do ano anterior, importa salientar que essa diminuição se ficou a dever, em grande medida, à menor incidência de precipitação face ao ano anterior, mas também ao facto de 3 instalações de tratamento (Lapas/Ribeira, Quinta do Papelão e Murteira) estarem fora de serviço para obras de remodelação.

No que se refere ao efetivo de pessoal da empresa, este indicador apresenta um ligeiro aumento, devido à entrada em funcionamento de diversas novas infraestruturas, o que implicou a necessidade de contratar novos colaboradores.

DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

	DEZEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016	Var. %
Volume de Negócios (1)	16.461.031	15.472.353	6,39%
EBITDA (2)	9.733.396	9.150.808	6,37%
Res. Antes Impostos	2.862.074	2.063.535	38,70%
Resultado Líquido	2.166.172	1.592.315	36,04%

Valores em euros

(1) Vendas + Prestação de Serviços

(2) Resultado Operacional + Amortizações + Provisões

O volume de negócios registou um crescimento superior a 6%, em comparação com o período homólogo. Este aumento ficou a dever-se, por um lado, ao maior volume de água (e água residual) faturada (que cresceu ligeiramente acima de 3%) e, por outro lado, pelo efeito do ajustamento tarifário levado a cabo nas tarifas do serviço de saneamento.

O EBITDA (correspondente ao resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) cresceu em linha com o aumento do volume de negócios, o que significa que as rubricas de gastos se mantiveram controladas.

O Resultado Antes de Impostos registou um aumento expressivo, fruto da evolução positiva do EBITDA, reforçada por uma diminuição dos gastos com depreciações e dos gastos com financiamento, quando comparados com os valores registados em 2016.

Com base na evolução das rubricas mencionadas, o Resultado Líquido do Exercício registou igualmente uma evolução bastante positiva, quando comparado com o período homólogo.

	DEZEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016	Var. %
Ativo Líquido	93.310.696	91.865.529	1,57%
Passivo Remunerado	16.857.192	18.197.910	-7,37%
Capitais Próprios	56.816.334	54.649.991	3,96%
Capital Social	6.871.681	6.871.681	0,00%

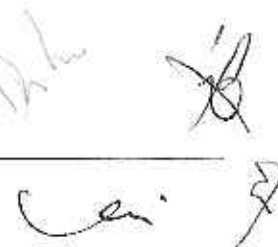
Valores em euros

Os dados económico-financeiros acima apresentados refletem uma evolução positiva na situação económico-financeira da AR.

O Ativo Líquido cresceu, devido por um lado ao aumento do investimento realizado que permitiu manter o nível dos Ativos Tangíveis, apesar das depreciações e, por outro lado, pelo efeito positivo das disponibilidades no final do exercício de 2017.

Apesar da continuidade no esforço de investimento realizado, deve destacar-se a diminuição do Passivo Remunerado. Isto significa que, apesar da empresa continuar a investir, o financiamento bancário de médio e longo prazo, registou uma descida superior a 7%, por via das amortizações de capital realizadas.

O aumento dos Capitais Próprios deve-se essencialmente ao crescimento da rubrica das rubricas de Resultados Transitados e Resultado Líquido.



INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	DEZEMBRO 2017	DEZEMBRO 2016	Var. %
Dívida Líquida Financeira (1)	0,33	0,35	-5,48%
Rendibilidade Operacional (2)	0,59	0,59	-0,02%
Autonomia Financeira (3)	0,61	0,59	2,35%
Solvabilidade (4)	1,56	1,47	6,02%

(1) Passivo M/L prazo / (Passivo M/L prazo + Capital Próprio)

(2) EBITDA / Vendas e Serv. Prestados

(3) Capital Próprio / Ativo

(4) Capital Próprio / Passivo

Da análise dos indicadores apresentados no quadro *supra*, verificamos que houve uma evolução muito positiva, para a generalidade dos indicadores.

A Dívida Líquida Financeira registou uma descida superior a 5%, muito por força da diminuição da rubrica de Financiamentos Obtidos, que se traduziu no decréscimo do Passivo Não Corrente, em comparação com o período homólogo.

A Rendibilidade Operacional manteve-se praticamente inalterada.

Os níveis de Autonomia Financeira e de Solvabilidade melhoraram quando comparados com os do período homólogo, significando que a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos é hoje maior do que no passado.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- **Designação Social:**

AR – Águas do Ribatejo, FM, S.A.

- **Sede Social:**

Rua Gaspar Costa Ramalho, n.º 38, 2120-098 Salvaterra de Magos

- **Pessoa Coletiva:**

508 345 464

- **Capital Social e Prestações Suplementares:**

Capital Social: € 6.871.681

- **Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Santarém sob o n.º**

508 345 464

- **Estrutura Acionista:**

Município de Almeirim 15,45%

Município de Alpiarça 5,40%

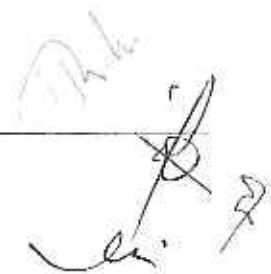
Município de Benavente 16,44%

Município de Chamusca 8,15%

Município de Coruche 15,03%

Município de Salvaterra de Magos..... 14,19%

Município de Torres Novas..... 25,34%



ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos Órgãos Sociais da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. é a seguinte:

- **Mesa da Assembleia-Geral**

Pedro Miguel César Ribeiro – Presidente

Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – Secretário

- **Conselho de Administração**

Francisco Silvestre de Oliveira – Presidente

Catarina Pinheiro Vale – Vogal

Pedro Paulo Ramos Ferreira – Vogal

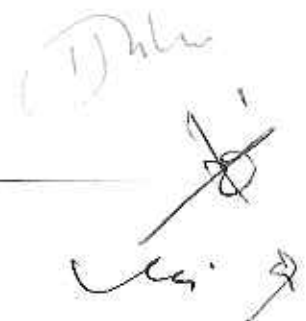
- **Fiscal Único**

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC representada por:

João Antonio Carvalho Careca, ROC

Como ROC suplente:

Elsa Maria Trindade Gomes Câncio Martins, ROC



ORGANIZAÇÃO INTERNA

- **Direções Operacionais:**

DG – Direção Geral;

DAF – Direção Administrativa e Financeira;

DC – Direção Comercial;

DPT – Direção de Produção e Tratamento;

DGR – Direção de Gestão de Redes;

DPO – Direção de Planeamento e Obras

- **Organograma:**



MISSÃO

A AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A., é a empresa responsável pela exploração e gestão dos Sistemas de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

A sua intervenção pauta-se por um elevado sentido de responsabilidade na proteção do ambiente e consequente sustentabilidade ambiental, tendo como Missão “assegurar um serviço de excelência que garanta o fornecimento contínuo de água com qualidade e a drenagem e tratamento de águas residuais dos 150 000 habitantes dos Municípios abrangidos”.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em termos de objetivos estratégicos da empresa, podem destacar-se os seguintes:

- Aumentar a taxa de cobertura da população servida por rede de drenagem e ETAR de forma a atingir, tendencialmente, um valor de 80% nos Municípios servidos pela AR;
- Assegurar uma capacidade de armazenamento de água para um período de 48 horas em todo o sistema, o que significa mais do que duplicar a capacidade existente em 2008;
- Reduzir as perdas de água para os 20%, a médio prazo;
- Aumentar os níveis de eficiência na gestão do recurso ÁGUA;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária.

ATIVIDADE EM 2017

PRODUÇÃO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

PRODUÇÃO DE ÁGUA

A produção de água que resulta da exploração de captações próprias em todos os municípios e da compra de água em alta à EPAL no município de Torres Novas atingiu em 2017 o valor de **12.996.894 m³**, sendo 86% deste volume proveniente das captações da Águas do Ribatejo e restantes 14% água comprada à EPAL. Face ao ano anterior verifica-se um aumento de 1,4% na produção de água para consumo, para o que contribuiu apenas o volume captado com aumento de 1,9%, e uma redução de 1,6% do volume comprado à EPAL.

Na análise deste valor deve atender-se que este não é o volume colocado nos reservatórios para abastecimento das redes de distribuição, uma vez que parte da água captada é utilizada em procedimentos de tratamento e operações de manutenção como a lavagem de filtros das ETA e higienização de reservatórios e ainda nas perdas de água nos sistemas de adução para limpeza das condutas e em roturas. Atendendo a essas perdas, que se calculam de 4,25%, o valor efetivo entregue nos reservatórios é de **12.444.652 m³**.

Figura - Produção por Município (m³) em 2017



Os valores de produção variam na exploração de captações próprias entre 700.000 e 1.200.000 m³/mês e entre 120.000 e 190.000 m³/mês na aquisição de água à EPAL, conforme se constata nas figuras em baixo. De registar a tendência constante de aumento de produção no mês de outubro facto indiciador do aumento da temperatura média deste mês.

Figura – Volume captados em captações próprias, por mês (m³)

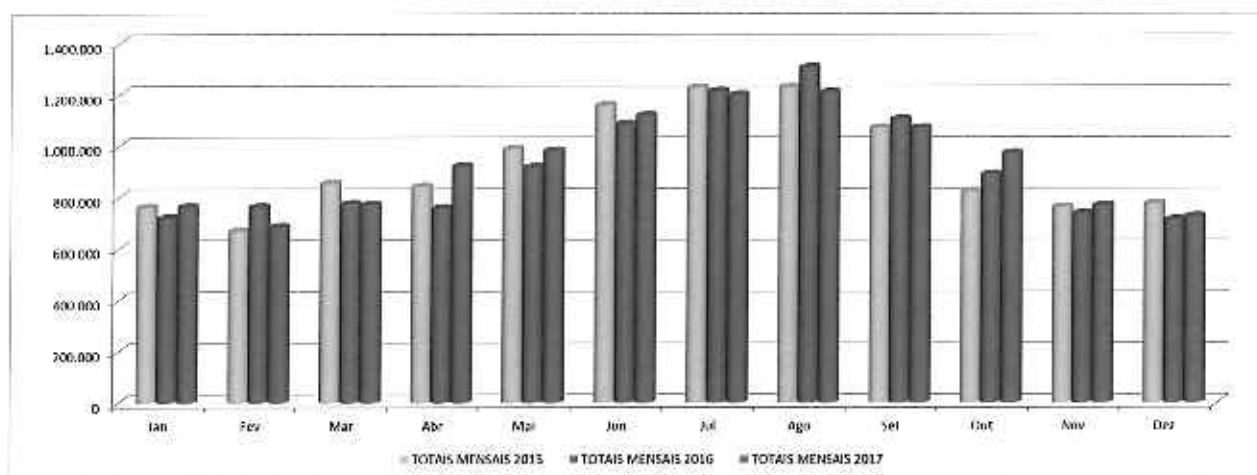
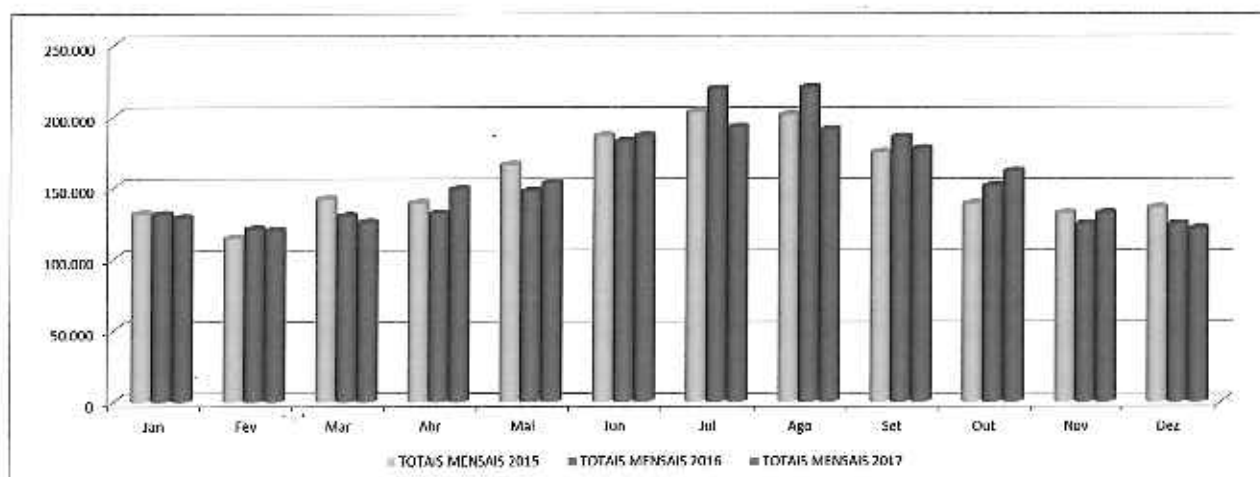


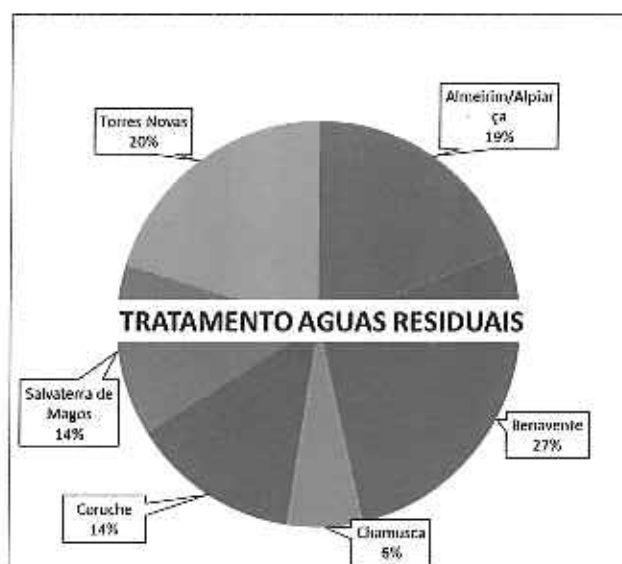
Figura – Aquisição água em “Alta”, por mês (m³)



TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O volume total de água residual tratada nas ETAR em 2017 foi de **6.761.000 m³**. Este valor representa um decréscimo de 19% face ao volume de água residual tratado nas ETAR da Águas do Ribatejo no ano anterior, em grande medida devido à fraca precipitação verificada em 2017.

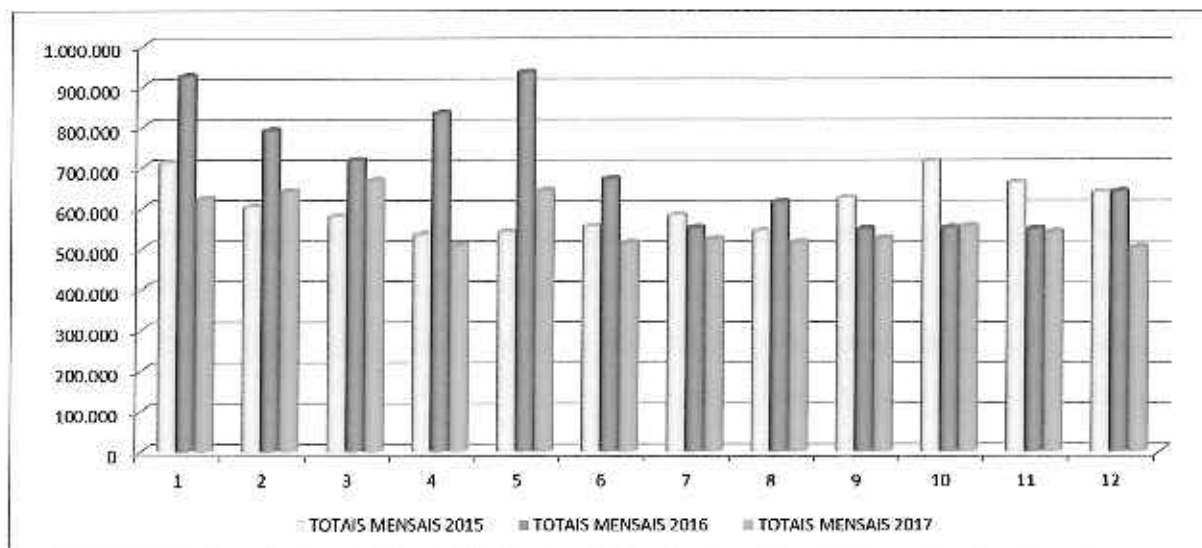
Figura – Volume tratado em ETAR por município (m³):



Na figura seguinte, que traduz a variação mensal dos caudais tratados em ETAR em períodos homólogos de anos anteriores, pode constatar-se a diferença dos volumes de 2017 nos meses de chuva, face ao ano de 2016. Já em 2015 este valor vem afetado do período de obras em duas grandes ETAR (Riachos e Torres Novas) não sendo, por isso, comparável a 2017.

Tendo em conta os resultados laboratoriais da análise à carga orgânica afluyente às ETAR, o volume de água residual representa em 2017 a produção de 101.984 equivalentes populacionais.

Figura – Volumes Tratados em ETAR por mês (m³):



ENERGIA ELÉTRICA – DADOS GLOBAIS

Os dados a seguir apresentados, representam uma análise global aos **342 pontos de fornecimento de energia**, diretamente ligados à operação dos subsistemas (excluindo oficinas, armazéns, lojas e sede), sendo 139 destes pontos no abastecimento de água e 203 no saneamento.

Os locais fornecidos em Média Tensão (MT), maiores consumidores, totalizam 20 instalações no abastecimento de água e 30 no saneamento, enquanto que a Baixa Tensão Especial (BTE) representa 30 instalações no abastecimento e 6 no saneamento e a esmagadora maioria das instalações restantes é abastecida em Baixa Tensão Normal (BTN).

No quadro seguinte apresenta-se o valor total de consumo de energia, em kWh de energia ativa para a atividade de produção de água e elevação e tratamento de águas residuais.

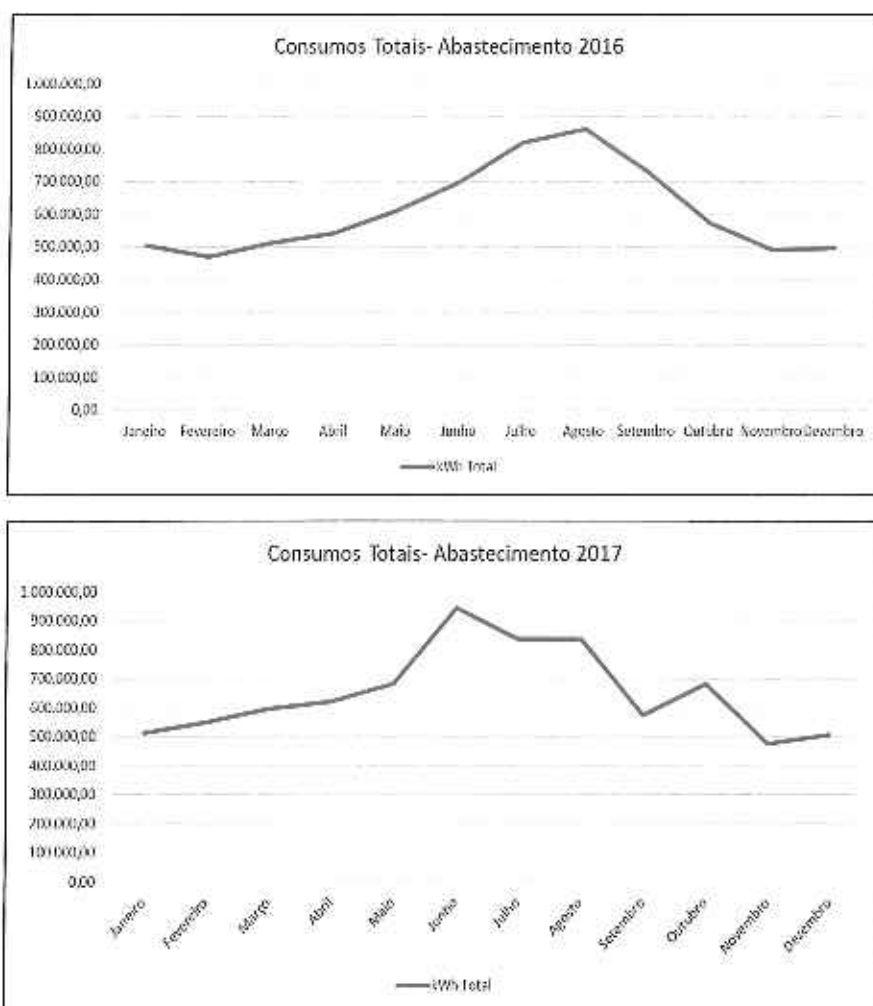
	Produção de Água	Elevação e Tratamento Esgotos	Total
2016	7 303 504,66 kWh	5 432 861,47 kWh	12 736 266,13 kWh
2017	7 813 815,78 kWh	4 973 937,21 kWh	12 787 752,99 kWh
Variação	+6,99%	-8,44%	+0,4%

Os custos associados a estes consumos são apresentados no quadro em baixo, alertando-se que não incluem custos com taxas e contribuição audiovisual.

	Produção de Água	Elevação e Tratamento Esgotos	Total
2016	978 714,56 €	709 501,20 €	1 688 215,76 €
2017	1.247.698,77 €	676 178,48 €	1 923 877,25 €
Variação	+27,48 %	-4,69%	+13,96%

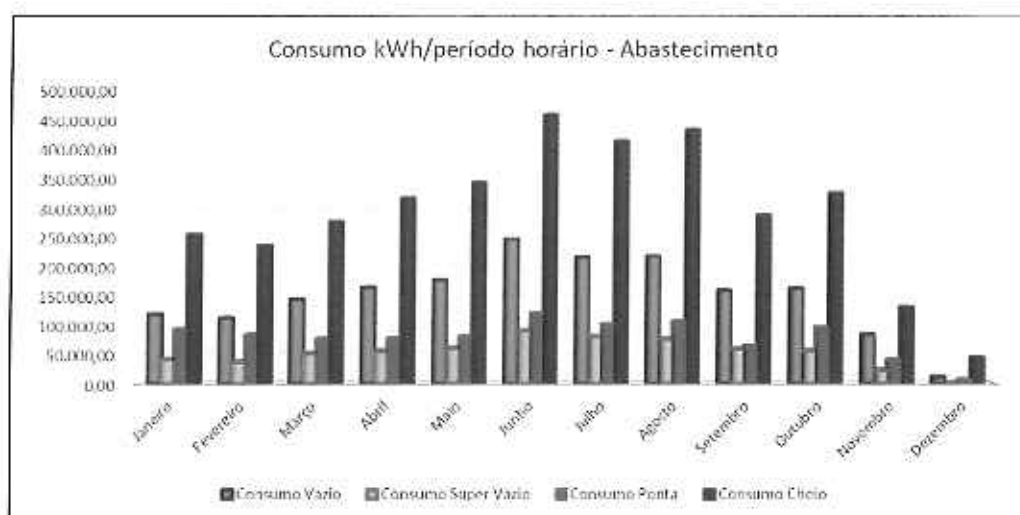
ENERGIA ELÉTRICA – ABASTECIMENTO

O ano de 2017 apresenta um significativo aumento de consumos e respetivos custos na atividade de abastecimento de água, reflexo do ano seco que se viveu e que se pode ver nas figuras em baixo onde os consumos de energia se mantiveram elevados durante mais tempo que o normal (> 800.000 kWh/mês entre maio e setembro).



As figuras seguintes traduzem os consumos e os custos energéticos nos vários períodos horários no abastecimento de água. Verifica-se o normal aumento de consumo de energia nos meses mais quentes devido ao maior número de horas de funcionamento dos equipamentos que, no entanto, é perceptível em todos os períodos horários, exceto nas horas de ponta.

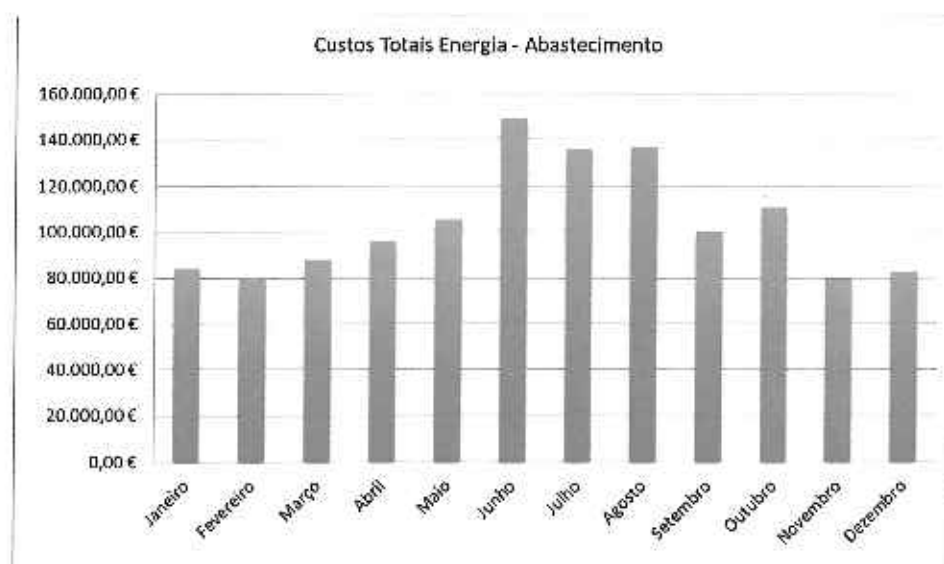
Na análise aos dados de 2017 para os consumos nos diferentes períodos horários há que ter em linha de conta que não estão disponíveis os dados para o último trimestre em todas as instalações, por não terem ainda sido faturados os consumos por parte do fornecedor de energia elétrica das instalações dos níveis de MT e BTE, e, por esta razão só estão disponíveis consumos totais (estimados) e não consumos por período horário.



A variação do custo mensal de energia para produção de água, acompanha a variação verificada nos volumes de água produzidos, apresentando um **custo médio mensal na ordem dos 104.000,00 € (20.000 €/mês acima da média mensal de 2016)**.

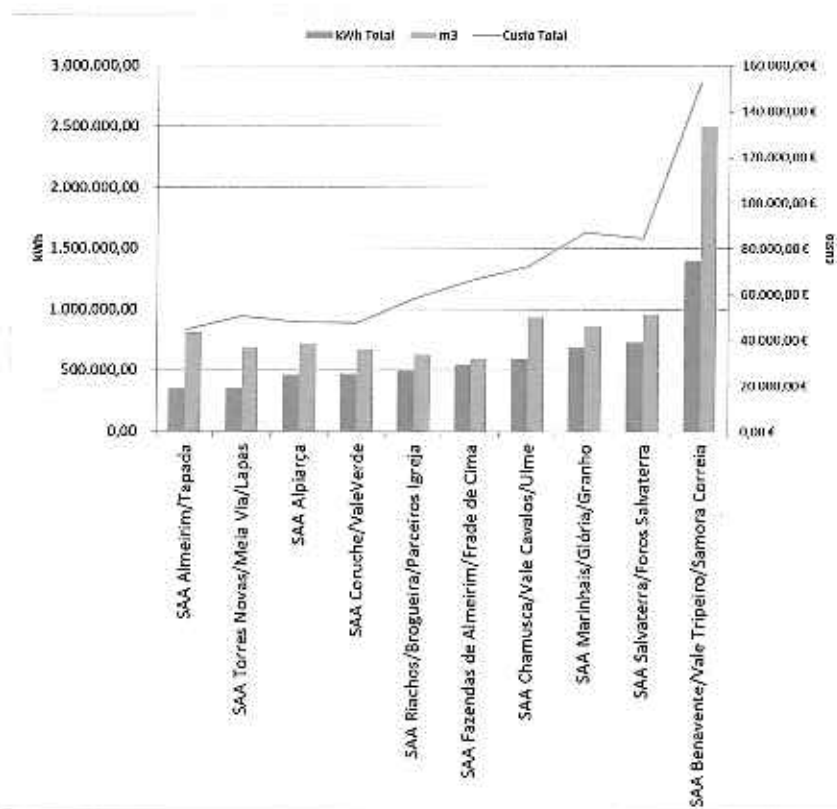
Parte dos custos de energia são fixados pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços de Energia) e não dependem do fornecedor e, face a 2016, verifica-se um acréscimo significativo de 0,027 €/m³ para 0,038 €/m³ só para pagamento das tarifas definidas pela entidade reguladora, o que representa um aumento de 40%, resultando do efeito combinado do aumento destas tarifas, da distribuição dos consumos e da potência utilizada.

Importa também assinalar que a descida dos níveis freáticos na grande maioria das captações levou a um aumento do consumo de energia por metro cubico de água captada, situação que teve início no verão e que se manteve até outubro.



ABASTECIMENTO	kWh/m3	€/kWh	€/m3
2017	0,601	0,160	0,096
2016	0,570	0,134	0,076
2015	0,568	0,142	0,081

Para melhor caracterizar o universo do consumo energético na atividade de abastecimento de água foram analisados os 10 subsistemas que consomem mais energia. A figura seguinte mostra os consumos e os custos energéticos absolutos face ao volume de água produzido de cada um destes subsistemas.



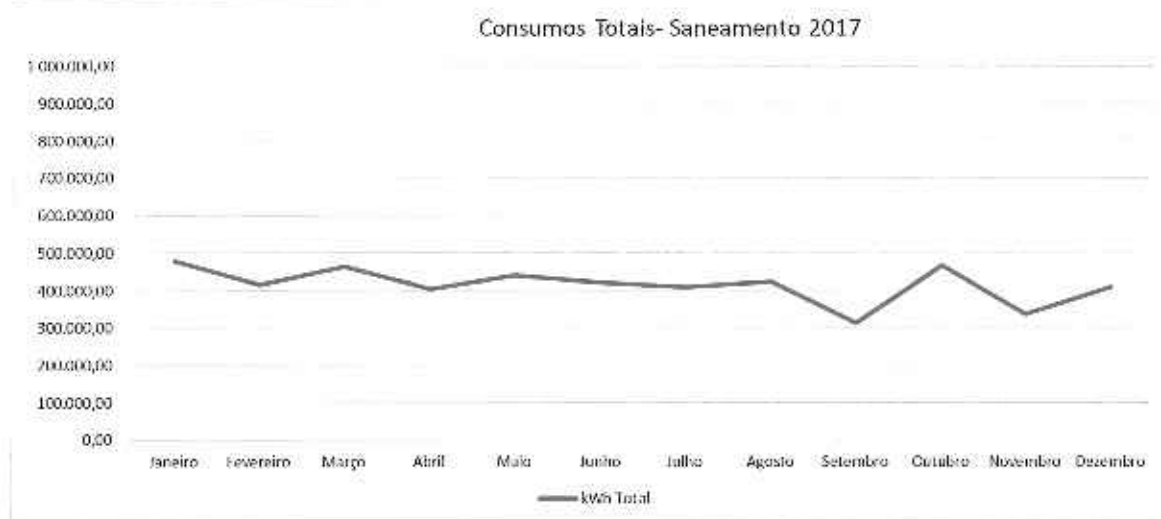
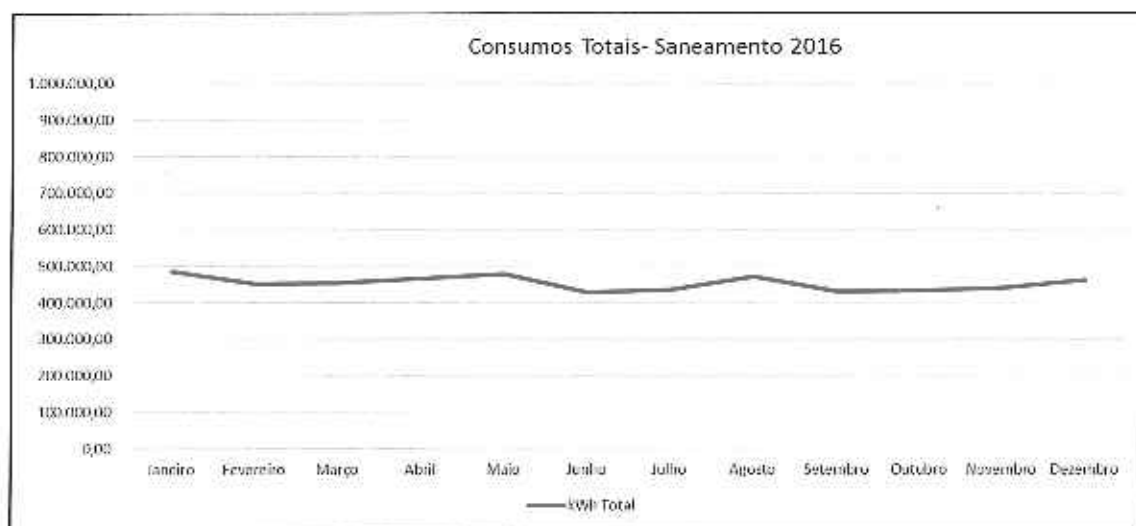
Dos 44 subsistemas de abastecimento sob gestão da AR, os 10 subsistemas apresentados representam cerca de 80% do total do consumo de energia e custos associados na atividade de abastecimento de água.

Em termos absolutos o subsistema de Benavente/Samora/Vale Tripeiro é o maior produtor de água, o maior consumidor de energia e é também um dos que tem melhor eficiência energética (0,56 kWh/m3) e o que apresenta o menor custo unitário (0,06 €/m3), evidenciando que neste subsistema em particular a atenção para a redução de consumos de energia deverá ser focada na redução de perdas de água.

O subsistema de abastecimento entre os 10 maiores consumidores menos eficiente (0,91 kWh/m3) e com maior custo unitário (0,11 €/m3) em 2017 foi o SAA Fazendas de Almeirim/Frade de Cima, à semelhança do ano anterior.

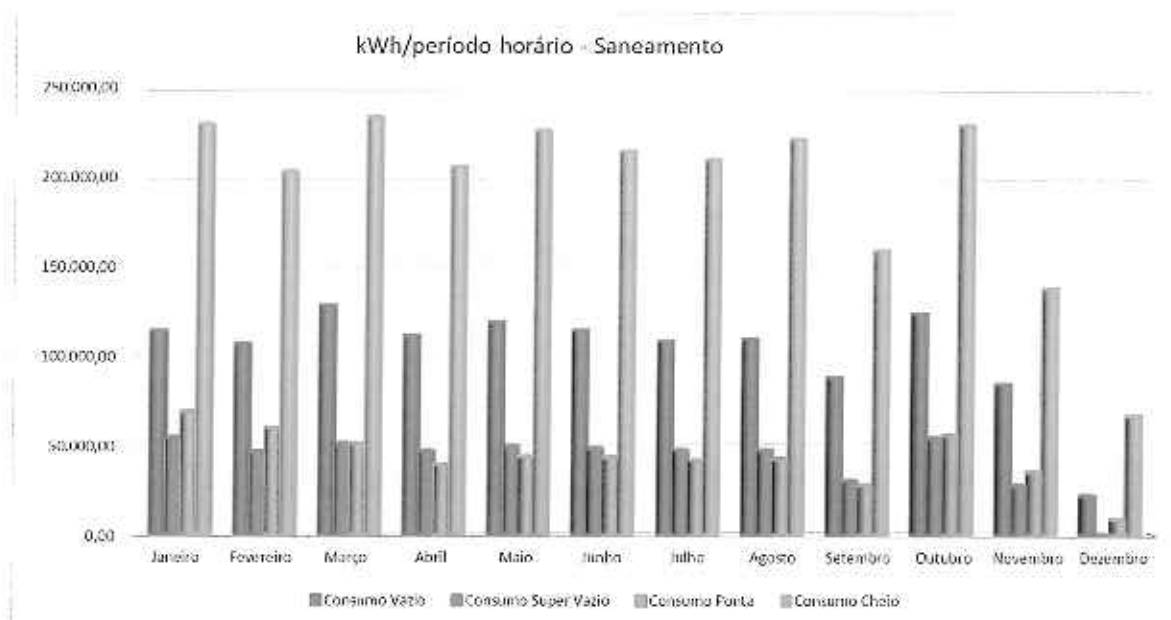
ENERGIA ELÉTRICA – SANEAMENTO

No saneamento os consumos de energia verificaram um decréscimo face a 2016, devido não só ao tempo seco que se fez sentir no ano de 2017, mas também ao facto de 3 instalações de tratamento (Lapas/Ribeira, Quinta do Papelão e Murteira) e respetivas EE estarem fora de serviço para obras de remodelação.

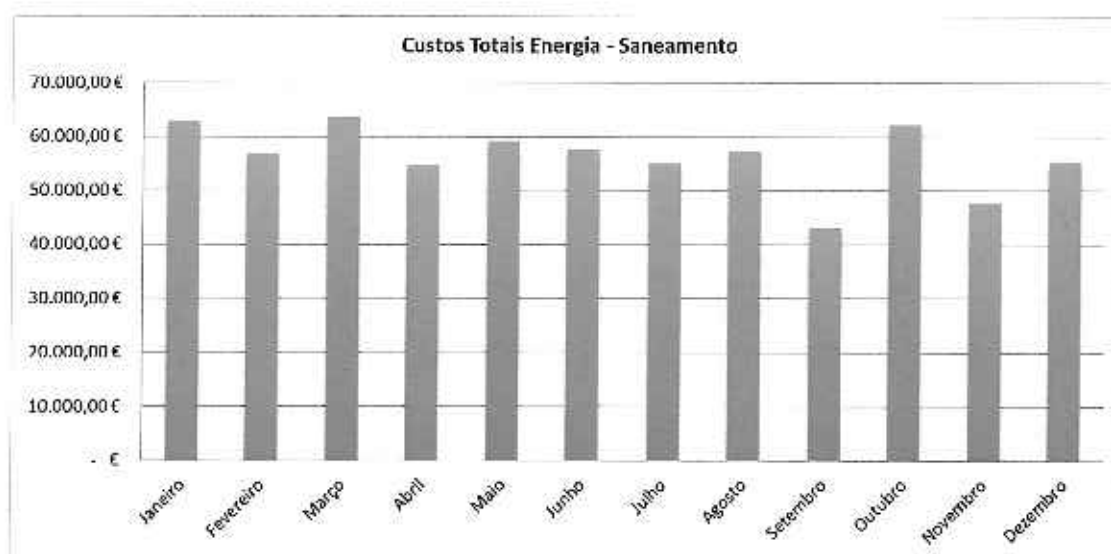


As figuras seguintes traduzem os consumos energéticos nos vários períodos horários no saneamento. Verifica-se a regularidade dos consumos com exceção dos meses de novembro e dezembro por falta

de dados do fornecedor de energia, sendo expectável que nestes meses a distribuição de consumos seja idêntica à dos meses anteriores.



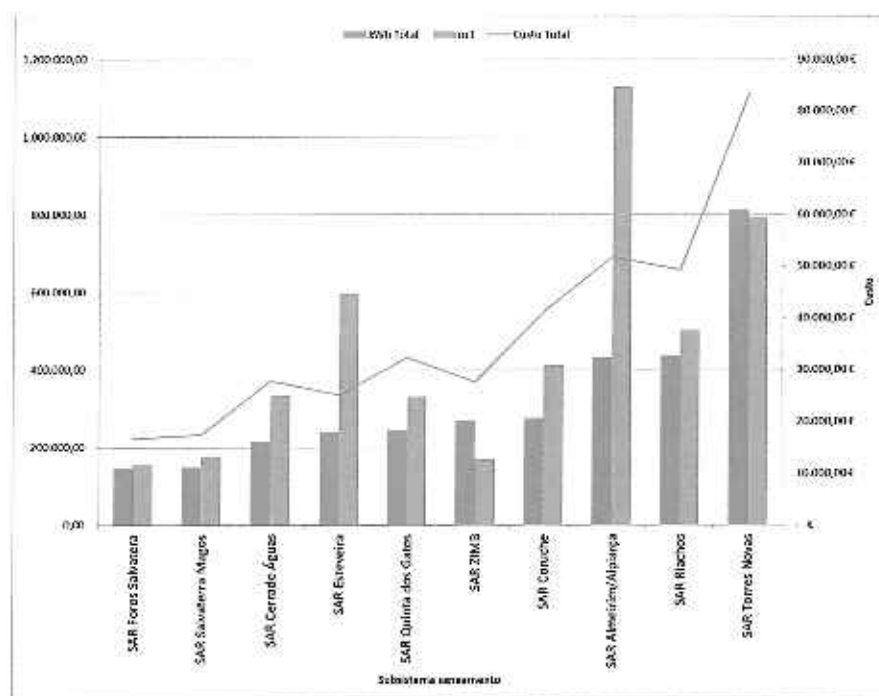
A atividade de elevação e tratamento de águas residuais apresenta em 2017 um **custo médio mensal na ordem dos 56.000 €** (3.000,00 €/mês a menos que em 2016).



SANEAMENTO	kWh/m ³	€/kWh	€/m ³
2017	0,736	0,136	0,100
2016	0,652	0,131	0,085
2015	0,665	0,144	0,095

Apesar de no total se ter consumido menos energia no saneamento, resulta que por m³ os consumos e os custos foram mais elevados que em 2016, tão só porque no saneamento, independentemente do volume de água residual a tratar, as ETAR, que representam 70% do total de energia consumida, têm um consumo energético constante.

Analisando os 10 subsistemas de saneamento com maior consumo de energia, que representam 60% do volume de água residual recolhida e tratada, temos o gráfico em baixo. Verifica-se que o subsistema de Torres Novas é, em termos absolutos, o maior consumidor de energia e o mais caro, no entanto, destes 10 subsistemas o menos eficiente em termos energéticos é o de ZIMB sendo também o que apresenta um maior custo unitário (0,164 €/m³).



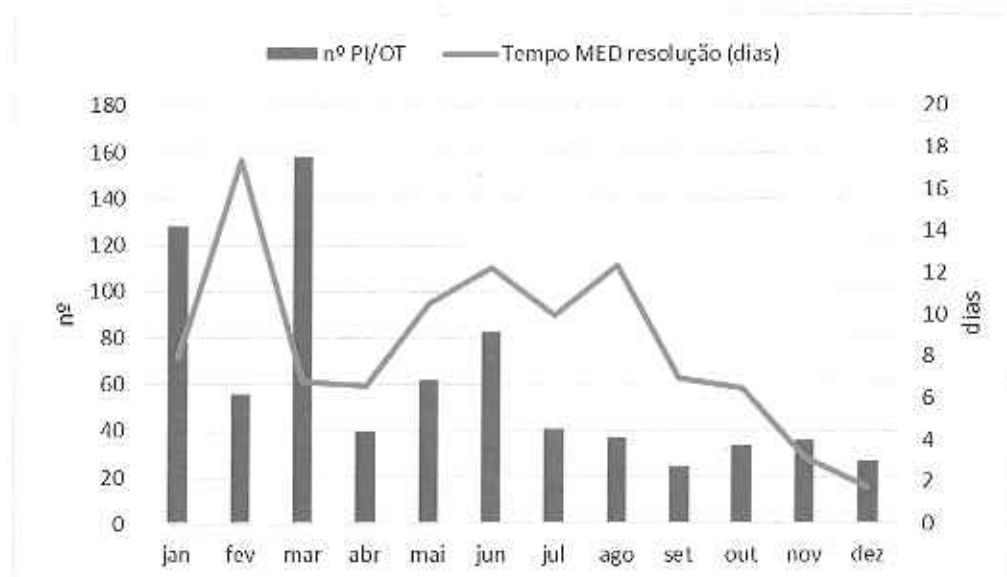
MANUTENÇÃO

Inserido na Direção de Produção e Tratamento, o serviço de Manutenção tem a seu cargo a manutenção das infraestruturas de produção de água e de tratamento de águas residuais.

As atividades de Manutenção são asseguradas pelas equipas internas da Águas do Ribatejo nas áreas da eletricidade e eletromecânica e por prestadores de serviços nas áreas específicas da potência, automação, comunicações e telegestão.

A resposta da Manutenção às solicitações dos serviços de operação deu prioridade a situações que apresentassem manifestamente risco de segurança para pessoas, falhas no abastecimento de água e descargas de águas residuais não tratadas nas linhas de água, por esta ordem.

A figura seguinte resulta do software de gestão da manutenção, e representa a execução de trabalhos solicitados à área da Manutenção entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 que totalizaram 727 Ordens de Trabalho numa média estimada de cerca de 60 Ordens de Trabalho mensais.

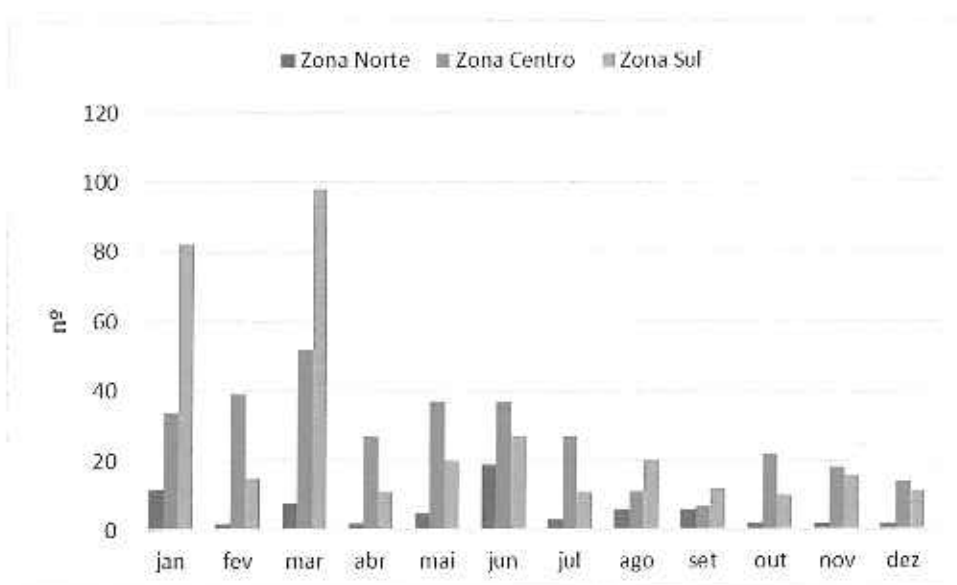


O valor do tempo médio de resolução dos meses de janeiro e de fevereiro de 2017 vêm afetados por trabalhos cujo atraso se deve ao facto de estarem dependentes da entrega de materiais, sem stock no

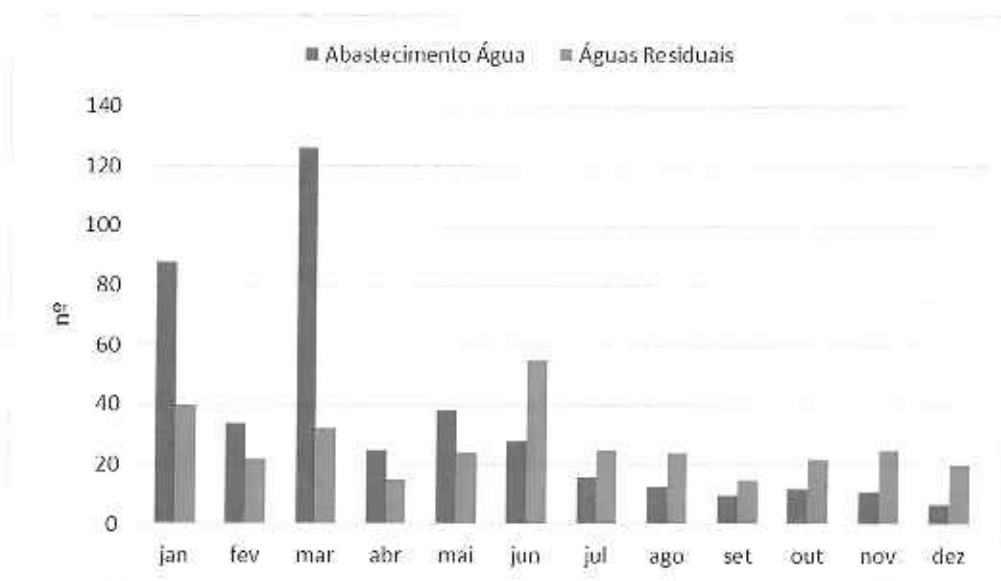
AC e com prazos de entrega alongados, e trabalhos a executar por prestadores de serviços externos dependentes de tramites da contratação pública.

A zona operacional com mais solicitações à Manutenção continua a ser a zona operacional centro, sendo esta a que agrega mais municípios e instalações, já a zona operacional norte, que consiste num único município, é a que menos intervenções de manutenção tem solicitado.

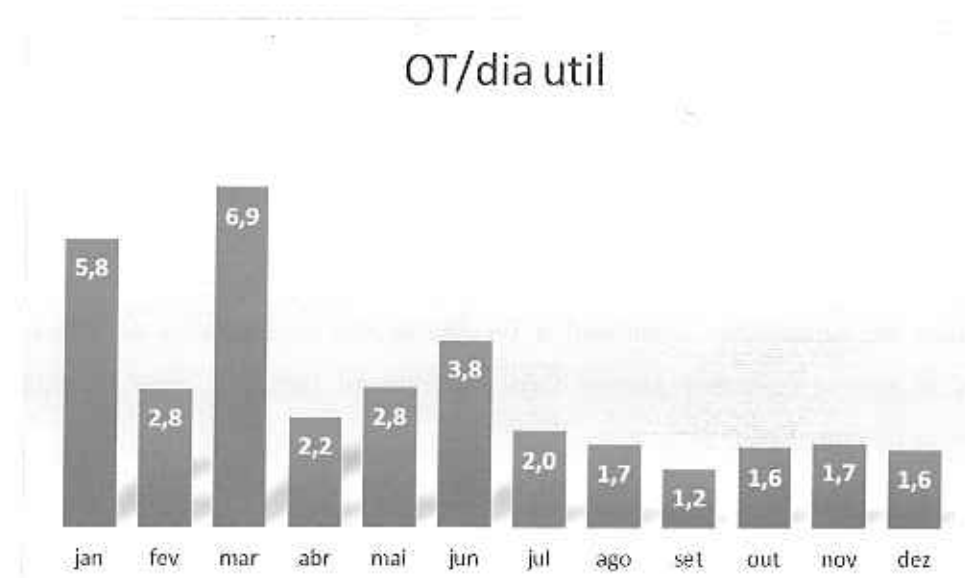
Na figura seguinte encontra-se a variação mensal de trabalhos solicitados por cada uma das zonas operacionais. Na zona operacional sul os meses de janeiro e de março foram períodos de execução de operações de manutenção preventiva por parte de empresas contratadas, motivo pelo qual a disparidade de número de trabalhos executados nesta zona face aos restantes meses do ano.



Os subsistemas de saneamento continuam a ser líderes nas necessidades de intervenções de manutenção, o que se considera normal face ao ambiente corrosivo onde os equipamentos eletromecânicos têm de operar.

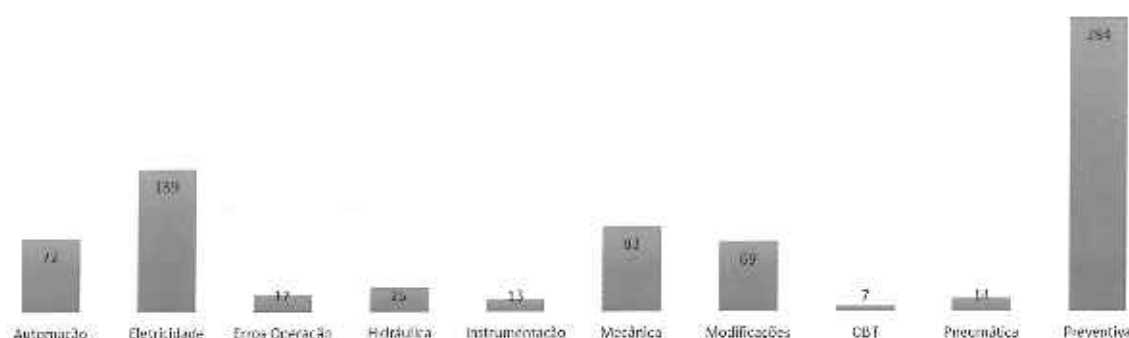


Foram registados no software uma média de 2,9 intervenções por cada dia útil, revelando uma excelente capacidade de resposta, tendo em conta o número de instalações, a área geográfica e número de equipas ao serviço.



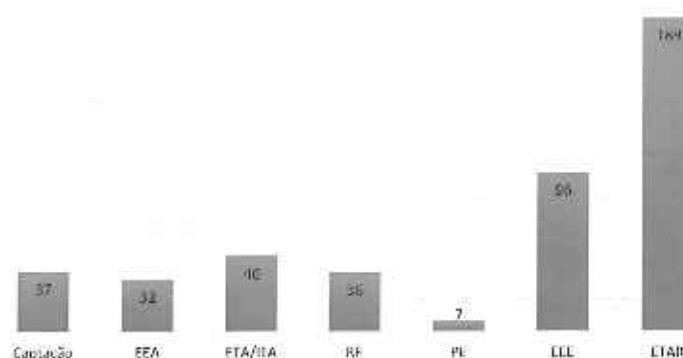
As intervenções da Manutenção são classificadas em várias categorias mantendo-se com maior volume, tal como nos anos anteriores, as intervenções devidas a avarias elétricas, as quais são por si só também causa de avarias nos sistemas de automação e controlo, só ultrapassadas em 2017 pelas operações de manutenção preventiva do mês de março atrás referidas.

Tipo intervenção



Além do tipo de intervenção importa também distinguir os locais onde as intervenções de manutenção são solicitadas, continuando a ser em 2017 a área das águas residuais, e mais concretamente nas ETAR, onde a Manutenção é mais solicitada a intervir, à semelhança dos anos anteriores. De referir que os dois tipos de infraestruturas das águas residuais (EE e ETAR) somam mais intervenções do que a totalidade dos cinco tipos de infraestruturas existentes no abastecimento de água.

Local intervenção



GESTÃO DE REDES

EXPLORAÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO

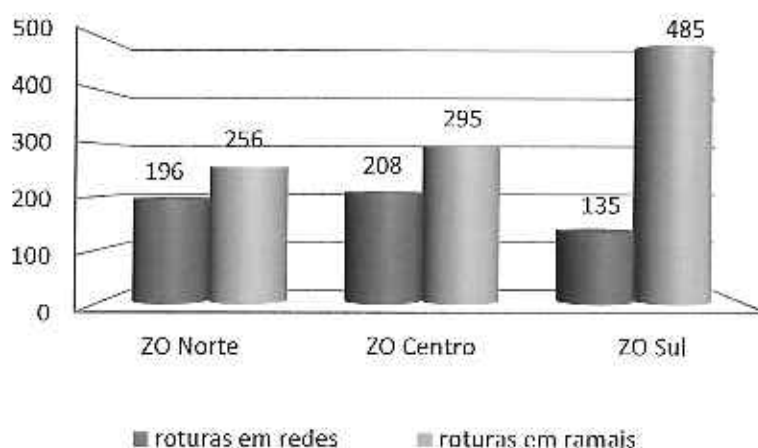
No exercício dos serviços de exploração e manutenção das redes de abastecimento e ramais domiciliários, destacam-se as ações realizadas no ano de 2017.

MANUTENÇÃO DE REDES - REPARAÇÃO DE ROTURAS

Neste período a DGR procedeu a **1575** reparações de roturas nos sistemas de abastecimento, num total de **2.194.2** Km de rede e **69.588** ramais domiciliários de água. Foram assim executadas 539 reparações de roturas em redes e 1036 reparações em ramais. Relativamente ao ano de 2016, observa-se um maior número de ocorrências de roturas tanto nas condutas como em ramais, tendo ocorrido nesse ano 1281 roturas.

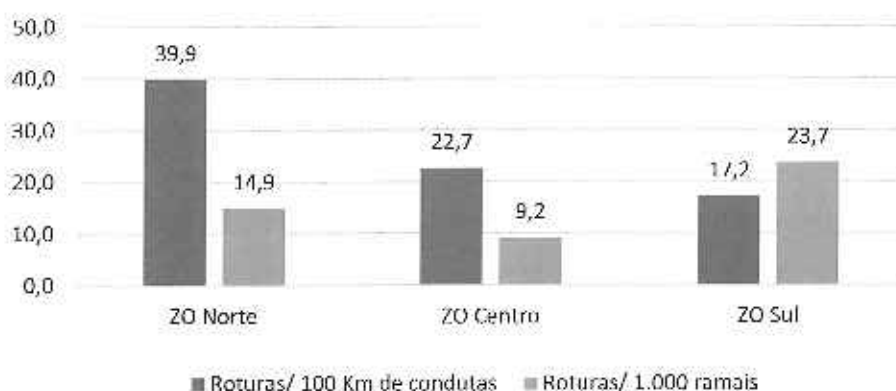
No global, a média de ocorrências neste período foi de 4.31 roturas/dia, valor superior a 2016, em que se observaram 3.53 roturas/dia.

TOTAL DE ROTURAS – ANO 2017



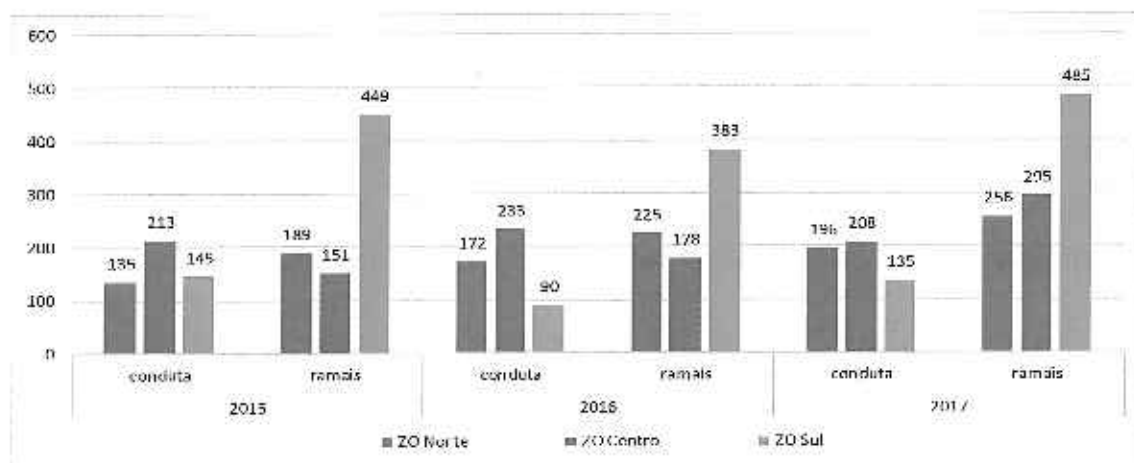
As ocorrências de roturas deveram-se maioritariamente ao desgaste dos materiais e/ou ao deficiente estado das condutas e ramais, das quais, no âmbito da campanha de controlo ativo de perdas, foram detetadas 106 fugas não visíveis durante o ano 2017, sendo 85 FNV em ramais e 21 FNV em conduta, valores inferiores aos obtidos em 2016, em que tinham sido detetadas 161 FNV, 137 em ramais e 24 em conduta.

ROTURAS EM CONDUTAS E RAMAIS – ANO 2017



Analisadas as quantidades de roturas em relação à extensão de rede e número de ramais nas três zonas operacionais – ZO Norte: 491,9 Km e 17.178 ramais; ZO Centro: 916,3 Km e 31.959 ramais; ZO Sul: 786,4 Km e 20.451 ramais - observou-se uma maior incidência de roturas em condutas na zona operacional Norte e uma maior percentagem de roturas em ramais na zona operacional Sul.

ROTURAS - Anos 2015-2016-2017



ROTURAS - Anos 2015-2016-2017

Zona	2015		2016		2017	
	conduta	ramais	conduta	ramais	conduta	ramais
ZO Norte	135	189	172	225	196	256
ZO Centro	213	151	233	178	208	295
ZO Sul	145	449	90	383	135	485
Totais	493	789	495	786	539	1036
	1282		1281		1575	

Nos sistemas de abastecimento do Município de Torres Novas houve, no global, um aumento de 14% de roturas relativamente a 2016, igualmente 14% em condutas e 14% em ramais.

Na ZO Centro observou-se um aumento de roturas de 22% relativamente ao ano 2016, havendo uma diminuição de 11% de roturas em condutas e um aumento de 66% de roturas em ramais.

Na zona operacional Sul, verificou-se em 2017 um maior número de roturas quando comparado com o ano 2016, na ordem de 31% de ocorrências. Observa-se, assim, um aumento de 52% de registos de roturas em condutas e de 27% de casos de roturas em ramais.

FALHAS NO ABASTECIMENTO

No âmbito da gestão de redes, as falhas no abastecimento ocorrem na sua grande maioria na sequência de ocorrências de roturas nas redes, procedendo os serviços à suspensão do abastecimento público para a reparação das condutas e restabelecimento da qualidade da água. Efetuou-se ainda a suspensão do abastecimento devido a intervenções programadas de construção e reabilitação de redes, sendo, nestes casos, emitidos avisos aos moradores nas zonas afetadas.

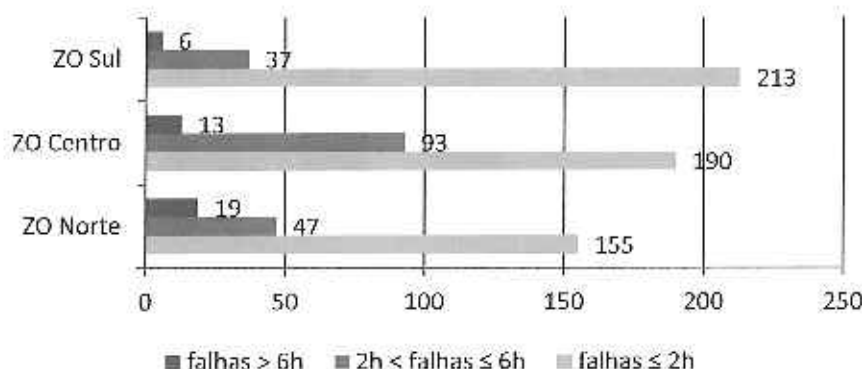
Em 2017 houve um total de 773 situações de suspensão do abastecimento das quais mais de 94% se deveram a ocorrências não programadas, verificando-se neste ano um total idêntico ao de 2016 em que tinham ocorrido 765 situações de falha de abastecimento.

Suspensões de abastecimento	Programadas	Não programadas	Total
Zona Operacional Norte	14 falhas	207 falhas	221 falhas
Zona Operacional Centro	28 falhas	268 falhas	296 falhas
Zona Operacional Sul	8 falhas	248 falhas	256 falhas

No gráfico seguinte reporta-se a duração das falhas ocorridas no ano de 2017 nas várias zonas operacionais, tendo por base os intervalos de tempo definidos: menor que 2 horas; entre 2 e 6 horas, e superior a 6 horas. Observa-se ter havido um menor número de casos em que as suspensões do abastecimento decorreram em períodos mais longos. Foram, na maioria, casos de intervenções programadas, de maior complexidade, no âmbito da reabilitação das infraestruturas. Verifica-se que, pelo contrário, o maior número de casos de falhas ocorre em curtos períodos de tempo.



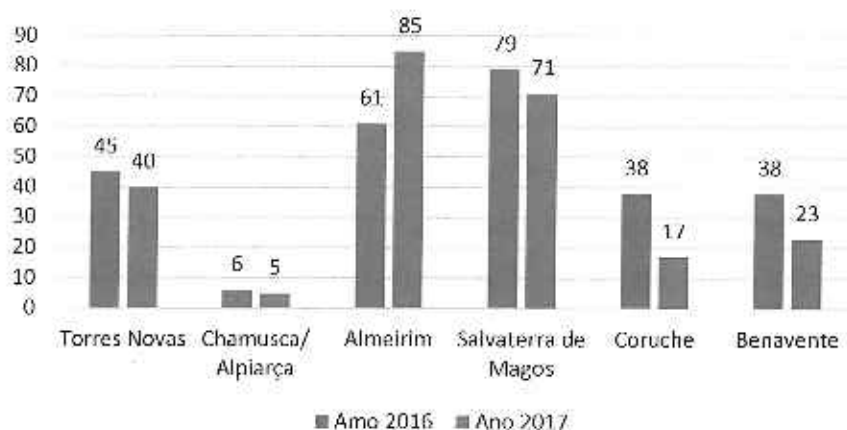
NÚMERO DE FALHAS E DURAÇÃO NO DECURSO DAS OPERAÇÕES



ORÇAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS

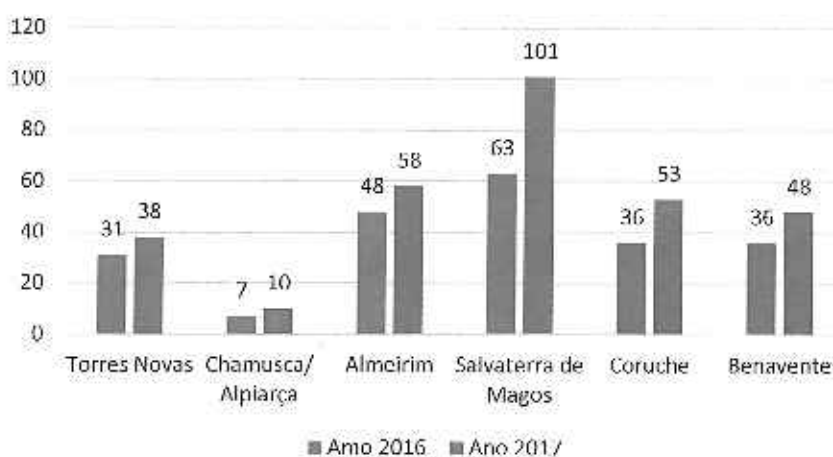
No ano de 2017 foram orçamentados pelos serviços de exploração 241 ramais de abastecimento de água, uma média de 20 ramais por mês, cerca de 10% menos do que em 2016, em que haviam sido efetuados 267 orçamentos de ramais de ligação de água.

ORÇAMENTAÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO



No que respeita à construção/ alteração de ramais de ligação de água, no ano 2017 foram executados 308 ramais. Comparativamente aos 221 ramais executados em 2016 verifica-se, no global das zonas operacionais, um aumento de 39%.

CONSTRUÇÃO / ALTERAÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO



EXECUÇÃO DE RAMAIS - anos 2015-2016-2017

Município	2015	2016	2017
Torres Novas	28	31	38
Chamusca/ Alpiarça	24	7	10
Almeirim	36	48	58
Salvaterra de Magos	60	63	101
Coruche	71	36	53
Benavente	60	36	48
Totais	279	221	308

MANUTENÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO

Para além dos trabalhos de reparação de roturas e execução de ramais, destacam-se as seguintes ações realizadas nas redes de abastecimento, no âmbito de ocorrências e serviços programados, com os seguintes registos:

- Ocorrências de abatimento de pavimentos, por anomalias nas redes e outras infraestruturas de abastecimento: sinalização dos locais (79);
- Falhas no abastecimento (40);
- Anomalias na pressão de serviço (78);
- Ocorrências de turvação na rede de distribuição (181);
- Cortes de ramais domiciliários (139);
- Instalação de válvulas de seccionamento em ramais (389);
- Reabertura de ramais (28);
- Instalação/substituição de válvulas de seccionamento na rede (16);
- Manutenção de ventosas, bocas de incêndio e marcos de incêndio;
- Verificação das condições de ligação de redes prediais às redes públicas de abastecimento (88);
- Substituição de condutas e prolongamento das redes de abastecimento.

SUBSTITUIÇÃO E PROLONGAMENTOS DE REDES

Em 2017 procedeu-se à substituição de condutas e prolongamentos de rede nos seguintes subsistemas de abastecimento de água, num total de 2.900 metros, em:

- Couço
- Foros de Coruche
- Santana do Mato
- Liteiros à Zibreira
- Coruche
- Fazendas de Almeirim

GESTÃO PATRIMONIAL DE INFRAESTRUTURAS (GPI)

A Águas do Ribatejo, EM,SA, está em fase de implementação do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas tendo decorrido designadamente as seguintes tarefas:

- Substituição de condutas em polietileno de baixa densidade no município de Benavente;
- Realização de ações de controlo ativo de perdas com equipa externa;
- Remodelação das redes de abastecimento de água com roturas frequentes;
- Instalação de medidores de caudal e pressão e sectorização da rede (ZMC);
- Análise de dados de consumos e pressão na rede;
- Substituição de contadores;
- Melhoria do cadastro e implementação de procedimentos de atualização;
- Integração entre bases de dados de operação relevantes e o cadastro;
- Empreendimento de ações de combate aos consumos ilícitos.

GESTÃO DE PERDAS REAIS

Na sequência da estratégia de redução de perdas reais de água adotada pela AR, ocorreram as seguintes atividades:

- Continuação da pesquisa ativa de fugas de água na rede de abastecimento, com duplicação dos meios face aos registados em 2016 e 2017, para o biénio 2018-2019;
- Criação das seguintes novas ZMC:
 - Zambujeiro (Santo Estêvão)
 - VNSE (Vila Nova de Santo Estêvão)
 - RM2 (Marinhais)
 - Pé de Cão (Torres Novas)
 - Tufeiras Valhelhas (Torres Novas)
 - Meia Via (Torres Novas)
 - Babalhau (Torres Novas)
- Análise diária dos dados de caudal e pressão de 50 ZMC;
- Preparação de notas técnicas para constituição de novas ZMC nos municípios de Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos.

Refere-se ainda que, os resultados da prestação de serviços referida no primeiro ponto, que teve início a 14/03/2016, resume-se da seguinte forma:

Município	Fugas não visíveis confirmadas - FNVc		Fugas visíveis e outras perdas		Extensão de rede pesquisada (km)	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Almeirim	2	5	0	1	8	203
Alpiarça	7	1	1	0	61	20
Benavente	50	24	19	11	479	474
Chamusca	6	16	1	4	60	77
Coruche	16	13	1	5	204	162
Salvaterra de Magos	24	28	8	19	291	336
Torres Novas	56	31	10	9	398	174
TOTAL	161	118	40	49	1501	1446

Após análise do quadro anterior conclui-se que, embora a extensão de rede pesquisada seja quase a mesma, o número de fugas não visíveis confirmadas reduziu de forma substancial. Esta discrepância poderá ser justificada por em 2016 as redes terem sido pesquisadas pela primeira vez, tendo-se encontrado fugas antigas e recentes, e em 2017, embora também se tenha pesquisado algumas redes pela primeira vez, também se repetiu a pesquisa em algumas das redes mais problemáticas, encontrando-se nestas maioritariamente apenas fugas recentes.

Verificou-se que em 2016 em média bastava pesquisar cerca de 9 km até se encontrar uma fuga não visível e em 2017 o valor passou para 12 km.



EXPLORAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO

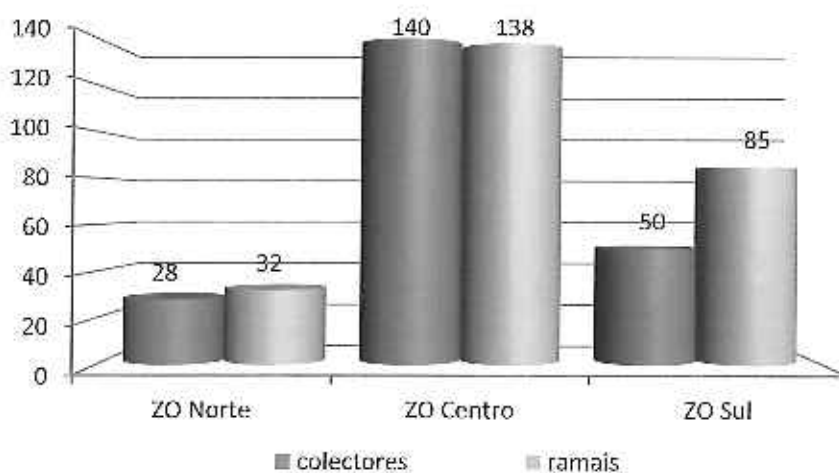
No âmbito dos serviços de exploração de redes de saneamento destacam-se as seguintes ações realizadas no ano de 2017.

DESOBSTRUÇÃO DE COLETORES

As equipas de exploração da AR procederam neste período a 473 intervenções de desobstrução de coletores. Foram, assim, executadas nas várias redes de saneamento 218 serviços de desobstrução de coletores e 255 desobstruções de ramais de ligação domiciliária de esgotos. Relativamente ao ano de 2016, observa-se um maior número de obstruções tanto nos coletores como em ramais, tendo ocorrido nesse ano 365 ocorrências.

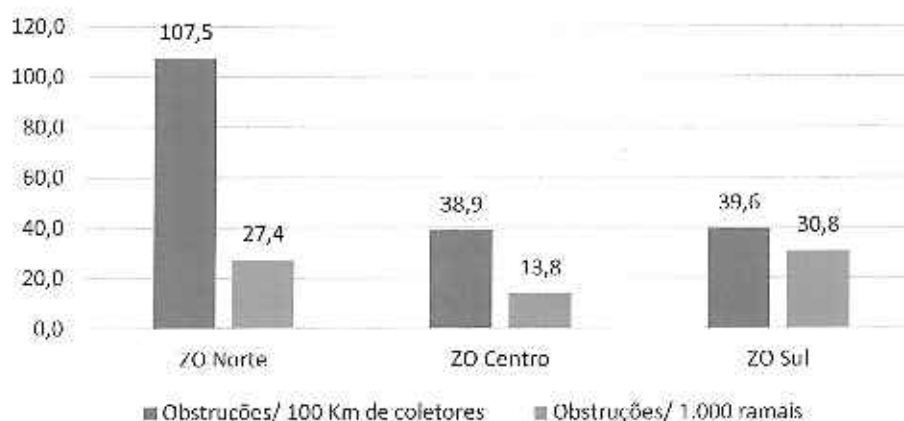
No global, a média de ocorrências neste ano foi de 1,3 obstruções/dia, valor superior a 2016, em que se observavam 1,0 obstruções/dia.

DESOBSTRUÇÕES EM REDES DE SANEAMENTO



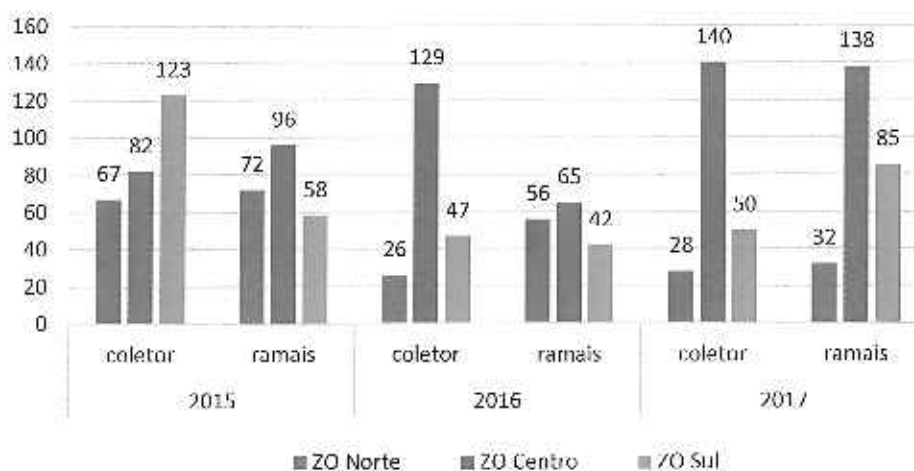
A ocorrência de obstruções deveram-se na sua maioria ao mau estado dos coletores e caixas de visita, nomeadamente em redes unitárias com coletores em betão, normalmente associadas a entrada de areias e afluências indevidas.

DESOBSTRUÇÕES EM COLETOR E RAMAIS – Ano 2017



Analisadas as quantidades de obstruções em relação à extensão de coletores e número de ramais nas três zonas operacionais – ZO Norte: 182,3 Km e 9.332 ramais; ZO Centro: 535,0 Km e 21.425 ramais; ZO Sul: 341,3 Km e 15.770 ramais - observou-se uma maior incidência de obstruções em coletores na zona operacional Norte e uma maior percentagem de obstruções em ramais na zona operacional Sul.

DESOBSTRUÇÕES – Anos 2015-2016-2017



DESOBSTRUÇÕES – Anos 2015-2016-2017

Zona Operacional	2015		2016		2017	
	coletor	ramais	coletor	ramais	coletor	ramais
ZO Norte	67	72	26	56	28	32
ZO Centro	82	96	129	65	140	138
ZO Sul	123	58	47	42	50	85
total	272	226	202	163	218	255
	498		365		473	

Nos sistemas de saneamento do Município de Torres Novas verificou-se, no global de ocorrências de obstruções, uma diminuição de 27% de situações relativamente a 2016, havendo, no entanto, um aumento de 8% de obstruções em coletores e uma redução de 43% de casos em ramais.

Na ZO Centro observou-se um aumento de ocorrências de obstruções na ordem dos 43%, quando comparado com 2016, havendo um acréscimo de 9% de obstruções em coletores e um aumento de 112% em ramais.

Nos sistemas de saneamento da ZO Sul, verificou-se, no global das ocorrências, um aumento de 52% de obstruções relativamente a 2016, com o aumento de 6% de obstruções em coletores e o aumento de 107% de obstruções em ramais.

EXECUÇÃO DE RAMAIS - anos 2015-2016-2017

Município	2015	2016	2017
Torres Novas	12	15	23
Chamusca/ Alpiarça	4	6	4
Almeirim	11	10	19
Salvaterra de Magos	13	17	27
Coruche	10	9	17
Benavente	10	10	13
Totais	60	67	103

MANUTENÇÃO DE REDES DE SANEAMENTO

Para além dos serviços de desobstrução e limpeza de coletores, destacam-se as seguintes ações realizadas no âmbito dos serviços de exploração de redes de saneamento, com os seguintes registos de ocorrência:

- Substituição de tampas de saneamento partidas (62); caixas sem tampa (9) e tampas a instáveis (38);
- Reparação de coletores e caixas de visita;
- Reparação de ramais de ligação;
- Execução e/ou remodelação de caixas de ramal e nivelamento de tampas às cotas dos passeios;
- Execução de ramais de ligação;
- Reparação de pavimentos com abatimentos (116);
- Verificação das condições de ligação de redes prediais às redes públicas de saneamento (231);
- Inspeção vídeo de coletores para identificação de patologias nas redes de drenagem;
- Alçamento de caixas de visita e nivelamento de tampas de saneamento, no âmbito do levantamento cadastral das redes de saneamento da AR;
- Obstrução de ramais industriais face a incumprimentos dos parâmetros de descarga estabelecidos em Autorização de Descarga de Águas Residuais emitida pela AR.

DESINFESTAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO

Dando cumprimento à calendarização estabelecida para a desinfestação das redes de saneamento, a DGR procedeu à desratização e desbaratização dos coletores. No ano 2016 foram levadas a cabo 4 campanhas de desinfestação nos sistemas de saneamento de Benavente, Samora Correia e Porto Alto e 3 campanhas nas restantes redes. Foram igualmente efetuados reforços de desratização e desbaratização nos ramais de saneamento, na sequência de reclamações apresentadas pelos clientes.

ELABORAÇÃO DE CADASTRO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

Durante o ano de 2017 tiveram seguimento os trabalhos de elaboração de cadastro que iniciaram no final de 2016, que se resumem na tabela seguinte:

Município	2016		2017		TOTAL (km)
	Levantamento Cadastral (km)	Processamento de Telas Finais (km)	Levantamento Cadastral (km)	Processamento de Telas Finais (km)	
Almeirim	-	-	115	46	161
Alpiarça	-	-	59	7	66
Chamusca	-	-	52	47	99
Salvaterra de Magos	-	-	87	63	150
Torres Novas	15	1	168	26	210
TOTAL	15	1	481	190	687

Durante o ano de 2017 efetuou-se o levantamento cadastral de 481 km e o processamento de telas finais respeitantes a 190 km de rede. No entanto, tem-se verificado um elevado número de situações que têm dificultado o andamento dos trabalhos, como tampas pavimentadas, calcinadas e partidas. Precedeu-se em 2017 ao nivelamento de 286 tampas pavimentadas e ao alteamento de 26 caixas de visita, com recurso a meios externos.

OUTROS SERVIÇOS

REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS NA MANUTENÇÃO DE REDES

Na sequência das intervenções de manutenção das redes e ramais de abastecimento e saneamento, os serviços procederam em 2017 à repavimentação e limpeza das áreas intervencionadas, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Tipo de pavimento	ZO Norte		ZO Centro		ZO Sul		Totais	
	Serviços executados (Un)	Áreas totais (m2)	Serviços executados (Un)	Áreas totais (m2)	Serviços executados (Un)	Áreas totais (m2)	Serviços executados (Un)	Áreas totais (m2)
Pavimentos betuminosos	213	1.060,6	183	1.559,7	86	1.627,4	482	4.247,7
Calçada	47	129,9	65	132,9	116	478,6	228	741,4
Pavimentos em betão	23	105,6	26	75,8	6	20,3	55	201,7
Pavimentos em pavet de betão	13	28,2	26	72,0	6	89,2	45	189,4
Total	299	1.324,3	300	1.840,4	214	2.215,5	810	5.380,2

Observa-se uma área total repavimentada em 2017 de 5.380,2 m2, da qual 80% foi efetuada em pavimentos betuminosos.

Observa-se igualmente que 41% das repavimentações efetuadas ocorreram na ZO Sul, 34% ocorreram na ZO Centro e 25% na ZO Norte.

ANÁLISE DE PROJETOS E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

Em 2017 houve desenvolvimentos em 123 processos. A grande maioria dos pedidos de parecer respeitam a construção/alteração ou a ligação de edifícios/edificações destinadas a atividades económicas, nos vários sectores. Os edifícios de utilização residencial ocupam uma posição secundária em termos de volume de trabalho. A tabela 1 segrega os processos com desenvolvimentos em 2017.

Tabela: Número de processos em que houve desenvolvimentos por tipologia (ano 2017)

Municípios	Área (km ²)	População (2011)	Redes Gerais		Redes Prediais		Total
			Atividades Económicas / Serviços	Habitação	Atividades Económicas / Serviços	Habitação	
Almeirim	222	23376	0	0	7	2	9
Alpiarça	95	7702	0	1	2	2	5
Benavente	521	29019	2	5	17	16	40
Chamusca	746	10120	0	0	3	0	3
Coruche	1116	19944	2	5	6	2	15
Salvaterra de Magos	244	22159	0	6	11	5	22
Torres Novas	270	36717	0	5	12	12	29
Total	3214	149037	4	22	58	39	123

Da análise da tabela, compreende-se o maior volume de processos associado ao município de Benavente e em segundo plano Torres Novas e Salvaterra de Magos em especial sistemas prediais de edifícios destinados a atividades económicas.

QUALIDADE

ASPETOS GERAIS

Aplicando-se a lógica de que a responsabilidade pelo controlo da qualidade deve ser independente das atividades de exploração dos sistemas de abastecimento e saneamento, compete ao Gabinete de Qualidade (GQ) a conceção, implementação e gestão dos programas de monitorização e controlo de qualidade, assim como a divulgação dos respetivos resultados.

As ações de monitorização e verificação da qualidade centram-se nos requisitos legais obrigatórios, sendo sempre complementadas com ações operacionais periódicas, focadas no controlo de todas as componentes dos subsistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Impende assim, sobre o Gabinete de Qualidade, a responsabilidade pela gestão do Laboratório Interno de Processo, equipamento central para as ações de monitorização operacional realizadas.

Durante o ano 2017 foram colhidas, no computo geral dos programas de monitorização da qualidade das águas de consumo humano, das águas residuais e da monitorização ambiental, um total de 6.670 amostras, com a seguinte distribuição:

Total Amostras	6.670
Serviços de Abastecimento	3.155
Serviços de Saneamento	3.509
Monitorização Ambiental	106
Controlo Operacional dos Serviços de Abastecimento	2.207
Controlo Operacional dos Serviços de Saneamento	1.973
Controlo no âmbito de requisitos legais dos Serviços de Abastecimento	948
Controlo no âmbito de requisitos legais dos Serviços de Saneamento	1.536

Acessoriamente, estão também atribuídas ao Gabinete de Qualidade as responsabilidades pela coordenação e implementação das ações relativas ao sistema de garantia de qualidade do serviço prestado, especificamente nas vertentes qualidade, ambiente e segurança da água.

QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO

PLANO DE CONTROLO DE QUALIDADE

O Plano de Controlo de Qualidade das águas destinadas ao consumo humano é anualmente aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. A gestão do Plano de Controlo de Qualidade é desenvolvida pela implementação dos seguintes programas:

- Programa de Autocontrolo de Captações
- Programa de Controlo de Qualidade da Água
- Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Abastecimento de Água

PROGRAMA DE AUTOCONTROLO DE CAPTAÇÕES

O programa, que é efetuado para cumprimento das disposições legais em matéria de proteção das origens de águas, permite mapear o comportamento das águas brutas captadas e, assim, antecipar possíveis situações anómalas ou necessidades de alteração dos processos de tratamento a jusante. A determinação do número e tipo de análises é feita em cumprimento das especificações patentes das licenças de captação de água. A avaliação da conformidade das amostras toma como referencial o Decreto-lei n.º 236/98.

Os dados relativos à implementação do Programa de Autocontrolo de Captações são os seguintes:

Tabela - execução do Programa de Autocontrolo de Captações

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa de Autocontrolo de Captações	43	80	170	5.595

A avaliação qualitativa dos dados demonstra conformidade com os valores máximos admissíveis estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 236/98, para a classe A1, em 97,14% das análises.

PROGRAMA DE CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA

O programa é elaborado para cumprimento das disposições legais relativas ao controlo da qualidade da água na torneira do consumidor. O plano de amostragem e análise estabelecido anualmente é aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Todas as determinações são realizadas no total cumprimento das disposições legais constantes do Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, nomeadamente no que se refere a parâmetros, frequência de amostragem e análise, métodos analíticos e publicitação de resultados.

O número de zonas de abastecimento (ZA) controladas tem vindo a evoluir, notando-se um decréscimo gradual devido à concretização dos projetos de remodelação dos subsistemas de abastecimento. De notar que, no decurso do 1.º semestre, as zonas de abastecimento Chamusca/ Vale de Cavalos e Ulme, ambas no concelho de Chamusca, passaram a integrar um único subsistema agora denominado Chamusca/ Vale de cavalos/ Ulme.

Estas alterações refletem-se no PCQA em termos de número e tipo de controlos face ao período de funcionamento de cada uma das zonas de abastecimento. De notar que a remodelação do sistema de abastecimento se traduz, em termos anuais, numa redução do número de zonas de abastecimento exploradas, com consequente redução do número de análises efetuadas na torneira do consumidor, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela - evolução do número de zonas de abastecimento

Ano	N.º de Zonas de Abastecimento	Nº análises realizadas na torneira do consumidor
2017	47	8468
2016	48	8362
2015	50	8725
2014	55	8857
2013	56	8936
2012	66	10366

No que refere à execução do PCQA, verificou-se a colheita de 778 amostras em 652 pontos de amostragem na rede de distribuição, que se traduzem na seguinte percentagem de cumprimento dos valores paramétricos¹:

Tabela - execução do PCQA no Sistema de Abastecimento da AR

	N.º de Zonas Abastecimento		Nº análises realizadas		Nº análises realizadas com VP		Nº Incumprimentos ao VP		% Água Segura	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ÁGUAS DO RIBATEJO	47	48	8.468	8.362	6.332	6.239	29	15	99,54 (*)	99,76

[*] Valor provisional, não estando contabilizado o número de análises efetuadas pela entidade gestora em alta

Os valores da tabela acima permitem verificar uma ligeira variação negativa do indicador em 2017, não se deixando, no entanto, de permanecer num resultado que permite afirmar que a qualidade da água abastecida é de excelência. De facto, esta variação é extremamente influenciada pelas situações de exploração das redes prediais dos pontos de amostragem utilizados já que, no seu todo, os incumprimentos diretamente relacionados com a composição dos materiais das redes prediais ou sua situação de limpeza e manutenção, representam 24% do total de incumprimentos.

Refira-se que, no que respeita ao parâmetro manganês, todos os esforços de tratamento e manutenção preventiva têm sido frutíferos, não se tendo registado qualquer ocorrência de incumprimento ao valor paramétrico.

¹ O valor máximo ou mínimo fixado para cada um dos parâmetros a controlar, tendo em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, na sua redação atual.

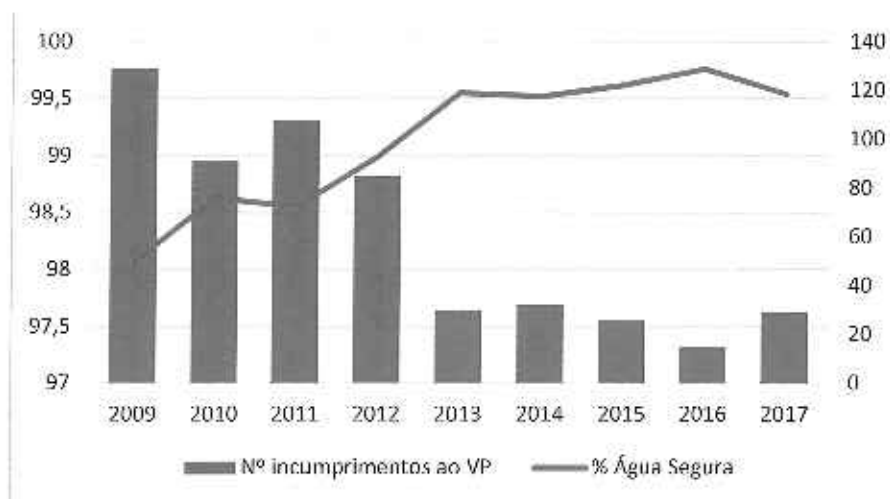


Figura - evolução do indicador de qualidade da água

Na análise por município, a variação homóloga do índice de qualidade da água é a observada no quadro infra. Refira-se que a soma não traduz o índice geral uma vez que estão refletidas as análises realizadas nas zonas de abastecimento na área de influência dos municípios e parte destas zonas abrangem mais do que um município.

Tabela - execução do PCQA, por município

Município	N.º de Zonas Abastecimento		N.º análises realizadas		N.º análises realizadas com VP		N.º incumprimentos ao VP		% Água Segura	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Almeirim	4	4	942	936	706	700	7	1	99,01	99,86
Alpiarça	2	2	604	600	456	452	7	3	98,46	99,34
Benavente	8	8	1.860	1.788	1.398	1.336	8	2	99,43	99,85
Chamusca	7	7	1.167	1.194	872	893	5	2	99,43	99,78
Coruche	20	20	2.526	2.502	1.876	1.853	4	2	99,79	99,89
Salvaterra de Magos	5	5	1.085	1.024	816	767	6	3	99,26	99,61
Torres Novas	6	7	1.491	1.514	1.117	1.136	5	2	99,55	99,82

A análise da tabela anterior traduz uma evolução negativa do indicador água segura em todos os municípios, quando avaliados individualmente. De facto, esta análise resulta do registo 29 ocorrências de parâmetros em incumprimento do respetivo valor paramétrico, verificando-se uma quase duplicação do número face ao ano anterior.

A evolução do cumprimento dos valores paramétricos ao longo do tempo reflete-se na figura seguinte.

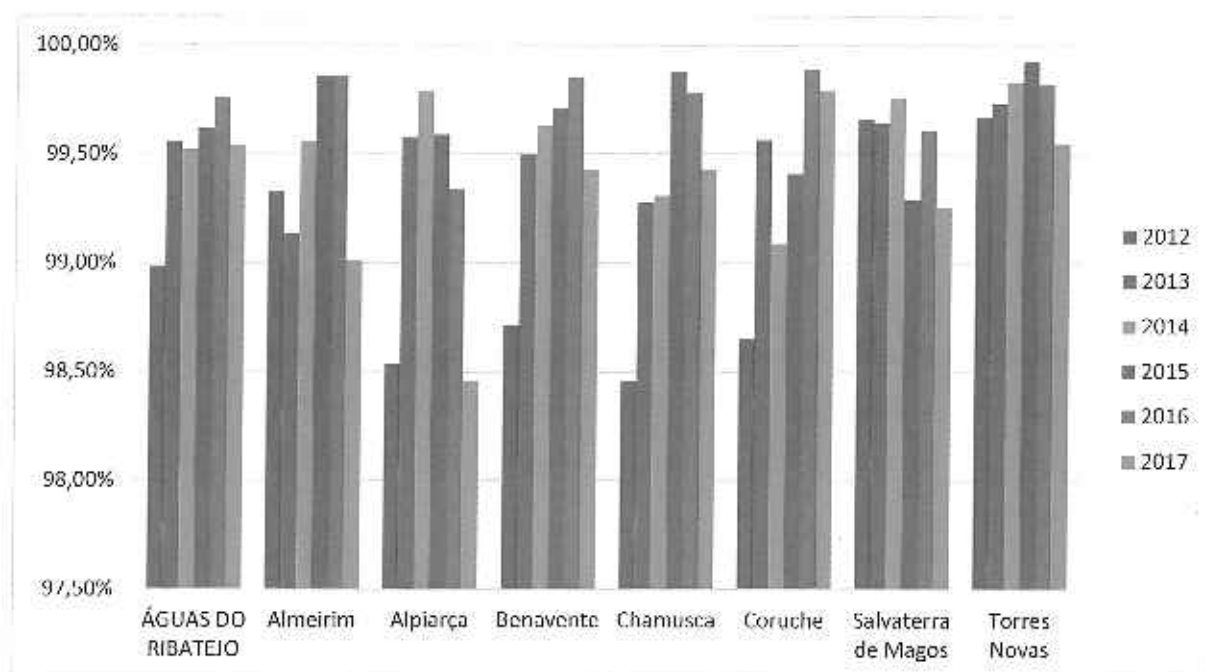


Figura - evolução do cumprimento dos parâmetros de qualidade da água para consumo humano

TRATAMENTO DE INCUMPRIMENTOS

Todos os resultados em incumprimento do valor paramétrico são alvo de investigação para qualificação das ocorrências em termos de causas e medidas necessárias à respetiva correção.

Todas as ocorrências registadas são imediatamente comunicadas às Autoridades de Saúde e à ERSAR, bem como os resultados e conclusões dos processos de investigação.

A evolução do índice de qualidade da água é corroborada pelo número de incumprimentos verificados durante ano de 2017, num total de **29 ocorrências**, com a seguinte distribuição.

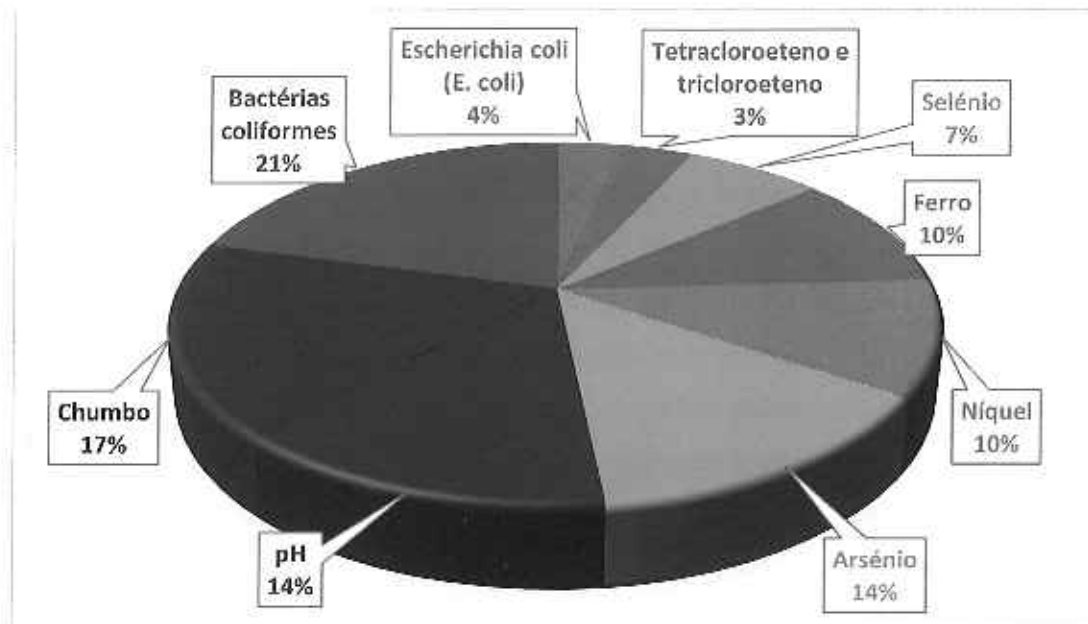


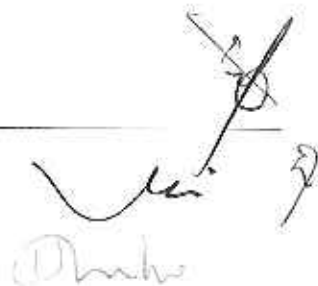
Figura - identificação de incumprimentos ao VP

As investigações sobre as ocorrências devolveram os seguintes resultados:

- **pH** – registaram-se, ao longo de 2017, 4 ocorrências de incumprimento ao valor paramétrico. Após a investigação das causas verificou-se que 2 das situações se deveram às características naturais da origem de água. As restantes ocorreram em subsistemas providos de sistema de tratamento do parâmetro, tendo-se verificado em ambas uma falha pontual no processo de tratamento. Relembra-se que este parâmetro não apresenta quaisquer riscos sanitários, pelo que o seu controlo se relaciona com a proteção dos elementos da rede e não com a saúde pública.
- **Arsénio** – registaram-se 4 ocorrências no ano transato. Três das ocorrências estiveram associadas a deficiente funcionamento pontual dos sistemas de tratamento, tendo os mesmos sido resolvidos com recurso a reparação de equipamentos ou correção do funcionamento. A quarta ocorrência deveu-se a um aumento do elemento na água bruta

captada, situação que se atribui à verificação de dois anos hidrológicos de pouca precipitação com rebaixamento acentuado dos níveis freáticos.

- **Microbiologia (Bactérias coliformes e *Escherichia coli*)** – a averiguação das causas dos incumprimentos foi, em cinco das ocorrências, inconclusiva. Nestas situações são implementadas medidas corretivas, tais como a rápida renovação da água no sistema de distribuição e/ou o reforço da desinfecção. As análises de verificação realizadas no espaço de 24 horas, permitiram verificar a boa condição de qualidade da água distribuída. Os dois casos restantes de contaminação microbiológica foram atribuídos, numa situação, à condição de higiene e limpeza de exploração da rede predial, tendo o responsável pela mesma sido alertado para a necessidade de introdução de procedimentos de limpeza. A situação restante deveu-se a um caso de falha no sistema de tratamento, tendo o mesmo sido reparado tão breve quanto possível. As análises de verificação, nestas situações, também revelaram a salubridade da água distribuída pela rede pública.
- **Chumbo e Níquel** – as ocorrências destes elementos na água na torneira do consumidor estão associados à composição da rede predial. Foi prestado esclarecimento escrito aos responsáveis pela gestão dos pontos de amostragem em questão, ainda que nem todas as investigações tenham concretizado a causa dos incumprimentos. Foram registadas um total de 8 ocorrências ao longo de 2017.
- **Ferro** – duas das ocorrências registadas verificaram-se devido à situação de manutenção das redes de distribuição. As suas correções foram possibilitadas graças a intervenções de descargas na rede, realizadas nos pontos críticos. A terceira ocorrência deu-se devido à migração do elemento dos componentes da rede predial para a água na torneira do consumidor, tendo este sido devidamente esclarecido sobre a situação.
- **Selénio** – a ocorrência deste elemento em excesso na água de consumo humano deve-se às características da água bruta captada. A AR implementou um plano de monitorização mensal do parâmetro, para acompanhamento da evolução das duas ocorrências registadas. Espera-



se que, no final de 2018, estejam reunidas as condições necessárias para a introdução de medidas corretivas adequadas.

- **Soma de Tetracloeoeteno e Tricloroeteno** – a ocorrência registada em janeiro de 2017 deveu-se a contaminação pontual da origem de água, tendo a mesma sido desativada e desligada do sistema público de abastecimento. Apesar das investigações não foi possível identificar as causas desta contaminação.

PROGRAMA DE CONTROLO OPERACIONAL DO SUBSISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Elaborado para o período do ano civil, o programa prevê a avaliação da eficiência de tratamento e, também, suprir as necessidades de monitorização e evidência sobre a situação de abastecimento. Dado o referido âmbito, o programa é elaborado de modo a abranger todas as componentes de cada subsistema de abastecimento, desde a captação até à distribuição na torneira do consumidor.

Os dados relativos à implementação do PCOSAA são os seguintes:

Tabela - execução do PCOSAA

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	N.º de amostras	N.º de análises
Programa Controlo Operacional de Subsistemas de Abastecimento de Água	44	328	2.207	15.872

Do total de análises há a realçar a realização de 7.693 parâmetros de campo expeditos, nomeadamente turvação, pH, condutividade e desinfetante residual.

QUALIDADE DE ÁGUAS RESIDUAIS

PLANO DE CONTROLO DE QUALIDADE

O Plano de Controlo de Qualidade de águas residuais é anualmente aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. A gestão da qualidade das águas residuais, carregada de elevado carácter ambiental, é efetuada nas seguintes vertentes:

- Programa de Controlo de Qualidade de Águas Residuais
- Programa de Controlo Operacional dos Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais

PROGRAMA DE CONTROLO DE QUALIDADE DAS ÁGUAS RESIDUAIS

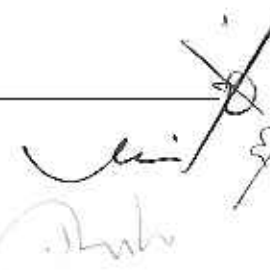
O cumprimento das imposições legais relativas à descarga de águas residuais tratadas nas linhas de água dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas é uma preocupação constante da Águas do Ribatejo.

A avaliação da conformidade destas descargas faz-se face ao cumprimento das Licenças de Descarga de Águas Residuais Tratadas no Meio Hídrico, tituladas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A elaboração do programa obedece às disposições constantes das licenças de descarga de águas residuais tratadas e demais legislação em vigor, nomeadamente no que respeita a periodicidade e tipologia das colheitas, parâmetros e métodos de análise. O resumo de implementação do PCQAR em 2017 é o seguinte:

Tabela - execução do PCQAR

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa de Controlo de Qualidade das Águas Residuais	16	127	1.516	8.212



Face ao ano 2016 verifica-se uma redução no número de subsistemas controlados devido às intervenções de remodelação de que foram alvo 3 instalações de tratamento, nomeadamente ETAR Lapas/ Ribeira, no município de Torres Novas, e ETAR Murteira e ETAR Quinta do Papelão, ambas no município de Benavente.

De acordo com os critérios de avaliação da conformidade, a Entidade Reguladora – ERSAR - estabeleceu um indicador de desempenho para eficiências de ETAR com pelo menos 1 ano de exploração e licença de descarga válida, medido face à percentagem do equivalente de população² que é servido por instalações de tratamento.

Das 50 ETAR sob gestão da Águas do Ribatejo, 46 ETAR apresentaram pelo menos 1 ano de exploração em 2017, verificando-se que à data de 31 de dezembro, 9 se apresentavam com licença de descarga caducada, apesar dos esforços atempadamente desenvolvidos pela organização para a sua renovação. Assim, e considerando o critério de avaliação estabelecido pela ERSAR para a avaliação da qualidade do serviço tem-se que, dos 102.472 equivalentes de população efetivamente servidos por instalação de tratamento, apenas são considerados para efeito de cálculo do indicador 93.541, pelo que o indicador de cumprimento da licença de descarga é o seguinte:

Tabela - cumprimento da licença de descarga

	N.º de ETAR Controlada		Equivalente de População Servido Por Instalação de Tratamento (e.p.)		Equivalente de População com Tratamento Satisfatório (e.p.)		Cumprimento da Licença de Descarga (%)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ÁGUAS DO RIBATEJO	37	47	93.541	107.691	90.603	87.852	96	82

² Corresponde a um fator de conversão calculado a partir da comparação das águas residuais do comércio, de serviços ou de indústrias com as águas residuais domésticas, tomando como termo de comparação a concentração de matéria orgânica facilmente biodegradável presente nas águas residuais. O cálculo do equivalente de população toma como base uma carência bioquímica de oxigénio das águas residuais, em cinco dias, com o valor de 60 g/hab./dia. (NP 1085:2000)

O equivalente de população servido é calculado com base na carga de CBO₅ à entrada das instalações, tomando-se como valor de referência a capitação de 60 gr/hab.dia.

A análise dos dados da tabela anterior permite verificar que o total de equivalente de população servido por instalação de tratamento sofre redução quando comparado com o total do ano 2016. Esta verificação assenta no facto de o volume total recebido para tratamento e descarregado em 2017 ter diminuído 19% face a 2016, ainda que tenha sido acompanhado de uma subida da carga média afluente.

Numa análise por município obtêm-se as variações da tabela seguinte.

Tabela - cumprimento da licença de descarga, por município

Município	N.º de ETAR Controladas		Equivalente de População Servido Por Instalação de Tratamento (e.p.)		Equivalente de População com Tratamento Satisfatório (e.p.)		Cumprimento dos parâmetros de Descarga (%)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Almeirim/ Alpiarça	4	6	19.483	32.276	19.475	23.254	99,96	72
Benavente	7	11	20.222	20.410	17.456	16.029	86,32	79
Chamusca	6	8	5.419	6.457	5.270	6.208	97,24	96
Coruche	8	10	7.421	9.379	7.169	9.032	96,60	96
Salvaterra de Magos	7	7	12.678	8.955	12.022	7.458	94,83	83
Torres Novas	5	6	28.486	30.320	23.624	25.974	82,93	86

Dado o critério de avaliação do indicador, estabelecido pela ERSAR, verifica-se uma redução do número de instalações controladas cujo total de equivalentes de população tratados são considerados no cálculo do indicador. Este facto verifica-se em todos os municípios, à exceção do município Salvaterra de Magos. Neste verificou-se uma melhoria geral nas condições de exploração das instalações, especialmente no que refere ao desempenho de remoção de sólidos suspensos totais.

PROGRAMA DE CONTROLO OPERACIONAL SUBSISTEMAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Elaborado para o período do ano civil, o programa prevê a avaliação da eficiência de tratamento de depuração de águas residuais e, também, suprir as necessidades de monitorização e evidência sobre afluências indevidas à rede de drenagem.

A implementação do PCOSAR durante 2017 resume-se do seguinte modo:

Tabela - execução do PCOSAR

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa Controlo Operacional de Subsistemas de Saneamento de Águas Residuais	47	170	1.973	6.483

Do total de análises há que realçar a determinação de 2.023 parâmetros de controlo expedito do processo, nomeadamente pH e oxigénio dissolvido.

PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA

O ano 2017 pautou-se pela continuação dos trabalhos de consolidação dos planos para os sistemas AA006 Barrosa e AA012 Benavente/ Samora Correia/ Vale Tripeiro.

A edição da DIRETIVA (UE) 2015/1787 DA COMISSÃO, de 6 de outubro de 2015, que altera os anexos II e III da Diretiva 98/83/CE do Conselho relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano, vem introduzir a obrigatoriedade da realização de uma análise de risco aos sistemas de abastecimento para que assim se justifiquem os parâmetros a controlar nos diferentes tipos de controlo.

Como consta da própria diretiva, os Estados-Membros deveriam transpor para o direito interno as condições assim revistas, até 27 de outubro de 2017. Por este motivo optou-se por pausar o

desenvolvimento de novos planos por forma a melhor adequar a metodologia de análise às disposições regulamentares.

Assim, prevê-se que sejam retomados em 2018 os trabalhos de adequação da metodologia e de análise de outros (novos) subsistemas de abastecimento.

GESTÃO AMBIENTAL

MONITORIZAÇÃO DO MEIO RECETOR DAS DESCARGAS DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS

Com a intenção de monitorizar o efeito que as descargas de águas residuais tratadas têm no meio ambiente, é implementado o Programa de Monitorização de Meios Recetores de Descargas, em parte para cumprimento das disposições legais aplicáveis aos meios recetores.

Devido a dificuldades logísticas relacionadas com o acesso às linhas de água, devido ao seu estado de conservação, o programa é elaborado com vista à monitorização do efeito das descargas no final da época húmida (maio/junho) e no final da época seca (setembro/outubro). Os locais de colheita devem situar-se a cerca de 50 metros a montante e jusante dos pontos de descarga de águas residuais tratadas em instalações geridas pela Águas do Ribatejo.

Os dados de execução do programa são os que constam da tabela.

Tabela - execução do Programa de Monitorização Ambiental do Meio Recetor das Descargas de Águas Residuais Tratadas

	N.º de subsistemas controlados	N.º de pontos de amostragem	Nº de amostras	Nº de análises
Programa Monitorização do Meio Recetor de Descargas	15	30	106	391

As 391 análises realizadas no âmbito do programa dividem-se em análises colhidas a montante da descarga (192) e análises colhidas a jusante da descarga (199), para avaliação qualitativa do efeito das descargas no meio recetor. Verifica-se assim que 64% dos parâmetros efetuados a jusante da descarga representam uma melhoria da concentração do parâmetro.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Parte de uma gestão sustentável dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais passa por uma gestão responsável de resíduos gerados no âmbito das atividades de exploração.

Em 2017 foram produzidas 6.403,5 toneladas de resíduos, distribuídos pelas seguintes frações:

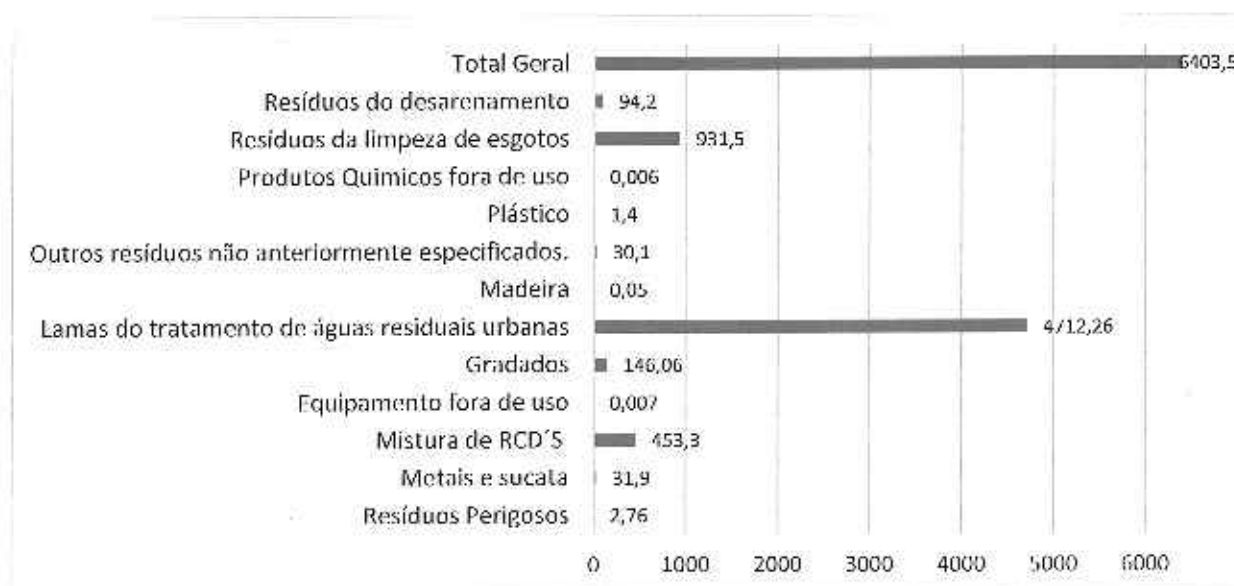


Figura - produção de resíduos, em tonelada, por fração face ao total

Buscando a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento e saneamento, a Águas do Ribatejo procura encaminhar os resíduos decorrentes da sua atividade para as soluções de tratamento e valorização economicamente mais vantajosas e com benefício para o ambiente. No entanto, dadas as

características de alguns dos tipos de resíduos produzidos, é inevitável que uma parte destes seja encaminhada diretamente para operações de eliminação, visto não se encontrarem no mercado soluções ambientalmente mais favoráveis.

A distribuição pelas diferentes operações de gestão é a seguinte, em toneladas:



Figura - operações de gestão de resíduos, em toneladas

Da observação das duas figuras anteriores, verifica-se que a produção de lamas de depuração, resultantes do tratamento biológico de águas residuais urbanas, continua a ser o resíduo produzido com maior expressão, representando 74% do total de resíduos produzidos nas atividades de exploração dos sistemas de abastecimento e saneamento.

A distribuição da produção deste tipo de resíduo foi a seguinte:

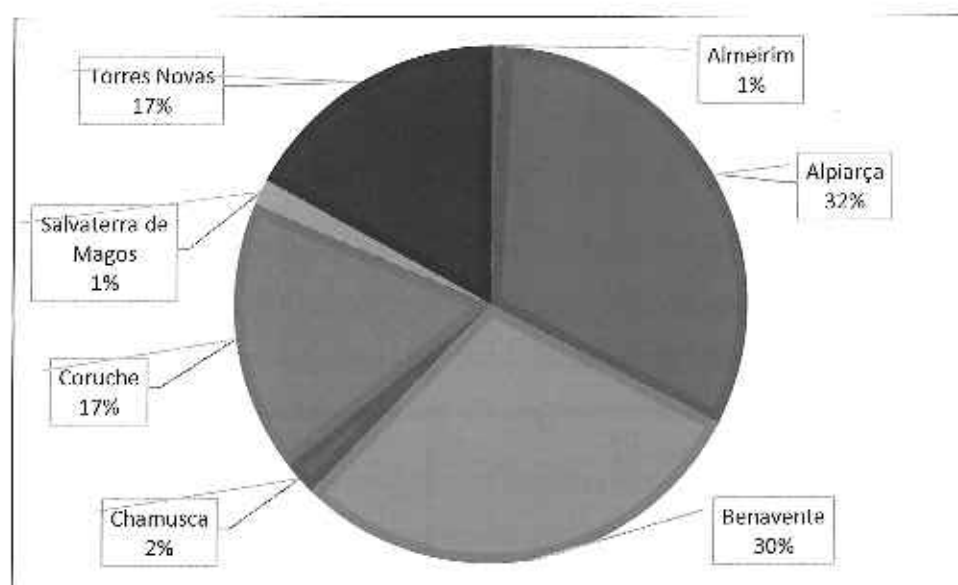


Figura - distribuição da produção de lamas de depuração, por município

COMERCIAL

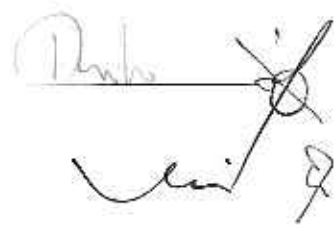
ATENDIMENTO COMERCIAL

No decorrer do ano de 2017, foram analisadas diversas situações reportadas pelos colaboradores afetos às lojas, que identificavam queixas dos clientes no que diz respeito à privacidade no atendimento. Tendo em vista a mitigação dessas queixas foram aplicadas algumas medidas, no sentido de reorientação e recolocação dos clientes no interior das unidades de atendimento comercial.

Foram também reforçadas as orientações de solicitar aos clientes a obtenção de senha no sentido de poder existir um maior rigor no número de atendimentos nas várias unidades.

Podemos através das várias estatísticas recolhidas nas oito UAC que dispõem de sistema de senhas, observar a disponibilidade do serviço prestado, em que o atendimento em média chega a atingir os 105 clientes por dia.

Unidade de Atendimento Comercial	Nº de Atendimentos					
	2015	Média diária	2016	Média diária	2017	Média diária
Almeirim	27.547	108	26.851	107	26.403	105
Alpiarça	6.231	24	8.019	32	10.745	43
Benavente	12.513	49	13.637	54	13.290	53
Samora	18.481	72	18.607	74	19.525	78
Chamusca	4.179	16	7.684	31	8.675	35
Coruche	14.694	58	14.280	57	14.380	57
Salvaterra de Magos	12.042	47	11.608	46	11.718	47
Torres Novas	18.545	73	20.825	83	24.316	97
Total	114.232	448	121.511	484	129.052	514



O número de atendimentos em 2017 foi de 129.052, o que significa uma média de 514 atendimentos diários, no conjunto das unidades da AR.

Observou-se um aumento de 6,2% do nº de atendimentos em relação ao ano anterior.

O número médio de chamadas atendidas diariamente neste ano foi de 167, relativamente ao ano anterior em que a média foi de 161 chamadas.

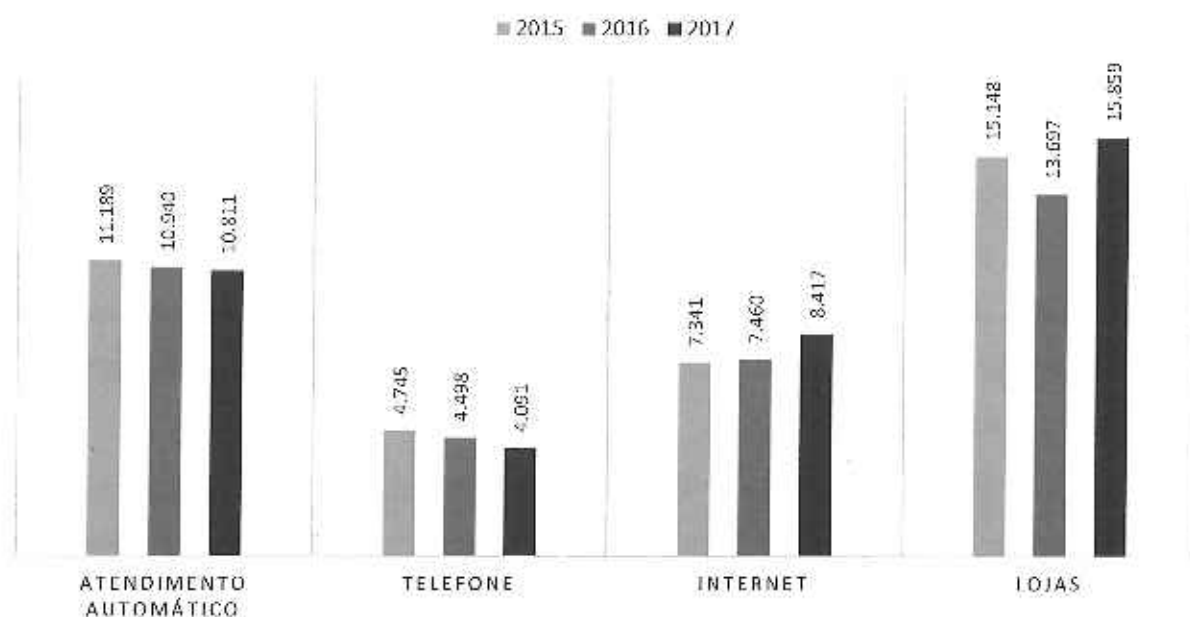
Verificou-se um aumento de 3,9 % relativamente aos valores obtidos em 2016. Relativamente aos últimos 3 anos verifica-se uma variação de 3,8 %, podendo assim indicar uma tendência para a estabilização deste canal de comunicação, continuando, no entanto, a ser o meio preferencial para comunicar com a empresa.

Durante 2017, a atividade do “Call Center” externo, registou diariamente, em período não laboral, uma média de 3,9 ocorrências, correspondendo a uma média diária de 10,3 chamadas telefónicas. Este valor teve um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, o que está coerente com o facto de as ocorrências registadas durante este período terem sofrido um acréscimo de 10%.

Podemos também observar, no gráfico seguinte, qual o meio preferencial utilizado durante este ano pelos clientes da AR para fornecimento de leituras:

- As leituras fornecidas junto das lojas, que reúnem as leituras para faturação periódica e as leituras de rescisão de contrato, ou alteração de titular, são as que evidenciam maior peso;
- As leituras fornecidas através da central telefónica de modo automatizado representam um valor que se começa a aproximar do valor das lojas;
- Por último e apresentando valores mais próximos, são as leituras fornecidas pela Internet (balcão digital) e pelo telefone;

MEIO DE COMUNICAÇÃO DE LEITURAS

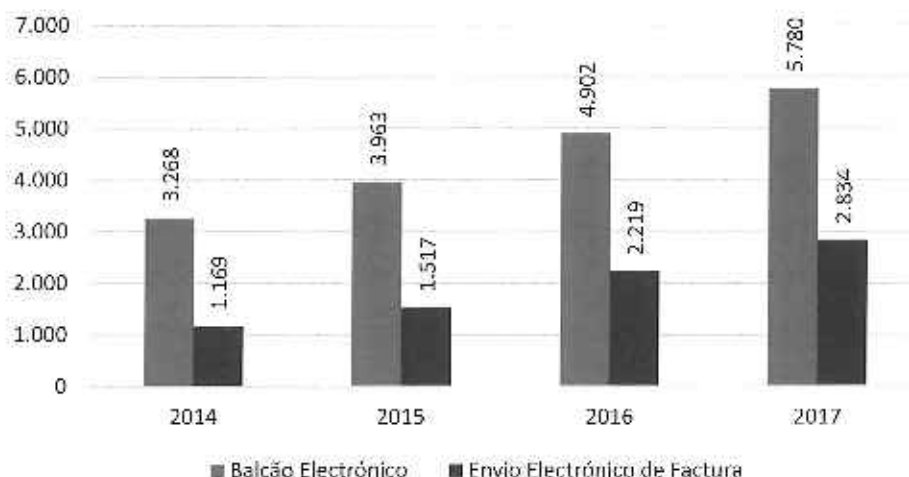


No corrente ano, podemos ainda registar que as nossas equipas de leitura, recolheram 469.445 leituras. Verificou-se uma redução de 8,7 %, em relação ao ano anterior, no qual se haviam registado 514.419 leituras.

Esta redução deveu-se ao facto da periodicidade de algumas zonas de leitura, ter sido alterada para bimestral.

O balcão digital onde o cliente pode observar e interagir sobre os diferentes aspetos do seu contrato começa a ganhar alguma dimensão, sendo este crescente interesse não só suportado pela fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras, bem como, pela perceção dos consumos faturados, controlo das suas cobranças, entre outros.

Número de Clientes



No final do ano de 2017, existem 5.780 clientes a usufruir desta ferramenta. Este valor representa um aumento de 17,9 %, comparativamente ao ano de 2016.

O número de clientes que utiliza esta ferramenta representa 7,7 % do total de clientes.

A fatura eletrónica é enviada neste momento, para um total de 2.834 clientes. A adesão a este sistema continua a evidenciar uma tendência positiva, registando-se um aumento relativamente ao ano anterior de 27.7%.

Este valor de adesões ao envio eletrónico de fatura representa 3,7 % do universo de clientes da AR.

Foram registadas 510 reclamações escritas relativas às várias áreas de atividade da AR, durante o corrente ano.

Ano	Nº de reclamações	Prazo médio de resposta em dias úteis	Reclamações respondidas dentro do prazo em %
2017	510	12	100
2016	520	14	100
2015	458	14	94,1
2014	572	13	99,1

Podemos observar pelo quadro acima que todas as reclamações foram respondidas dentro do prazo.

O tempo médio utilizado para responder às reclamações foi de 12 dias úteis, o que representa uma melhoria em relação ao ano anterior.

No corrente ano, foram remetidos para os clientes cerca de 4.500 comunicações por escrito, em resposta a solicitações várias, originadas pelos diferentes canais de comunicação disponibilizados pela AR no contacto com o cliente.

CLIENTES – CARACTERIZAÇÃO

Os clientes da AR encontram-se caracterizados a nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

Tipo de Utilização	2017	2016	2015	2014
<i>Doméstico</i>	62.902	62.784	63.043	63.249
<i>Tarifário Social</i>	4.527	4.426	4.296	4.185
<i>Tarifário Familiar</i>	356	325	305	269
<i>Comércio e Indústria</i>	5.101	5.063	5.005	5.034
<i>Instituições</i>	596	605	597	581
<i>Estado</i>	125	124	125	125
<i>Autarquias</i>	1.365	1.322	1.276	1.199
<i>Consumos Temporários</i>	267	241	219	242
Total	75.239	74.890	74.866	74.884

O que perfaz um total de 75.239 clientes, ou seja, através do quadro anterior podemos observar a evolução dos clientes, bem como, a sua distribuição pelos vários tipos de consumo.

No quadro anterior podemos observar um acréscimo de 349 clientes. O tipo de cliente que sofreu um decréscimo foram as Instituições, verificando-se assim, um aumento nas restantes classes de consumo.

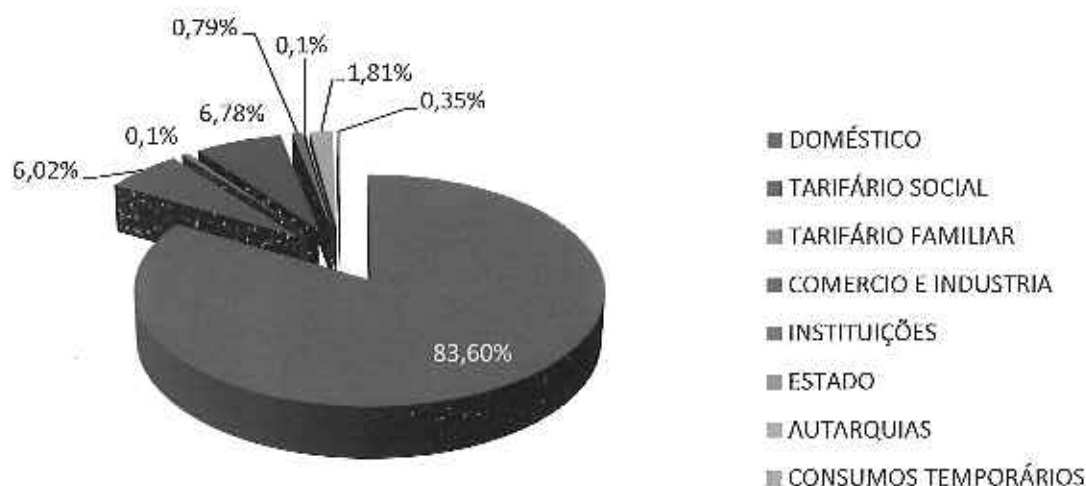


A tendência positiva, ainda que ténue (0,47 %), relativamente ao número de clientes, pode revelar que a política contínua de deteção de fraudes, que implica a realização de contratos começa a revelar resultados.

No decorrer de 2017 foram realizadas 42 inspeções vídeo que resultaram na resolução das irregularidades na instalação do cliente. Foi também iniciado o processo de instalação de válvulas de ramal, no município de Alpiarça, tendo também como objectivo a eliminação de situações de incumprimento.

O tarifário social já representa 6 % dos clientes e está coerente com os dados do ano anterior, enquanto o tarifário familiar, beneficiando agregados familiares numerosos vai crescendo gradualmente à medida que os clientes se apercebem das suas vantagens e reúnem as condições necessárias para beneficiar do mesmo.

Distribuição de Clientes por Tipo de Uso



A distribuição dos clientes por Município e por tipo de uso é a seguinte:

MUNICÍPIO	DOMÉSTICO	TARIFÁRIO SOCIAL	TARIFÁRIO FAMILIAR	COMERCIO E INDUSTRIA	INSTITUIÇÕES	ESTADO	AUTARQUIAS	CONSUMOS TEMPORÁRIOS	TOTAL
ALMEIRIM	9.763	822	41	798	63	18	110	37	11.652
ALPIARÇA	2.930	403	18	207	16	9	76	5	3.664
BENAVENTE	11.946	709	140	1.216	85	15	314	42	14.467
CHAMUSCA	4.094	814	13	266	53	17	197	0	5.454
CORUCHE	9.067	589	13	559	104	14	179	37	10.562
SALVATERRA DE MAGOS	7.835	1.038	69	618	59	24	184	87	9.914
TORRES NOVAS	17.267	152	62	1.437	216	28	305	59	19.526
Ano de 2017	62.902	4.527	356	5.101	596	125	1.365	267	75.239
Ano de 2016	62.784	4.426	325	5.063	605	124	1.322	241	74.890
Ano de 2015	63.043	4.296	305	5.005	597	125	1.276	219	74.866
Ano de 2014	63.249	4.185	269	5.034	581	125	1.199	242	74.884
Evolução (2016 -> 2017)	0,19%	2,28%	9,54%	0,75%	-1,49%	0,81%	3,25%	10,79%	0,47%

MUNICÍPIO	TOTAL DE CLIENTES	% DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES
ALMEIRIM	11.652	15%
ALPIARÇA	3.664	5%
BENAVENTE	14.467	19%
CHAMUSCA	5.454	7%
CORUCHE	10.562	14%
SALVATERRA DE MAGOS	9.914	13%
TORRES NOVAS	19.526	26%
TOTAL	75.239	-

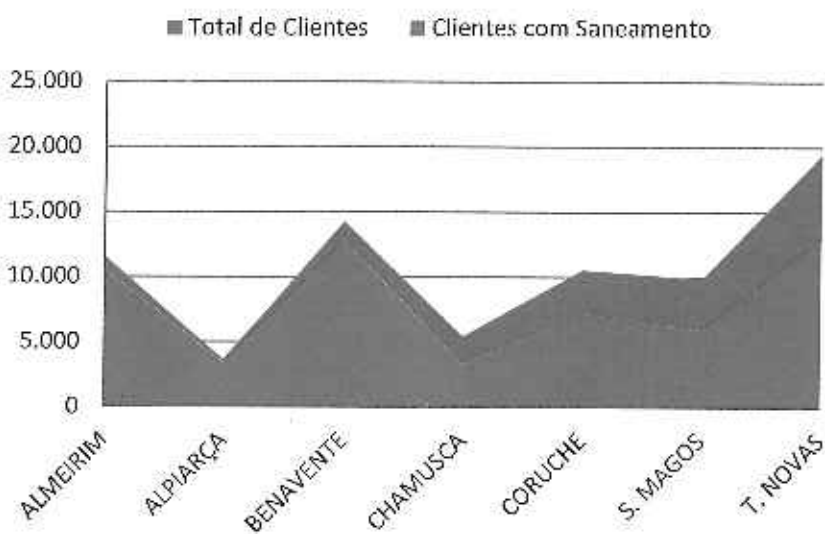
A distribuição dos clientes abrangidos por rede de saneamento, por município e por tipo de uso é a seguinte:

MUNICÍPIO	DOMÉSTICO	TARIFÁRIO SOCIAL	TARIFÁRIO FAMILIAR	COMERCIO E INDUSTRIA	INSTITUIÇÕES	ESTADO	AUTARQUIAS	CONSUMOS TEMPORÁRIO	TOTAL
ALMEIRIM	8.961	703	41	769	58	18	67	2	10.619
ALPIARÇA	2.820	386	17	198	13	8	31	0	3.473
BENAVENTE	10.987	648	134	1.062	74	15	80	1	13.001
CHAMUSCA	2.596	519	8	198	39	15	47	0	3.422
CORUCHE	6.226	374	8	436	77	14	77	0	7.212
SALVATERRA DE MAGOS	4.827	583	41	506	34	23	60	0	6.074
TORRES NOVAS	11.626	101	41	1.066	130	26	96	0	13.086
Ano de 2017	48.043	3.314	290	4.235	425	119	458	3	56.887
Ano de 2016	47.638	3.204	262	4.202	433	117	438	3	56.297
Ano de 2015	47.576	3.048	243	4.173	425	118	426	10	56.019
Ano de 2014	46.056	2.741	218	4.125	400	115	394	2	54.051
Evolução (2016 -> 2017)	0,85%	3,43%	10,69%	0,79%	-1,85%	1,71%	4,57%	0,00%	1,05%

No quadro seguinte podemos observar a cobertura de saneamento faturado nos sete Municípios:

MUNICÍPIO	Total de Clientes	Clientes com Saneamento	Cobertura da rede de Saneamento
ALMEIRIM	11.652	10.619	91%
ALPIARÇA	3.664	3.473	95%
BENAVENTE	14.467	13.001	90%
CHAMUSCA	5.454	3.422	63%
CORUCHE	10.562	7.212	68%
SALVATERRA DE MAGOS	9.914	6.074	61%
TORRES NOVAS	19.526	13.086	67%
Total	75.239	56.887	76%

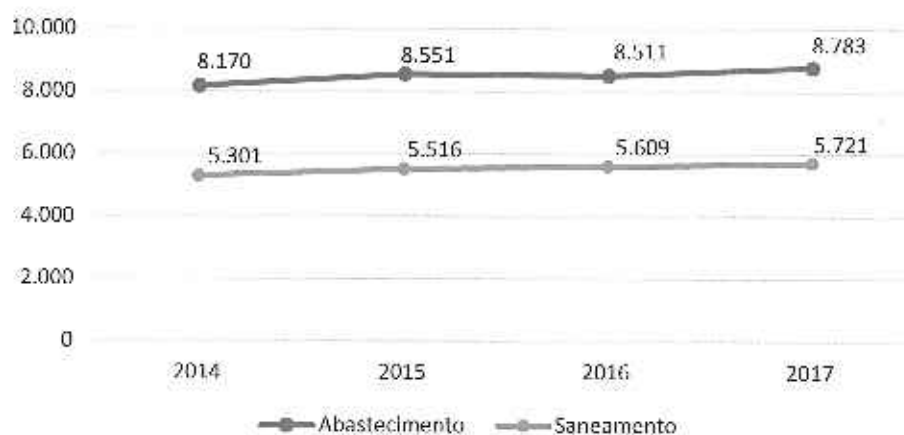
Cobertura de Saneamento



CONSUMOS E FATURAÇÃO

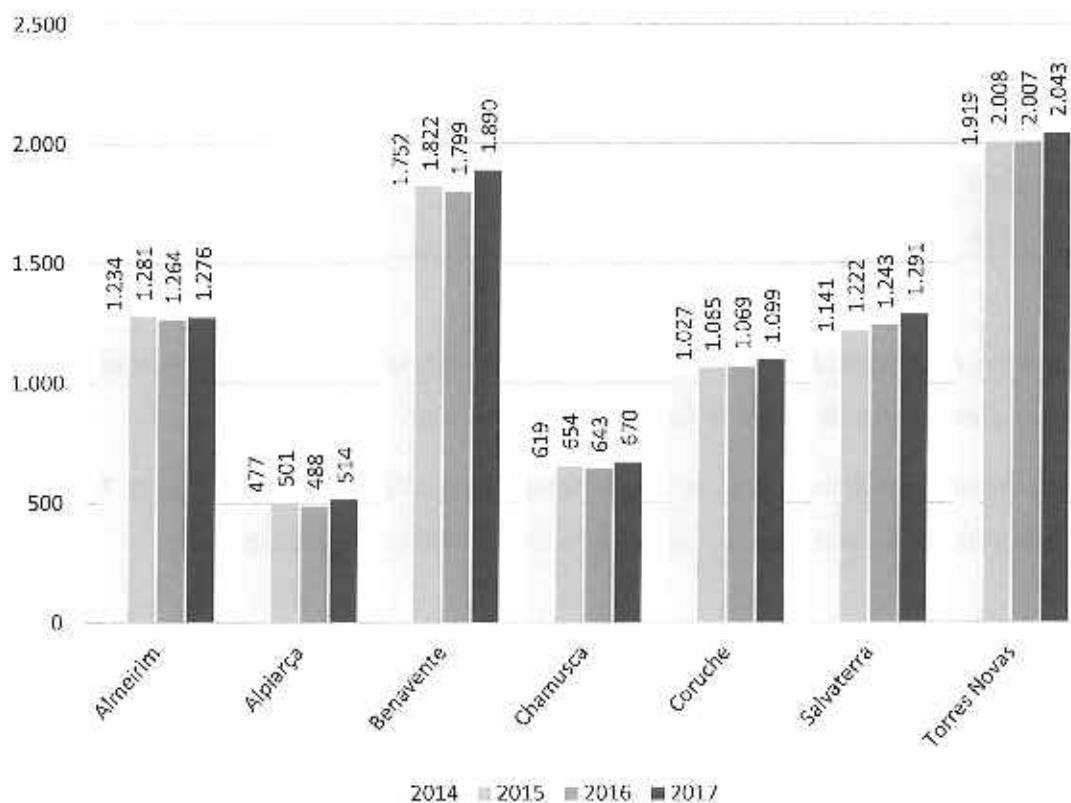
O volume de Água e Saneamento faturado no ano de 2017 em comparação com os períodos homólogos dos anos anteriores foi o seguinte:

Volume Anual Faturado



valores em milhares de m3

Volume Anual Faturado por Município



valores em milhares de m³

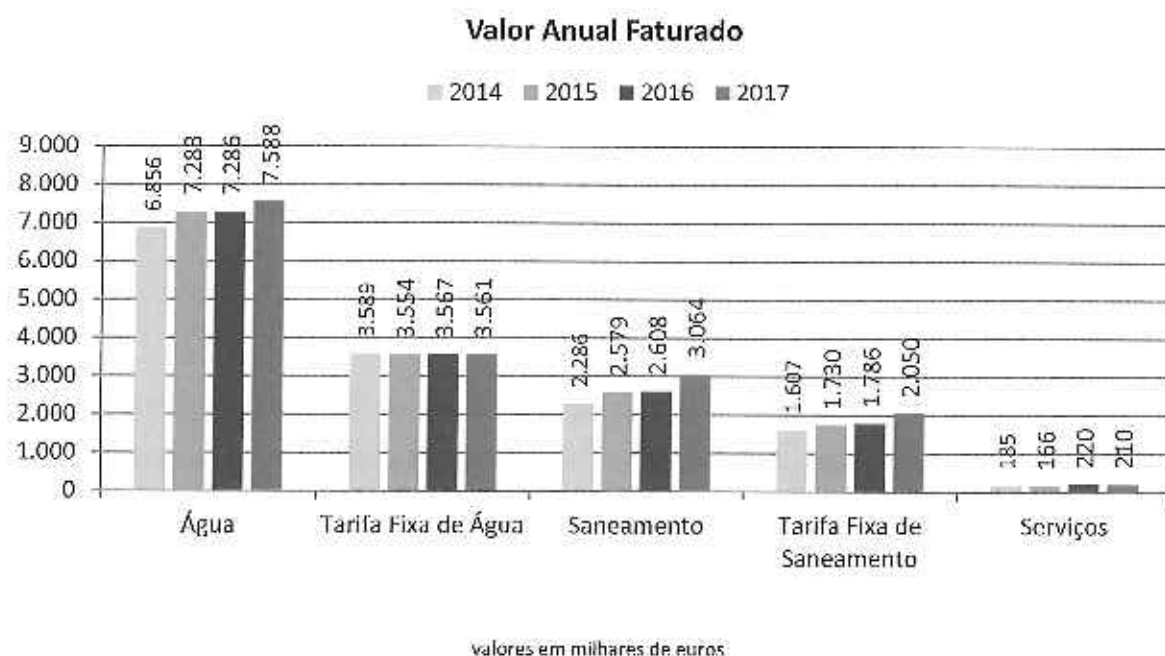
A AR remeteu de uma forma regular, uma média de 6.139 avisos de corte por mês, perfazendo em 2017, um total de 73.664 avisos. Este processo é controlado através de um calendário e de um conjunto de normas de procedimento.

No processo de recuperação de dívida, desenvolveram-se um conjunto de intervenções durante o corrente ano, que podem ser observadas no quadro seguinte

Ano	Ações de Fiscalização	Suspensão de Abastecimento	Restabelecimentos
2017	1.269	2.737	2.151
2016	1.674	3.225	2.562
2015	1.187	2.708	1.938
2014	1.742	2.841	2.390

Verificou-se um decréscimo de 15 % nas suspensões de abastecimento, que implicou uma redução nos serviços complementares de ações de fiscalização e reabertura.

No gráfico seguinte estão expressos os valores faturados em Tarifa Variável de Água, Tarifa Fixa de Água, Tarifa Variável de Saneamento, Tarifa Fixa de Saneamento e Serviços por ano.



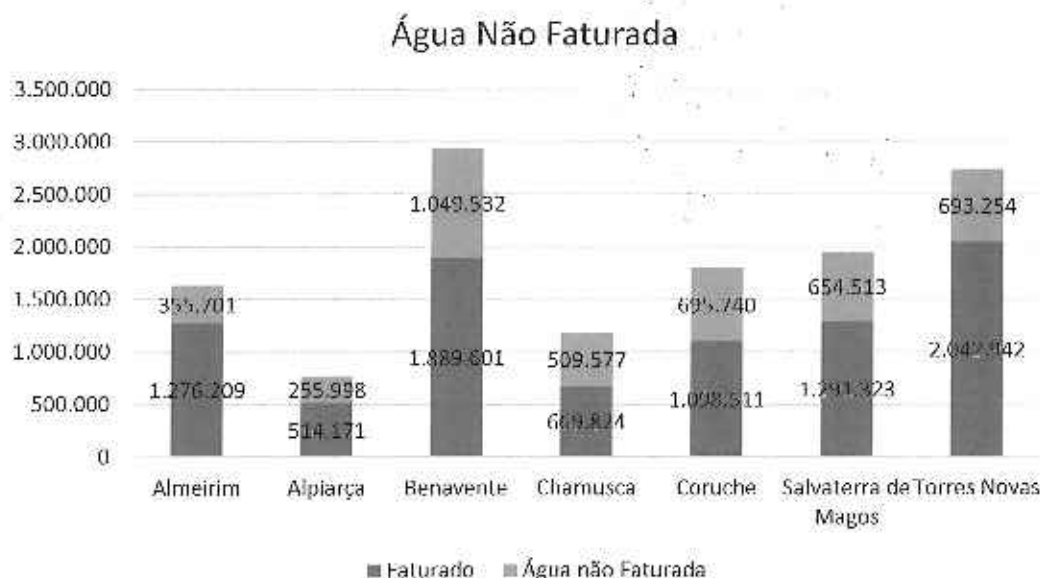
A faturação proveniente da componente "Água" (Tarifa Fixa de Água e Venda de Água) ascende a 11,149 milhões de euros, continuando a ser determinante na composição das receitas, representando cerca de 67.68 % do total 16,474 milhões de euros.

Registou-se um acréscimo global de 6,51% em relação ao ano anterior, verificando-se um aumento de 2,73% na componente de Abastecimento e um aumento na componente de Saneamento de 16,38 %.

O acréscimo no Abastecimento justifica-se através da relação direta com um aumento de 3,19% no volume faturado. Na componente de Saneamento o incremento deve-se à atualização tarifária como fator principal, sendo este complementado com o acréscimo de 1,99 % no volume faturado.

ÁGUA NÃO FATURADA

No quadro seguinte podemos observar a diferença entre o volume de água produzido e o volume de água faturado por município, podendo assim obter o cálculo da água não faturada.



Ano	2017				2016	2015	2014
Município	Produzido	Faturado	Não Faturado	% Não faturado	% Não faturado	% Não Faturado	% Não Faturado
Almeirim	1.631.910	1.276.209	355.701	21,80%	15,99%	11,08%	17,34%
Alpiarça	770.169	514.171	255.998	33,24%	32,85%	36,92%	35,28%
Benavente	2.939.133	1.889.601	1.049.532	35,71%	41,28%	42,79%	37,36%
Chamusca	1.179.401	669.824	509.577	43,21%	44,14%	41,14%	51,91%
Coruche	1.794.250	1.098.511	695.740	38,78%	40,47%	41,31%	38,80%
Salvaterra de Magos	1.945.836	1.291.323	654.513	33,64%	31,84%	33,14%	33,29%
Torres Novas	2.736.195	2.042.942	693.254	25,34%	27,20%	28,80%	30,23%
Total	12.996.894	8.782.579	4.214.315	32,43%	33,61%	34,17%	34,40%

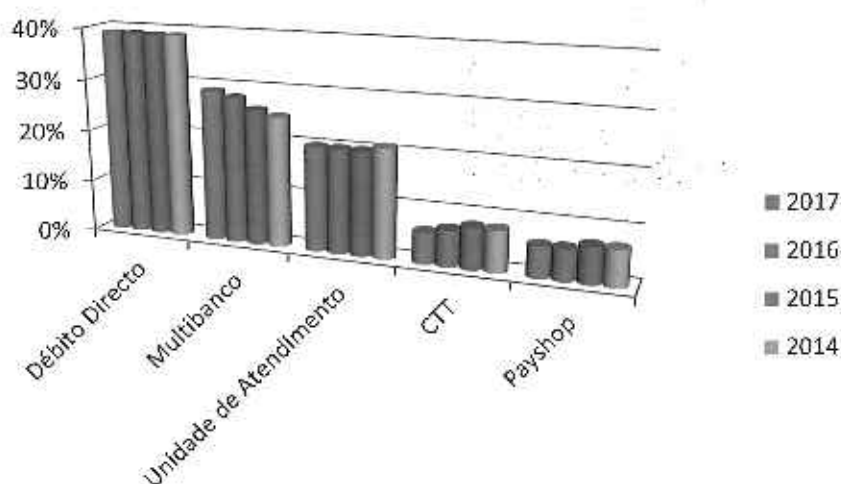
Estas perdas poderão ser explicadas por roturas que geram perdas de água não visível, descargas de água para limpeza de condutas, uso não autorizado da água para diversos fins, entre outros.

FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento através dos vários canais de cobrança disponibilizados pela AR apresenta uma distribuição idêntica em 2017, à verificada durante o ano de 2016,

Canal de Cobrança	2017
Débito Direto	39%
Multibanco	29%
Unidade de Atendimento Comercial	20%
CTT	6%
Payshop	6%

Podemos ainda observar a evolução da distribuição dos vários canais de cobrança desde o ano de 2014, através do seguinte gráfico, sendo que de uma forma consolidada regista-se um acréscimo de pagamentos por via do multibanco desde 2014.



A análise da distribuição da utilização dos vários canais de cobrança existentes revela uma estabilização ao nível dos débitos directos e uma flutuação entre o pagamento por multibanco e os CTT e Payshop.

SERVIÇOS

No decurso do ano de 2017 o resultado da operação das equipas sob a responsabilidade da Direção Comercial pode ser observada no quadro seguinte:

Tipo de Serviço	Nº de Serviços Executados			
	2017	2016	2015	% evolução 2016 -> 2017
Colocação de Contador	2.450	2.613	2.485	-6,24
Retirada de Contador	2.196	2.453	2.441	-10,48
Selagem de Contador	246	7.464	821	-96,70
Substituição de contador	6.589	5.720	5.157	15,19
Confirmação Rotura Rede Predial	716	546	522	31,14
Verificação de Pressão/Água	321	348	436	-7,76
Reparações Várias	1.197	897	1017	33,44
Verificações	2.985	3.131	3.024	-4,66
Ações de Fiscalização	1.269	1.674	1.187	-24,19
Restabelecimento de Serviço	2.151	2.562	1.938	-16,04
Fecho de Água	2.737	3.225	2.708	-15,13
Total	22.857	30.633	21.736	-25,38

Esta operação totaliza 22.857 serviços. Podemos verificar pela observação do quadro anterior que tipo de serviço com maior impacto na redução dos serviços executados foi o da selagem de contadores.

O decréscimo nos restantes tipos de serviços foi devido a constrangimentos relativamente à empresa externa que tiveram de ser compensados com recurso às equipas internas da AR.



COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O ano de 2017 culminou com a comemoração dos 10 anos de constituição da AR. A 13 de dezembro assinalámos a data com a realização de um seminário que reuniu cerca de 150 convidados com o patrocínio do Ministério do Ambiente.

Para além de recuperar algumas memórias do processo que culminou com a criação da AR, foram também discutidos vários temas relevantes no âmbito do setor da Água em Portugal, destacando-se também a apresentação do Relatório de Progresso do PENSAAR 2020.

A ocasião foi também aproveitada para a inauguração de duas ETAR em Benavente e Samora Correia e para o lançamento da primeira pedra para uma obra de 4,6 Milhões de Euros em Porto Alto.



Durante o ano de 2017 procurámos, mais uma vez, consolidar o papel da AR como uma Entidade Gestora de referência, a nível nacional e internacional.

A participação no projeto P3LP Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa, promovido pela PPA - Parceria Portuguesa para a Água revelou uma série de oportunidades, facilitou novos contactos e permitiu alargar horizontes.



No mês de fevereiro, no âmbito do projeto P3LP, acolhemos durante três dias autarcas, gestores e técnicos de Cabo Verde. Teve lugar um seminário com cerca de 120 participantes em Salvaterra de Magos, e foram realizadas visitas técnicas a equipamentos e infraestruturas.



Exemplo maior dessa realidade foi o interesse do Banco Mundial, entidade que tem 186 países como membros e uma notoriedade planetária, para realizar um estudo caso sobre a entidade gestora AR com enfoque no modelo inovador que foi pioneiro em Portugal. Foram apontados 14 exemplos em sete países.

Este estudo está publicado no site do Banco Mundial em:

<http://www.worldbank.org/en/topic/water/publication/water-aggregation-toolkit> e foi também

produzido um vídeo que pode ser visto em :

<http://www.worldbank.org/en/news/video/2017/09/19/portugal-inside-the-aggregation-of-water-supply-and-sanitation-utilities-with-the-world-bank>.

O interesse despertado junto de órgãos de comunicação nacional e internacional de jornais e revistas especializados no sector da água e do ambiente, é um indicador da forma como a AR é vista e referenciada por quem tem a missão de analisar, reportar e criticar o desempenho desta empresa pública.

Acompanhámos a monitorização do funcionamento de 100 fontes de água instaladas em locais públicos indicados pelos municípios e ao abrigo de protocolos com os mesmos.

Na área do Saneamento, apostámos na sensibilização dos clientes para a necessidade de se ligarem aos sistemas por serem mais seguros, mais económicos e mais amigos do ambiente.

A AR esteve nos principais eventos do setor, com destaque para a participação no Porto Water Week e no ENEG. Estivemos em vários seminários, conferências e workshops promovidos pela PPA, APDA, Ministério do Ambiente, Jornal Água & Ambiente.

Os investimentos realizados nos sete Municípios foram divulgados através de ações junto dos cidadãos, dos autarcas e das entidades locais. Promovemos encontros com os jornalistas; Conferências de Imprensa; visitas de trabalho e estudo com eleitos; estudantes e comunicação social.

SENSIBILIZAÇÃO / EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na área da sensibilização ambiental, comemorámos o Dia do Ambiente e o Dia da Água com várias ações. Destacando um seminário sobre eficiência hídrica realizado em parceria com a Escola Profissional de Salvaterra de Magos e o Jornal Valor Local.



Foi dada continuidade ao trabalho de educação/sensibilização ambiental junto das comunidades educativas, associações e universidades seniores.

O programa “Escolas Amigas da Água” manteve a sua atividade, em parceria com a QUERCUS e as ações promovidas neste semestre permitiram chegar a cerca de 500 crianças e jovens, dezenas de professores e assistentes operacionais nas escolas da região que servimos.

A AR apoiou a realização de concursos de pesca, atividades náuticas e outros eventos desportivos nos rios das bacias do Tejo e Almonda de modo a sensibilizar para os impactes positivos do tratamento das águas residuais.

Dezenas de notícias, reportagens e entrevistas publicadas com frequência nos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, aproximaram o nosso público-alvo da informação e reforçaram a importância do serviço que a AR presta. Realçamos as reportagens televisivas na RTP, SIC, CM TV, ECONÓMICO TV, REDE REGIONAL, MÉDIO TEJO NET e MIRANTE TV, VALOR LOCAL TV e 231 notícias em órgãos de comunicação social de âmbito local, regional e nacional que resultam da notoriedade que a marca AR consolidou.

[Handwritten signature]

SÍTIOS INSTITUCIONAIS

O sítio institucional da AR revela-se uma plataforma fundamental para a relação de proximidade com o cliente e público. No ano de 2017, registámos 97.106 visitas, o que se traduz numa média mensal de entradas no sítio de 8.100 e uma média diária de 270 visitas, superior ao ano transato (cerca de 8%).

No gráfico seguinte é apresentada a evolução do número de visitas ao sítio da AR ao longo dos meses:



O site www.aguasdoribatejo.com permite aos clientes / utilizadores acompanhar a atividade da AR através das notícias na página principal, como também, serem alertados para situações imprevistas (roturas, avarias e outras situações que provoquem falhas ou constrangimentos no abastecimento), bem como intervenções programadas na rede de abastecimento e saneamento, além de outras informações de interesse.

De destacar também a utilização do balcão digital que permite aos clientes realizarem vários atos, evitando a deslocação às unidades de atendimento.

O processo de remodelação do site institucional da AR, levado a cabo durante o ano de 2017, ficou concluído no final do ano, tendo a sua disponibilização ao público tido início em janeiro de 2018.

[Handwritten signature]



IMPRENSA

Durante o ano de 2017 foram distribuídas à comunicação social 61 notas de imprensa e 134 comunicados (roturas e constrangimentos nas redes de abastecimento de água). Um ligeiro aumento do número de comunicados justifica-se com a necessidade de intervenções para continuar o processo de secionamento das redes com colocação de válvulas.

A AR manteve uma relação de proximidade com os jornalistas que trabalham na região no sentido de os manter ao corrente das várias iniciativas da empresa.

As publicações em jornais, rádios, televisões e portais locais, regionais e nacionais permitiram chegar com um formato credível junto da maioria dos 150 mil consumidores / utilizadores, mas também a outros públicos com quem nos relacionamos: entidades do setor, gestores, autarcas, regulador e fornecedores, entre outros.

Registou-se um aumento significativo do número de publicações sobre a empresa reportando intervenções, investimentos e eventos realizados.

A colaboração com as rádios: IRIS FM, MARINHAIS FM, RÁDIO VOZ DO SORRAIA e RÁDIO TORRES NOVAS FM permitiu a emissão de seis mil "spots" com informações úteis e de sensibilização nas quatro emissoras. As emissoras locais, incluindo os respetivos sites e páginas nas redes sociais, revelaram-se

uma forma rápida e eficaz de comunicar com as populações que servimos. As quatro estações garantem a cobertura total dos sete Municípios onde intervimos com grande proximidade com as comunidades locais.

PUBLICAÇÃO DO BOLETIM INFORMATIVO "ENTRE ÁGUAS"

[illegible]

A AR publicou o boletim informativo “Entre Águas” com uma periodicidade quadrimestral. Este boletim foi remetido aos clientes em abril, agosto e dezembro com uma tiragem de 76 mil exemplares.

Promovemos as campanhas em curso, divulgámos as ações de sensibilização nas escolas e noticiámos os investimentos a realizar a curto/médio prazo. No Boletim de Dezembro publicámos ainda o tarifário para 2018 que desta forma chegou a todos os clientes.

VISITAS DE ESTUDO A EQUIPAMENTOS

Em 2017, foram realizadas 27 visitas de estudo às ETAR de Almeirim/Alpiarça, Torres Novas, Coruche, ZIMB, Esteveira, Pinheiro Grande e Cerrado das Águas em Benavente.

Escolas do 1º ciclo ao secundário, Universidades, Associações e estudantes a nível individual solicitam com frequência a oportunidade de conhecer os sistemas de abastecimento e saneamento e respetivos equipamentos.



A sensibilização e a educação ambiental são fundamentais para garantirmos o equilíbrio dos sistemas e a sua sustentabilidade no futuro. Clientes / utentes mais esclarecidos serão parceiros fundamentais nos objetivos que nos propomos atingir no curto / médio prazo.

Para além das campanhas nas rádios, jornais e revistas, procurou-se cativar os alunos e professores através de uma relação de proximidade e da promoção conjunta de ações de sensibilização e visitas a equipamentos envolvendo as escolas, universidades e as várias entidades da Proteção Civil.

PARCERIAS COM A QUERCUS E DECO



A AR e a Associação Nacional para a Conservação da Natureza QUERCUS promoveram ações de sensibilização em parceria com os Municípios e Agrupamentos de Escolas que envolveram mais de 500 crianças nos vários concelhos.

Renovámos a rubrica “Uma Gota Pelo Planeta” com a gravação de 45 novos textos com dicas de poupança de água e boas práticas ambientais no uso da água, na recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos.

A DECO participou em atividades promovida pela AR, no âmbito do Dia Mundial da Água e Dia Internacional da Poupança com o envolvimento de mais de 600 crianças e adultos.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS

A AR participou nos principais eventos nacionais do setor da água e do saneamento. Destacamos o envolvimento nas missões inversas com os PALOP ao abrigo do programa P3LP; a participação no Encontro Nacional de Entidades Gestoras (ENEG) e no Porto Water Week, eventos de enorme notoriedade e onde estiveram representantes do Governo, reguladores, entidades gestoras, municípios e os principais fabricantes de materiais e equipamentos para o setor.

A AR integrou a comissão organizadora e a comissão científica do ENEG, evento que foi um sucesso quer a nível da quantidade de participantes quer da qualidade das conclusões que revelam o trabalho que tem sido feito no setor.



Num reforço da aproximação aos clientes / utentes e às comunidades, e na continuidade da afirmação da marca "ÁGUAS DO RIBATEJO", a empresa marcou presença em alguns dos eventos mais importantes dos sete Municípios com um *stand* ou, com a presença se suportes publicitários, destacando-se os seguintes: Feira Nacional da Agricultura / Feira do Ribatejo, FICOR Feira Internacional da Cortiça em Coruche, na Semana da Ascensão na Chamusca, Alpiagra em Alpiarça, Feira dos Frutos

Secos em Torres Novas e Festas de Samora, Benavente, Marinhais, Salvaterra de Magos e Glória do Ribatejo.

O espaço interativo promoveu as campanhas incentivadoras do consumo da água da rede pública com a disponibilização de água através de uma fonte ligada à rede.

O stand da AR refletiu os investimentos em curso nos sete Municípios e promoveu a sensibilização ambiental para as boas práticas. A exposição foi complementada com a distribuição de "flyer's" e publicações alusivas ao abastecimento de água e saneamento e às campanhas em curso.



PLANEAMENTO E OBRAS

No âmbito do quadro comunitário para a execução de investimentos apoiados pelo POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (2014-2020), no final de 2016 estavam já aprovadas 8 candidaturas, perfazendo um montante global de investimento de cerca de 17.7 M€.

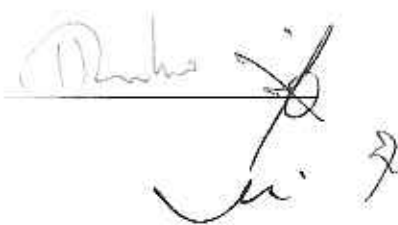
No decorrer do ano de 2017, foram preparadas e apresentadas 9 novas candidaturas para os Subsistemas de Saneamento de Lamarosa, de Santo Estevão, da Raposa, da Rexaldia (ETAR e EE), da Chamusca – SE Porto do Carvão, de Foros de Salvaterra – Aldeia do Peixe e da Malhada Alta e para os Subsistemas de Abastecimento de Salvaterra de Magos/Foros de Salvaterra – Adução à Várzea Fresca e de Alpiarça, que representam um montante global de investimento de cerca de 5.5 M€.

Das 9 candidaturas referidas, já foram aprovadas 5, designadamente, Lamarosa, Santo Estevão, Raposa e Rexaldia, em termos de saneamento, e Adução à Várzea Fresca, no que respeita a abastecimento, o que se traduz em 3.5 M€ de investimento com financiamento aprovado.

Associado a esta atividade, foi dada continuidade às ações desenvolvidas para a aquisição dos terrenos e ónus de passagem necessários à concretização das obras de infraestruturas. No final de 2017 atingiu-se um total de 514 parcelas constituídas e um valor total de indemnizações calculadas de 1.688.429,81€. Do total de parcelas, 346 são referentes apenas à passagem subterrânea de coletores e condutas, e as restantes 168 parcelas constituídas para a aquisição dos terrenos afetos às infraestruturas à superfície. Até agora no âmbito dos processos de expropriações e servidões administrativas, resultaram mais de 80% de autorizações de entrada e o pagamento das respetivas indemnizações em cerca de 354 das parcelas mencionadas, perfazendo um montante de cerca de 1.334.745,01€ de indemnizações pagas.

ESTUDOS E PROJETOS

Dos estudos e projetos elaborados ou em elaboração no decorrer do ano de 2017, destacam-se, entre outros, os seguintes:



- Subsistema de Abastecimento de Torres Novas
- Subsistema de Saneamento de Samora Correia
- Subsistema de Saneamento e Abastecimento de Coruche – Redes em baixa
- Subsistema de Saneamento e Abastecimento de Salvaterra de Magos – Redes em baixa
- Subsistema de Saneamento e Abastecimento de Torres Novas – Redes em baixa
- Subsistema de Saneamento de Marinhais
- Subsistema de Saneamento de Parceiros de Igreja
- Subsistema de Saneamento da Chamusca
- Subsistema de Abastecimento de Almeirim/Tapada
- Subsistema de Abastecimento de Alpiarça
- Subsistema de Saneamento de Alcorochel
- Subsistema de Saneamento de Malhada Alta
- Subsistema de Saneamento de Courelas de Amoreirinha
- Subsistema de Saneamento de Sabugueiro
- Subsistema de Abastecimento de Samora Correia
- Subsistema de Abastecimento de Foros de Salvaterra
- Subsistema de Abastecimento de Marinhais
- Subsistema de Saneamento de Rexaldia

Os projetos acima referidos, tiveram os seus procedimentos de contratação abertos em anos anteriores ou no início do ano de 2017, sendo que o seu desenvolvimento se prolongou ou iniciou durante o presente ano.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

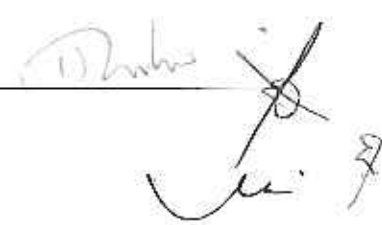
Relativamente ao ano de 2017, destacam-se as seguintes empreitadas executadas ou em execução, num total de cerca de 11.7 M€ de investimento:

- Empreitada de remodelação da ETAR de Almeirim / Alpiarça (obra de entrada e lagoa de maturação) – 240.000,01 €
- Empreitada de execução da remodelação da ETAR da Quinta do Papelão – 658.624,17 €

- Empreitada de Execução de Sistema Elevatório de Águas Residuais em Santo Estevão – 73.314,64 €
- Empreitada de Execução de Conduta Elevatória de Abastecimento de Água a Torres Novas – 241.112,68 €
- Empreitada de Remodelação da ETAR de Murteira – 659.552,20 €
- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Chancelaria / Pedrógão – 4.339.976,51 €
- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Lapas / Ribeira Branca – 3.542.476,87 €
- Empreitada de Remodelação da Captação AC15 em Riachos – 134.433,91 €
- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Alcorochel – 646.134,18 €
- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Fungalvaz – 689.070,00 €
- Empreitada de Remodelação de infraestruturas na Estrada Real - Porto Alto – 104.041,18 €
- Empreitada de remodelação da ETAR de Raposa – 76.223,40 €
- Empreitada de remodelação do Reservatório de Lamarosa – 72.420,11 €
- Empreitada de execução das redes de abastecimento e saneamento no eixo Travessa da Pedreira/Estrada dos Almocreves em Foros de Salvaterra - 167.259,67 €
- Empreitada para a Execução de Conduta de interligação do Subsistema de Abastecimento de Água de Pedrogão/Vale da Serra/Adofreire ao Subsistemas de Torres Novas/Meia Via/ Lapas – 88.677,02 €

Saliente-se que durante o ano de 2017, foram ainda adjudicadas as seguintes empreitadas, num total de cerca de 6,8 M€ de investimento:

- Empreitada de Execução da Interligação das Zonas de Abastecimento de Porto Alto e do Estaleiro – 128.330,79 €
- Empreitada de Execução da rede de abastecimento na Rua João P. Figueiredo – 69.779,94 €
- Empreitada de Remodelação do Subsistema de Saneamento de Samora Correia - 4.642.349,05 €
- Empreitada para a Execução de um Furo de Captação de Água em Almeirim - 103.485,20 €



- Empreita de Execução do Subsistema de Saneamento da Lamarosa, Torres Novas - 1.643.222,63 €
- Empreita de Execução do Subsistema de Abastecimento de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra - Linha de adução à Várzea Fresca - 239.350,62 €

Além das já descritas, há que referir que está aberto e a decorrer o procedimento de contratação para a seguinte empreitada:

- Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Rexaldia (Remodelação da ETAR) - 1.150.000,00 €

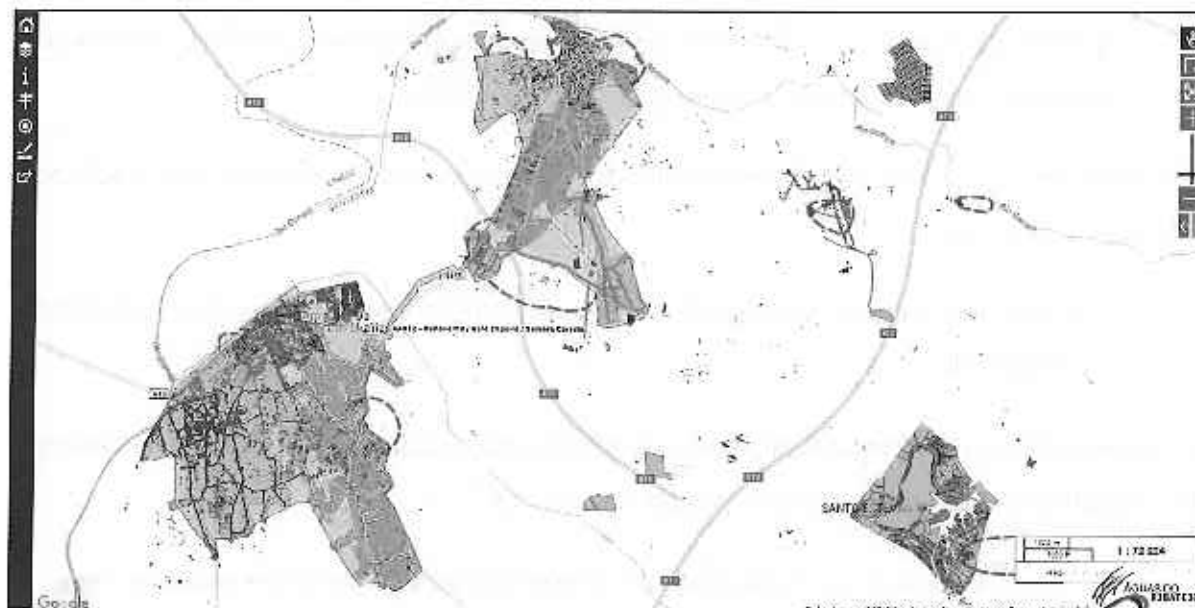
De referir ainda que para a fiscalização e coordenação de segurança e acompanhamento arqueológico em empreitadas, encontra-se a decorrer o seguinte contrato:

- Prestação de Serviços de Fiscalização, de CSO e de Arqueologia em Empreitadas de Abastecimento e Saneamento da Águas do Ribatejo - 330.000,01 €

Para dar continuidades a estes serviços, foi já aberto o seguinte procedimento de contratação:

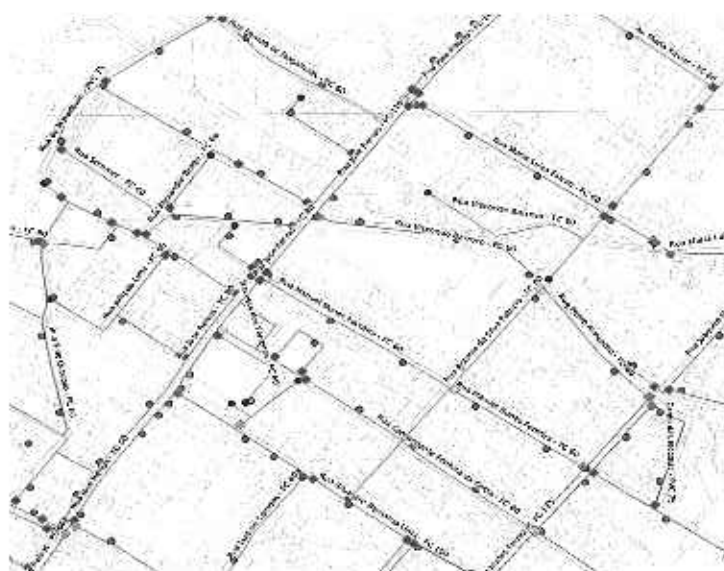
- Prestação de Serviços de Fiscalização, de CSO e de Arqueologia em Empreitadas de Abastecimento e Saneamento da Águas do Ribatejo_ 2017 - 550.000,00 €

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

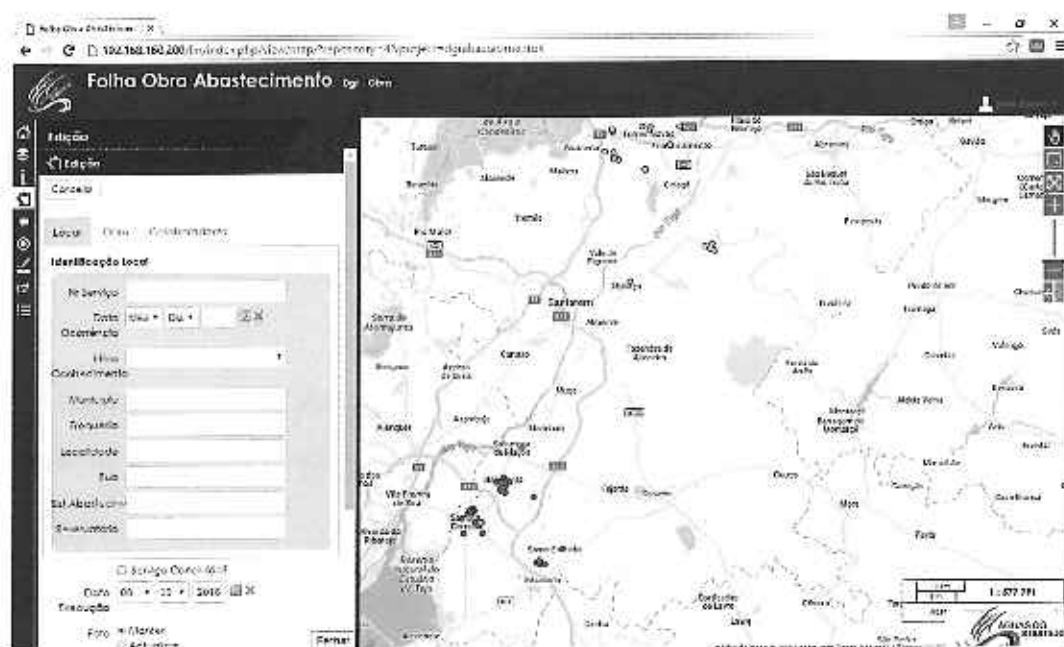


Durante 2017 foi dada continuidade ao projeto de Sistema de Informação Geográfica, desenvolvendo um conjunto de atividades, nomeadamente:

- Validação do cadastro existente nos vários municípios;
Esta tarefa é uma operação recorrente em curso que permite manter o cadastro atualizado.
- Levantamento e validação dos locais de abastecimento.
- Preparação para uniformização das várias camadas de dados existentes no abastecimento para os vários Municípios;



O desenvolvimento da aplicação que permite efetuar a gestão das ocorrências e serviços programados para a DGR é constante, quer seja na incorporação de novas solicitações/alterações, ou na implementação de novos automatismos.



ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ao longo do ano de 2017 foram desenvolvidas diversas iniciativas e atividades, quer no âmbito específico da Direção, quer em termos de apoio às restantes Direções.

De entre essas atividades, destacam-se algumas, organizadas em várias áreas, a saber:

- Aprovisionamento
- Segurança e Saúde no Trabalho
- Recursos Humanos

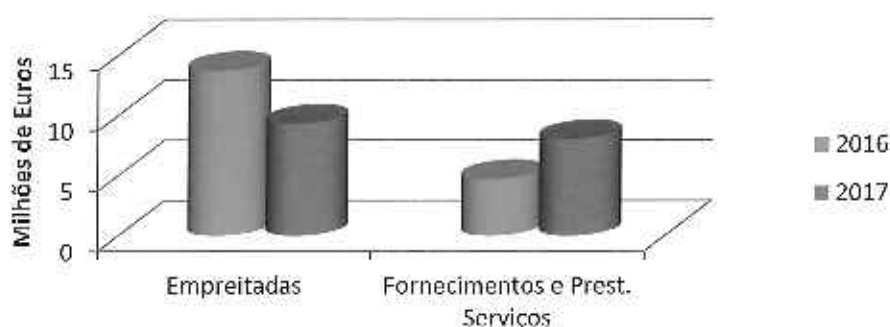
APROVISIONAMENTO

Ao longo do ano de 2017 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública na AR, ao longo do ano foram desenvolvidos 93 procedimentos de contratação (em comparação com os 75 do período homólogo) de valor superior a 5.000 €, dos quais 19 respeitam a empreitadas, e 74 a aquisições de bens e / ou prestações de serviços. Estes procedimentos de contratação correspondem a uma despesa que ascende a cerca de 17,28 Milhões de Euros, valor ligeiramente inferior ao do período homólogo (18,38 Milhões).

Como se pode verificar, em termos de quantidade os procedimentos de contratação referentes a empreitadas são bastante menos que os restantes, atingindo ainda assim um valor superior quando comparados os valores dos preços base dos procedimentos:

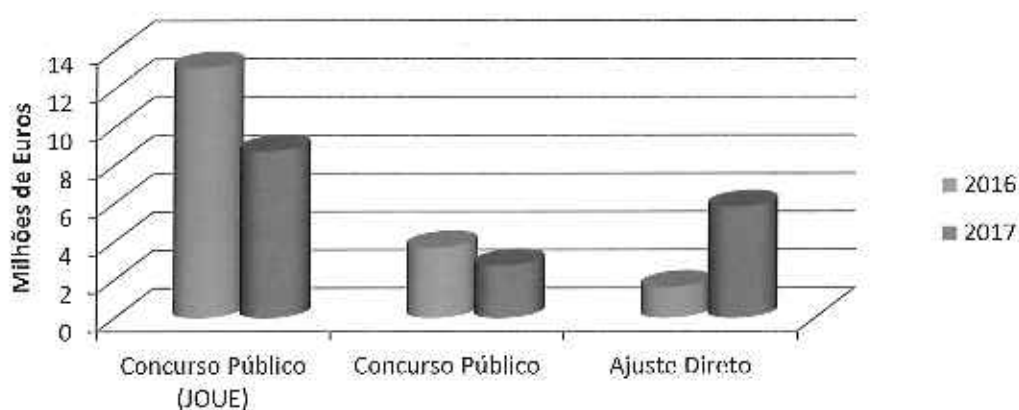
Valor dos procedimentos de contratação



Esta situação é justificada pelo facto de continuarem a ser lançados procedimentos para empreitadas de média / grande dimensão ao longo do ano de 2017, nomeadamente no âmbito das Operações apoiadas pelo POSEUR (Portugal 2020).

Quanto ao valor associado a cada tipo de procedimento, temos:

Valores dos procedimentos de contratação, por tipo de procedimento



Neste quadro é possível constatar que a maior fatia da despesa respeita a Concursos Públicos, com e sem publicação no JOUE, e por fim o Ajuste Direto. Relativamente ao Ajuste Direto, importa salientar que o aumento do valor reflete o lançamento do procedimento para Aquisição de Energia Elétrica, por um prazo de 24 meses, através de Ajuste Direto ao abrigo de Acordo Quadro celebrado pela CCE-CIMLT

(precedido de Concurso Público com publicação no JOUE), cujo preço base foi de 3,68 milhões de euros.

No decurso do ano de 2017 foram celebrados 89 contratos (mais 26 que em 2016), divididos da seguinte forma:



O valor desses contratos ascendeu a cerca de 15,17 Milhões de Euros, distribuídos da seguinte forma:



Em termos práticos, constata-se que o valor referente aos contratos de empreitada é ligeiramente inferior aos dos Fornecimentos / Prestação de Serviços, sendo que estes últimos registam um aumento considerável, traduzindo o efeito já referido do contrato de Aquisição de Energia Elétrica (3,68 milhões de euros).

O gráfico seguinte apresenta, de forma agregada, os dados relativos ao número de contratos e respetivo valor, por tipo de procedimento.

CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO



Da análise destes dados constatamos que os 4 contratos celebrados na sequência de concursos públicos com publicidade no JOUE representam a maior parte do valor contratado. Em sentido inverso, temos os Ajustes Diretos, em muito maior número, mas com um valor inferior, ainda que com um peso significativo do contrato de Aquisição de Energia Elétrica.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

As atividades desenvolvidas ao nível da Segurança no Trabalho visam garantir condições de segurança aos colaboradores da AR - Aguas do Ribatejo, EM, S.A., através da implementação das regras de segurança relativas aos trabalhos realizados e aos equipamentos e máquinas utilizados, de modo a

eliminar ou reduzir a exposição aos perigos e aos riscos associados. A este nível é dada prioridade ao acompanhamento ao nível da segurança dos trabalhos realizados pelos colaboradores da AR.

Este acompanhamento, efetuado no terreno, permite a sensibilização direta dos colaboradores mais expostos a riscos, bem como, verificar o cumprimento dos procedimentos de segurança definidos.

A criação de condições para que o trabalho diário dos colaboradores da AR possa ser efetuado em conformidade com as melhores práticas em matéria de segurança e saúde, é uma das prioridades da empresa.

Durante o ano de 2017, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- colocação de meios de 1ª intervenção em todas as infraestruturas da AR, assim como em todas as viaturas, nos locais onde já existiam meios de 1ª intervenção, foi efetuada manutenção e verificação do estado de cada equipamento dando assim cumprimento à legislação vigente;
- promoção da substituição das escadas metálicas existentes nos Reservatórios Elevados de Muge e Lavadouros, cujo estado apresentava alguns sinais de deterioração, por escadas em PRFV;
- com o objetivo de minimizar os riscos de queda em altura, foi promovida a colocação de linhas de vida certificadas e de pontos de ancoragem nos seguintes Reservatórios Elevados:
 - Reservatório Elevado do Frazão;
 - Reservatório Elevado de Santo Antonino;
 - Reservatório Elevado do Vale Queimado;
 - Reservatório Elevado da Barrosa;
 - Reservatório Elevado dos Lavadouros;
- elaboração das FPS - Ficha de Procedimento de Segurança para diversas atividades identificadas como sendo de risco em vários contratos da AR;
- gestão do plano de controlo de limpezas em todas as infraestruturas;
- acompanhamento e elaboração de relatório de SHT em diversas instalações da empresa;

- acompanhamento de trabalhos de risco: trabalho em espaços confinados, trabalhos em altura tais como trabalhos em poços de bombagem, montagem, desmontagem e reparação de tamisadores em EE e ETAR, execução de ramais em locais com solos instáveis, roturas e ramais em profundidades superiores a 1,2m;

- promoção da aquisição e acompanhamento de montagem de várias plataformas, acessos e tampas em PRFV, com vista à minimização de riscos nas Infraestruturas da AR.

- foram realizadas as seguintes ações de sensibilização de segurança no trabalho:

- Execução de trabalhos em altura nos reservatórios de fibra de vidro para verificação dos boiadores abrangendo um total de 13 colaboradores;
- Instruções de Operação e Utilização do Chuveiro e Lava- Olhos de Emergência abrangendo um total de 9 colaboradores;
- Utilização e Manutenção de Aparelhos de Ar respirável abrangendo um total de 9 colaboradores;
- Realização de Trabalhos em Valas abrangendo um total de 5 colaboradores;
- Regras de Atendimento Prioritário no Atendimento Presencial ao Público abrangendo um total de 13 colaboradores;
- Regras de Segurança para colocação de sinalização em trabalhos na rodovia abrangendo um total de 15 colaboradores;
- Prevenção e Controlo de Consumo Excessivo de Álcool abrangendo um total de 8 colaboradores;
- Uso de linhas de vida para acesso a Reservatórios Elevados abrangendo um total de 7 colaboradores;
- Manuseamento de Maquinas de corte abrangendo um total de 71 colaboradores ministrado por entidade certificada;
- Curso de Aplicador de Produtos Fitofarmacêuticos abrangendo um total de 6 colaboradores ministrado por entidade certificada;
- Curso de Manobrador de Equipamentos de Elevação de Cargas abrangendo um total de 2 colaboradores ministrado por entidade certificada;

Foi também efetuado o controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviço que desenvolvem atividade em instalações da AR de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança.

RECURSOS HUMANOS

A AR- Águas do Ribatejo (AR) procurou, à semelhança dos períodos anteriores ao do ano de 2017, realizar uma gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos e a criação de sistemas que garantam o bem-estar dos colaboradores.

Neste contexto, a política de Recursos Humanos é definida e monitorizada no sentido de dotar os colaboradores de maiores competências, melhorar o seu envolvimento no projeto empresarial, estimulando a criatividade individual e a participação em equipas de trabalho.

É de grande importância que a estratégia global da empresa tenha um forte suporte em fatores como a responsabilidade social e a motivação dos colaboradores, reconhecendo que estes, em última análise, serão sempre a sua base principal de suporte, pelo que os indicadores de Recursos Humanos são essenciais para demonstrar os resultados dos investimentos em gestão de pessoas.

POPULAÇÃO ATIVA

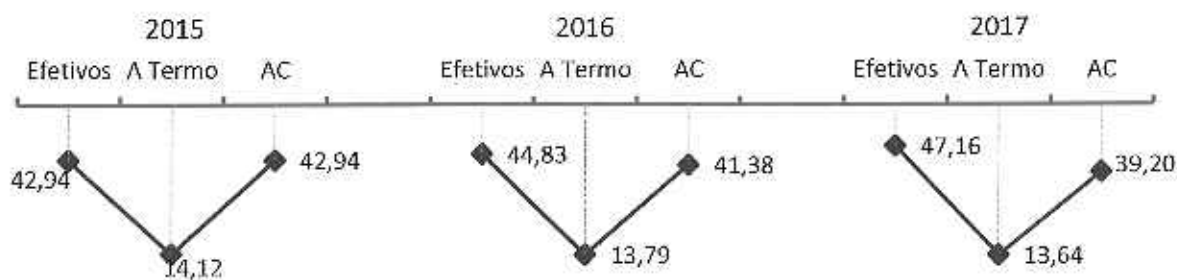
Comparativamente ao final do ano de 2016 (referência a 31 de dezembro) a AR em 2017 (referência a 31 de dezembro) conta com mais 2 colaboradores na sua população ativa, i.e., 176 colaboradores, justificado pela entrada de 12 colaboradores (3 DC, 2 DGR e 6 DPT), saída de 7 colaboradores (2 DC, 2 DGR, 3 DPT e 3 com suspensão de contrato por motivo de doença prolongada).

Para uma melhor análise do movimento de pessoal, atente-se no quadro seguinte:

População ativa

Ano	31 de dezembro			Média		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Pessoal Efetivo	73	78	83	70	77	79
Pessoal A Termo	24	24	24	27	22	24
Acordo de Cedência	73	72	69	74	72	70
Total	170	174	176	171	171	173

Veja-se a taxa de contratados por tipo de vínculo no último dia dos períodos referenciados (%):



HABILITAÇÕES E NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO

No que se refere às habilitações escolares, a situação é a descrita no gráfico seguinte (com referência a 31/12/2017):



Em termos de níveis de qualificação, a sua distribuição é a seguinte (com referência a 31/12/2017):



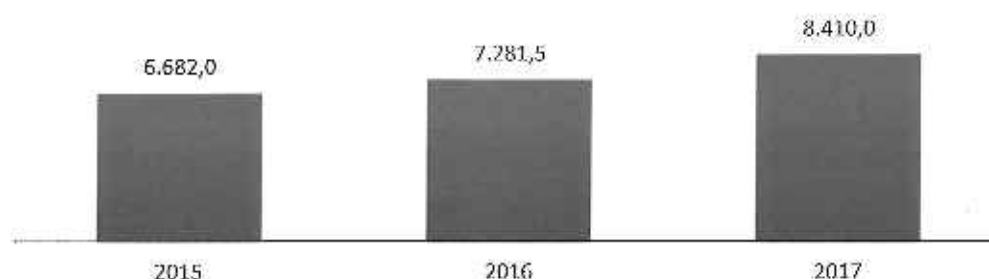
DURAÇÃO E PRESTAÇÃO DO TRABALHO

Quanto ao número total de horas reais trabalhadas, o ano de 2017 apresentou 286.085,5 horas, tendo-se verificado, no cômputo geral das horas reais trabalhadas, um acréscimo de cerca de 2,37% (6.636,2 horas em termos absolutos) relativamente ao período homólogo, justificando-se esta ocorrência, em grande parte, pelo aumento verificado no trabalho suplementar.

Áreas	Horas normais			Horas Extras	Horas Reais
	Potenciais	Ausência	Trabalhadas		
Direção Geral	1.743,0	208,0	1.535,0	0,0	1.535,0
Gabinete Qualidade	5.976,0	740,0	5.236,0	0,0	5.236,0
Gabinete de Comunicação	1.992,0	212,0	1.780,0	0,0	1.780,0
Direção Administrativa e Financeira	25.398,0	3.224,0	22.174,0	0,0	22.174,0
Direção Comercial	93.257,0	14.983,5	78.273,5	517,0	78.790,5
Direção Gestão de Redes	86.038,0	14.726,0	73.304,0	6.184,0	79.488,0
Direção Planeamento e Obras	15.936,0	3.572,0	12.364,0	0,0	12.364,0
Direção Produção e Tratamento	96.564,0	13.099,0	87.449,0	1.709,0	89.158,0
TOTAL	326.904,0	49.228,5	277.675,5	8.410,0	286.085,5

Para que a interpretação destes dados seja o mais clara possível, deve ser tido em conta que nas ausências são contabilizadas todas as horas não trabalhadas, seja por que motivo for. Assim, as férias, por exemplo, são igualmente contabilizadas como ausência.

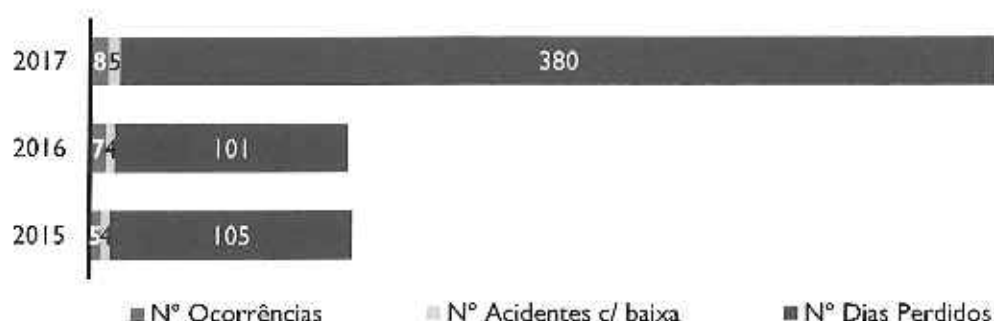
No que se refere à evolução do trabalho extraordinário, atente-se o gráfico seguinte:



O ano de 2017, comparativamente ao ano de 2016, registou um acréscimo de trabalho suplementar de 1.128.5 horas (15,5%). Contribuiu para este acréscimo a DGR com 724 horas, a DPT com 339 horas e a DC com 65,5 horas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Acidentes de Trabalho



De referir, e uma vez que o índice de frequência (If) e o índice de gravidade (Ig) considerados aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS) situam-se em valores inferiores a 100 e a 2, respetivamente,

que o If e o Ig têm valores bastante aceitáveis (sem expressão), nomeadamente 17,48 e 0,73, respetivamente.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A AR procura contribuir de forma (pro)ativa para a qualificação dos seus colaboradores, visando o acesso a novas competências bem como à atualização das já adquiridas. É entendimento da organização que esta formação e qualificação é uma enorme mais-valia, quer para os colaboradores, quer para a própria empresa nas mais variadas competências. Nessa medida, foram desenvolvidos durante o ano de 2017, 17 cursos de formação, envolvendo 89 colaboradores, representando 1.420,5 horas, tal como se ilustra no gráfico abaixo indicado.

Formação profissional - 2017



Ao número de horas de formação indicadas no gráfico ilustrado, acrescem 254 horas referentes ao estatuto do trabalhador estudante, todas elas de pós-graduação.

ABSENTISMO

O ano de 2017 apresentou um decréscimo de 30,1% (- 6.705,7 horas) no absentismo total (remunerado + não remunerado), comparativamente ao ano de 2016. Este decréscimo teve origem nas baixas médicas de longa duração, verificado pela suspensão do contrato de trabalho de três colaboradores que se encontram em situação de baixa médica de longa duração.

A taxa de absentismo situou-se em 4,8%, significando uma diminuição de 2,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2016.

Absentismo no último triénio





INVESTIMENTO

O investimento realizado pela AR – Águas do Ribatejo abrange a execução física e financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e de Outros Investimentos.

Neste ponto, é apresentada informação relativamente aos investimentos constantes do PPI previstos para 2017 e executados durante o ano.

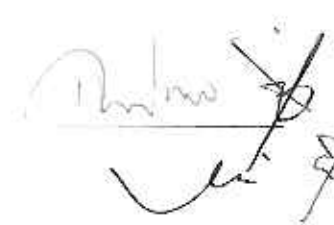
O Plano de Investimentos da AR, que ascendia a um total de 131 Milhões de Euros até 2017, engloba os investimentos apoiados no âmbito do Fundo de Coesão II, POVT e POSEUR, investimento em capital em espécie e outros investimentos não incluídos nas candidaturas.

Para além das intervenções no âmbito da candidatura aprovada pelo Fundo de Coesão II, que foram integralmente concluídas em 2011, as intervenções no âmbito da 2.ª fase (abastecimento e saneamento) bem como as da 3.ª fase (Abastecimento) foram igualmente concluídas no ano de 2015.

Em 2016 e 2017 teve início a execução de várias Operações apoiadas pelo POSEUR, destacando-se as referentes à intervenção na ETAR de Almeirim / Alpiarça (já concluída), à construção dos subsistemas de saneamento de Chancelaria / Pedrógão, Lapas / Ribeira Branca, Alcorochel e Fungalvaz, no Concelho de Torres Novas, as remodelações das ETAR da Quinta do Papelão e da Murteira (obras concluídas, instalações em fase de arranque) e do subsistema de saneamento de Samora Correia, (Concelho de Benavente), a execução da conduta adutora de ligação à Várzea Fresca (Salvaterra de Magos), a remodelação da ETAR da Raposa (Almeirim).

Com o investimento realizado em 2017, o valor global investido desde a criação da empresa, em 2007, ascende já a cerca de 121 Milhões de Euros, o que representa cerca de 92,4% do valor do investimento previsto até final de 2017, resultado que não deixa de ser impressionante pois, de facto, nunca antes se tinha investido tanto nesta área na região como nestes últimos anos.

De salientar que, considerando a execução dos investimentos em curso, a meta prevista inicialmente será em breve atingida, estando nesta altura em preparação o Plano de Investimentos para os próximos anos.



Feita esta introdução, passemos então aos dados concretos: o investimento total previsto para 2017 no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos era de aproximadamente **16,57 Milhões de Euros** (este montante inclui também os investimentos de carácter operacional), distribuído da seguinte forma:

- Investimentos em saneamento: 13,56 M€
- Investimentos em abastecimento: 1.64 M€
- Outros investimentos: 1,37 M€

Deste investimento previsto, foi realizado durante o ano um volume que ascende a cerca de **6,57 Milhões de Euros**, distribuído da seguinte forma:

- Investimentos realizados em saneamento: 5,27 M€
- Investimentos em abastecimento: 0,53 M€
- Outros investimentos: 0,77 M€

O nível de execução do investimento ficou, portanto, aquém do previsto. A principal justificação para esta situação deve-se ao facto de algumas das intervenções com maior peso em termos de investimento, em especial as empreitadas dos subsistemas de saneamento de Chancelaria / Pedrógão, Lapas / Ribeira Branca, Alcorochel e Fungalvaz registarem atrasos na respetiva execução, enquanto outras, como a remodelação do saneamento de Samora Correia se terem iniciado já perto do final do ano.

Sem prejuízo do acima exposto, o facto destas intervenções estarem a decorrer, aliado ao facto de outras estarem nesta altura em Concurso, aponta no sentido de que em 2018 se registará uma subida significativa do nível de investimento, em comparação com os anos de 2016 e 2017.



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A situação económica e financeira da AR, no do ano de 2017, confirma a tendência positiva que se vem registando ao longo dos últimos anos.

A AR está a levar a cabo um Plano de Investimentos ambicioso, que ascendia a 131 Milhões de Euros, a realizar até 2017. O financiamento deste investimento é assegurado, em grande medida, através de subsídios a fundo perdido, mas ainda assim é necessário assegurar uma parte significativa do financiamento com recurso a capital alheio, nomeadamente financiamento bancário.

Assim, é fundamental que a empresa consiga libertar fluxos financeiros da sua exploração que lhe permitam fazer face aos custos com o serviço da dívida e com as amortizações de capital da mesma. Com base nos dados apurados, quer relativamente a 2017, quer em relação ao que vem sucedendo nos anos anteriores, verificamos que a AR está a conseguir gerar esses fluxos financeiros, fazendo face aos seus compromissos e apresentando resultados globalmente positivos.

A relação entre os custos e os proveitos de exploração continua a ser bastante favorável, mantendo-se praticamente inalterada a Rendibilidade Operacional (-0,02%) quando comparada com a do período homólogo.

No final do ano de 2017, a empresa atingiu Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) positivos, no valor de 3.458.490,20 €. Este Resultado, bastante superior ao registado no ano anterior (que ascendeu a 2.723.269,95 €), é explicado sobretudo pelo aumento do volume de negócios, cujo impacto foi sentido de forma mais expressiva pelo facto dos gastos terem tido um comportamento favorável.

O Balanço traduz igualmente a evolução positiva da situação económico-financeira da empresa. O Ativo Líquido cresceu, em parte devido à estabilização da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis (que reflete o aumento do nível de investimento neste período, compensado o efeito das depreciações), o Passivo registou igualmente uma diminuição (cerca de 2%).



De salientar ainda o crescimento dos Capitais Próprios (cerca de 4%), incorporando o efeito positivo dos Resultados obtidos neste, e nos exercícios anteriores.

A situação atual permite gerir de forma adequada os recursos, atendendo à necessidade de fazer face às despesas correntes, de investimento, serviço de dívida e respetivas amortizações.

A generalidade dos indicadores económico-financeiros continuam a apresentar valores muito positivos, confirmando o que foi anteriormente referido.

O Resultado Líquido do exercício apurado foi de 2.166.171,52 €.

As contas do exercício de 2017 são apresentadas em anexo ao presente relatório.

FACTOS SUPERVENIENTES A 31 DE DEZEMBRO

Não se verificaram factos relevantes supervenientes a 31 de dezembro de 2017.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 24º dos Estatutos da Sociedade, propõe-se que do Resultado Líquido de Exercício apurado, no valor de 2.166.171,52 €, seja constituída Reserva Legal no valor de 963.497,09 €, por forma a perfazer 20% do valor do capital social, sendo o restante transferido para a conta de Resultados Transitados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A. assentou na firme convicção de que o modelo adotado e a união dos Municípios em torno de um objetivo comum permitiria assegurar um serviço de qualidade aos cidadãos, praticando tarifas com um nível adequado face à realidade da região, salvaguardando simultaneamente a sustentabilidade futura do serviço, não onerando as gerações futuras com encargos desproporcionados.

Dez anos volvidos da sua criação, os resultados que têm vindo a ser alcançados confirmam que esta foi, de facto, a melhor opção.

É certo que ainda há muito trabalho a fazer. Existem sempre aspetos a melhorar, e acreditamos que a concretização dos investimentos que estão a ser levados a cabo permitirá reforçar a capacidade e qualidade do serviço prestado.

Deve ser salientado que a AR tem conseguido consolidar a sua situação económico-financeira, apesar das suas tarifas se manterem em níveis compatíveis com a realidade socioeconómica da região.

Assim, esta é a prova de que com trabalho, uma gestão rigorosa e profissional, sem desperdícios, despesismos e muito realismo, é possível atingir os objetivos.

Por último, mas não menos importante, o Conselho de Administração quer transmitir o seu profundo apreço, reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, mais colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, nomeadamente:

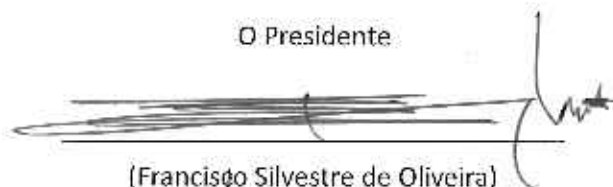
- A todos os colaboradores da Empresa, pela grande competência, empenho e dedicação sempre evidenciados, apesar duma conjuntura que não tem sido a mais favorável. Sem eles, e o seu esforço, nada disto teria sido possível;
- Aos anteriores membros dos órgãos sociais que exerceram o seu mandato até 10 de novembro de 2017;
- Aos Acionistas / Municípios, pela confiança e apoio reiteradamente demonstrados;

- Aos Fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Aos Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pela colaboração sempre dispensada.

Salvaterra de Magos, 15 de março de 2018

O Conselho de Administração

O Presidente



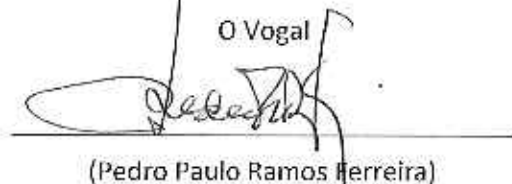
(Francisco Silvestre de Oliveira)

A Vogal



(Catarina Pinheiro Valé)

O Vogal



(Pedro Paulo Ramos Ferreira)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO INDIVIDUAL

AR - Águas do Ribatejo, E.M. S.A. Balço Individual em 31 de Dezembro de 2017

(Válves expressas em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	83.732.159,77	83.583.758,21
Activos intangíveis	5	614.611,37	622.919,97
Outros investimentos financeiros	6	6.025,18	3.722,12
Activos por impostos diferidos	7		0,00
Total dos Activos Não Correntes		84.412.696,32	84.210.400,33
Inventários	7	242.237,08	281.761,03
Clientes	8, 29	2.050.201,26	1.823.696,79
Estado e outros entes públicos	9	156.878,46	472.617,07
Outros créditos a receber	10, 29	2.459.791,38	2.151.221,65
Diferimentos	11	62.480,50	54.294,74
Caixa e depósitos bancários	12	3.926.098,83	2.671.547,36
Total dos Activos Correntes		8.897.699,19	7.555.126,58
		93.310.695,51	91.865.526,91
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	1, 13	6.871.691,00	6.871.691,00
Reservas legais	14	410.839,11	331.223,36
Outras reservas		345.093,54	345.093,54
Resultados transitados	15	6.389.868,38	4.619.208,74
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	16	40.632.679,39	40.630.469,34
Resultado líquido do exercício		2.106.171,52	1.592.314,51
Total dos Capitais Próprios		56.816.334,14	54.849.990,51
Passivo			
Provisões	17		
Financiamentos obtidos	18, 19	16.857.191,87	18.197.910,46
Outras dívidas a pagar	20, 29	11.460.499,48	11.476.799,04
Total dos Passivos Não Correntes		28.317.691,35	29.674.709,50
Fornecedores	21, 29	704.631,52	661.820,61
Estado e outros entes públicos	9	998.309,32	272.667,79
Financiamentos obtidos	18, 19	3.185.124,17	2.790.000,61
Outras dívidas a pagar	20, 29	3.658.705,01	3.616.351,09
Total dos Passivos Correntes		8.176.870,02	7.540.828,90
Total do Passivo		36.494.561,37	37.215.538,40
		93.310.695,51	91.865.526,91

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvadora de Magos, 15 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

202673081

30143

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório de Gestão e Contas de 2017

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Vendas de mercadorias	22	7.588.408,64	7.266.072,91
Prestação de serviços	22	8.872.532,17	8.186.270,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(1.055.398,71)	(1.138.029,10)
Fornecimentos e serviços externos	24	(5.831.813,57)	(5.550.731,29)
Gastos com o pessoal	25	(3.408.832,16)	(3.367.807,68)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(144.069,60)	(236.593,93)
Outros rendimentos	26	3.895.259,88	4.221.901,01
Outros gastos	27	(154.976,24)	(249.364,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.733.396,31	9.150.807,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(6.274.908,11)	(6.427.537,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.458.490,20	2.723.269,95
Juros e rendimentos similares obtidos	28	22.360,09	22.932,83
Juros e gastos similares suportados	28	(618.775,88)	(682.667,40)
Resultado antes de impostos		2.862.074,41	2.063.535,38
Imposto sobre o rendimento do período	9	(695.902,89)	(471.220,87)
Resultado líquido do período		2.166.171,52	1.592.314,51

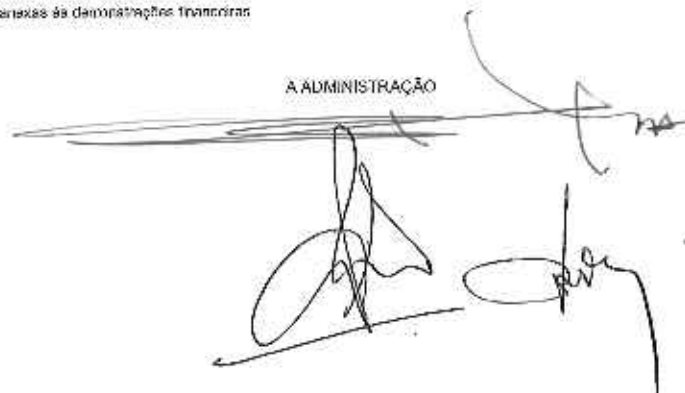
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvadora de Magos, 15 de Março de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

202673081
30/13

A ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes	8	17.829.331,44	18.113.127,26
Pagamentos a fornecedores	21	(4.201.085,42)	(4.590.179,12)
Pagamentos ao pessoal	25	(3.436.832,10)	(3.397.807,58)
Caixa gerada pelas operações		9.911.403,86	10.165.141,45
Pagamentos/recebimentos de imposto sobre o rendimento	9	(717.253,48)	(631.285,00)
Outros recebimentos/pagamentos	1, 23, 26, 27	(2.399.417,37)	(5.835.286,67)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		6.794.763,03	3.698.571,79
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(7.800.308,77)	(2.503.589,12)
Ativos intangíveis		(19.343,43)	(21.324,72)
Investimentos financeiros			
Outros activos			
		(7.819.652,20)	(2.524.913,84)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			8.500,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Suavizações ao investimento	23	3.610.223,02	4.631.668,95
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		3.610.223,02	4.610.168,95
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(4.209.429,18)	1.679.154,71
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18, 19	1.041.368,50	1.000.000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	10		
Cobrança de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
		1.041.368,50	1.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18, 19	(2.001.362,14)	(6.828.815,71)
Juros e gastos similares	28	(619.770,89)	(682.867,47)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		(3.480.168,02)	(8.541.484,11)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(1.538.781,52)	(5.541.484,11)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	12	1.055.552,33	(152.754,91)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	2.871.547,30	3.025.304,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	3.926.099,63	2.871.547,30

Para mais informações ver os anexos às demonstrações financeiras

Salvadora do Magos, 15 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

202673081

30113

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS

AR - Águas do Ribatejo, F.M., S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2017

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
			Capital reservado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do Período	1	Notas	0.871.681,00	331.727,36	349.099,64	4.819.208,74	40.090.478,71	1.597.314,31	54.849.910,51
Alterações no período									
Primeira alteração da norma contábil (contábil)									
Alterações de políticas contábeis									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Resultados da avaliação de investimentos de ativos									
Aumento da avaliação de ativos									
Resultados parciais de períodos									
Outras alterações resultantes no capital próprio									
	2	14 - 15 - 16		61.812,73		1.070.070,74	-57.759,36	-1.597.314,31	172,11
	2			79.615,73		1.070.070,74	57.759,35	-1.597.314,31	172,11
Resultado Líquido do Período	3							2.185.771,62	2.185.771,62
Resultado Integral	4 = 2 + 3							2.185.771,62	2.185.771,62
Operações com detentores do capital próprio									
Reservas do capital									
Reservas do período de emissão									
Distribuições									
Emissões para cobrir as perdas									
Outras operações									
	5								
Posição no fim do Período	- 1 + 2 + 3 + 4		0.871.681,00	410.820,11	349.099,64	6.359.070,93	40.090.478,71	2.185.771,62	63.810.360,14

Para as alterações de políticas contábeis demonstrações financeiras

Brasileira da Moeda, 15 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

20267308/1
30/03/18

A ADMINISTRAÇÃO

AR - Águas do Ribatejo, E.M., S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
Posição no início do Período							
1	Notas	6.871.881,00	754.799,03	316.293,64	3.381.289,24	47.872.867,11	1.031.351,05
Alterações no período							
Adição de ações de novo relevo: contribuições							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão em demonstrações financeiras							
Restrição de exercício de nova subscrição de ações							
Exatidão da representação de valores							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações remuneradas no capital próprio							
Capital próprio							
2	14, 15, 16		78.700,55		1.137.945,50	-2.282.510,07	-1.534.051,05
			78.700,55		1.137.945,50	-2.282.510,07	-1.534.051,05
Resultado líquido do Período							
3							1.592.314,51
Resultado integral							
4	2 + 3						1.592.314,51
Outras alterações com descargas de capital próprio							
Rescrições de capital							
Realizações de prémios de subscrição							
Distribuições							
Exatidão para cobertura de perdas							
Outras operações							
5							
Posição no fim do Período							
6	1 + 2 + 3 + 4 + 5	6.871.881,00	833.499,58	345.093,64	4.529.234,74	25.590.357,04	1.031.351,05

Por aprovação da Assembleia Geral das demonstrações financeiras

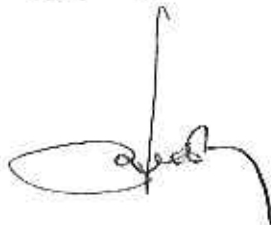
Salvadora da Mota, 25 de Março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO

202673081
30113





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. INTRODUÇÃO

A AR – Águas do Ribatejo EM, S.A. foi constituída em treze de dezembro de dois mil e sete, tem o número de identificação fiscal 508 345 464, sede social em Salvaterra de Magos. A Empresa tem como atividade principal a *captação e tratamento de águas e a recolha e drenagem de águas residuais*.

1.2. ACIONISTAS

São acionistas das AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.:

Accionistas	Tipo de ações	Accionistas	Valor nominal por ação	N.º de Ações	% Capital
Município Almeirim	Nominativas	1.061.893,00	1,00	1.061.893	15,45%
Município Alpiarça	Nominativas	371.134,00	1,00	371.134	5,40%
Município Benavente	Nominativas	1.129.468,00	1,00	1.129.468	16,44%
Município Chamusca	Nominativas	559.907,00	1,00	559.907	8,15%
Município Coruche	Nominativas	1.032.932,00	1,00	1.032.932	15,03%
Município Salvaterra de Magos	Nominativas	975.011,00	1,00	975.011	14,19%
Município Torres Novas	Nominativas	1.741.336,00	1,00	1.741.336	25,34%
		<u>6.871.681,00</u>		<u>6.871.681,00</u>	<u>100,00%</u>

1.3. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 15 de março de 2018. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna e clara as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Em 2017 as demonstrações financeiras da AR – Águas do Ribatejo EM, S.A. foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro apresentado na nota 14, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2009).

2.2. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. REGIME DO ACRÉSCIMO

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

2.4. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



2.7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da AR – Águas do Ribatejo EM, são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No exercício de 2009, no que se refere ao equipamento existente nas infraestruturas de abastecimento e de saneamento, foi utilizada, regra geral, uma taxa de 8,33% o que corresponderia a uma vida útil de 12 anos. No entanto face ao acréscimo de experiência e conhecimento adquirido ao longo dos últimos anos da realidade infraestrutural dos sistemas e das condições em que estes equipamentos e máquinas operam, e tendo em atenção o princípio da prudência, foi ajustada a expectativa de vida útil para estes equipamentos, passando esta a ser, em regra, de 8 anos, a que corresponde uma taxa de amortização de 12,5%. De salientar que esta opção serve igualmente para ajustar a vida útil contabilística deste tipo de ativos ao que é comum no sector, indo de encontro às referências existentes ("Gestão Patrimonial de infraestruturas de abastecimento de água", Série "Guias Técnicos" da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Taxas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	2.5% - 5%	20 - 40
Equipamento básico	4% - 12.5%	8 - 25
Equipamento de transporte	25%	4
Ferramentas e utensílios	12,5% - 20%	5 - 8
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	12,5% - 20%	5 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é 1%. Para além disso, acresce também a Derrama Estadual incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é 3% sobre o diferencial em o lucro tributável e o valor de 1.500.000,00 Euros, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente, dando a diferença temporária origem ao registo de impostos diferidos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.7. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.



3.8. PROVISÕES

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DO GOVERNO

3.9.1. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações subjacentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e ou construção de ativos tangíveis e ou intangíveis são incluídos no Capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método de depreciação e ou amortização dos ativos subjacentes.

3.9.2. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

3.10. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Na data de relato, existem dois contratos de locação em vigor, que pela sua substância se encontram classificados como financeiros.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, e as depreciações correspondentes, conforme definido nos pontos 3.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



3.13. RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularização
					Saldo em 31-Dez-17
Custo:					
Terras e recursos naturais	853.756,21	125.445,62			979.201,83
Edifícios e outras construções	105.980.254,97	90.801,69		1.239.212,60	107.310.269,26
Equipamento básico	4.128.356,63	217.169,30			4.345.525,93
Equipamento de transporte	424.609,60	38.997,58	-1.998,00		461.609,21
Equipamento administrativo	469.145,79	51.424,06			520.569,87
Outros ativos fixos tangíveis	388.409,34	55.439,75			443.849,09
Investimentos em curso	1.516.933,08	5.876.696,43		-1.239.212,60	6.154.416,91
	113.761.465,85	6.455.973,45	-1.998,00		120.215.441,30
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	27.334.889,85	5.753.628,87			33.088.498,72
Equipamento básico	1.660.046,96	353.561,80			2.013.608,76
Equipamento de transporte	359.512,50	39.544,37	-1.098,00		397.958,87
Equipamento administrativo	370.676,38	53.922,91			424.599,29
Outros ativos fixos tangíveis	252.601,92	40.913,97			293.515,89
	30.177.707,61	6.247.571,92	-1.998,00		36.423.281,53
					83.792.159,77

31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularização
					Saldo em 31-Dez-16
Custo:					
Terras e recursos naturais	755.880,68	57.875,36			813.756,04
Edifícios e outras construções	102.967.030,34		-1.146.706,46	4.159.924,09	105.980.254,97
Equipamento básico	3.845.223,18	316.683,11	-33.549,46		4.128.356,83
Equipamento de transporte	396.279,26	68.198,22	-39.867,87		424.609,61
Equipamento administrativo	443.565,51	26.902,18	-1.321,50		469.145,79
Outros ativos fixos tangíveis	375.494,98	48.453,63	-5.539,27		418.409,34
Investimentos em curso	3.516.548,53	1.658.310,04		-4.159.924,09	1.014.934,48
	112.612.029,68	2.076.423,13	-1.226.986,96		113.461.465,85
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	21.589.854,58	5.923.764,66	-158.049,41		27.334.889,85
Equipamento básico	1.513.489,59	346.577,37			1.860.066,96
Equipamento de transporte	300.652,60	37.840,84	-35.981,14		359.512,50
Equipamento administrativo	323.272,30	47.404,08			370.676,38
Outros ativos fixos tangíveis	207.768,45	44.633,47			252.401,92
	23.974.817,72	6.399.920,44	-187.030,55		30.177.707,61
					83.583.758,24

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Os investimentos em curso, entre 2017 e 2016, tiveram a seguinte evolução:

Investimentos em Curso	2017	2016
SAR Chancelaria	2305492,51	219685,93
SAR Fungalvaz	176338,80	24183,25
SAR Rexaldia	40104,14	40104,14
SAR Lamarosa (Torres Novas)	23214,57	23214,57
SAR Alcorochel	141326,64	12511,73
SAR Ribeira Branca	1738114,59	126314,44
SAR Parceiros da Igreja	46443,77	21493,77
SAR Carreiro da Areia	14875,00	14875,00
Subs. Saneamento Foros de Almada	15732,00	15732,00
Remodelação SAA Torres Novas	86990,00	86990,00
Remodelação da ETAR da Murteira	690665,14	234157,39
ETAR Quinta do Papelão	663624,82	266949,04
Remodelação SS Samora Correia	79710,00	34800,00
Remodelação EE de Carvalhal da Aroeira	8100,00	4500,00
SAA Marinhais - Exec. Rede Abast. Rua João Pinto Figueiredo	1600,00	-----
SAA Foros Salvaterra - Exec. Redes Abast. Eixo Tv. Pedreira/ Estr. Almocreves	38117,76	-----
SAA Samora Correia - Exec. Interl. Zonas Abast. P.Alto/Estalcira	1750,00	-----
Instalação de Marcos de Incêndio	14958,00	-----
Remodelação ETAR da Raposa	24841,42	-----
Remodelação do Reservatório da Lamarosa	35667,75	-----
Ampliação SS Foros de Salvaterra e Aldeia do Peixe	6750,00	-----
TOTAL	6.154.416,91	1.125.511,26

Em 31 de dezembro de 2017, os principais projetos de candidaturas aos subsídios registados são os seguintes:

Designação do projeto	Prazo de Amortização	Custo de Investimento	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Projeto 2004/PT/16/C/PE/000	30 ANOS	45.429.119,92 €	19.437.029,61 €	25.992.090,31 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000073	30 ANOS	27.660.183,32 €	6.194.668,10 €	21.465.515,22 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000126	30 ANOS	17.969.670,43 €	3.750.019,22 €	14.219.651,21 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000168	30 ANOS	3.672.692,64 €	593.299,48 €	3.079.393,16 €
Operação POVT-12-0146-FCOES-000281	30 ANOS	736.449,54 €	212.116,95 €	524.332,59 €
Operação POSEUR-03-2012-FC-000040	30 ANOS	238.993,62 €	15.225,93 €	223.767,69 €

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017				
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abatlos	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Custo					
Projectos de desenvolvimento (i)					
Software	112.858,25	512,44			113.370,69
Propriedade Industrial					
Outras activos intangíveis	595.756,60	18.713,13			614.469,73
	<u>708.615,85</u>	<u>19.225,57</u>			<u>727.841,42</u>
Depreciações Acumuladas					
Projectos de desenvolvimento (i)					
Software	85.695,86	27.334,19			113.030,05
Propriedade Industrial					
Outras activos intangíveis					
	<u>85.695,86</u>	<u>27.334,19</u>			<u>113.030,05</u>
					614.811,37

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo						
Projectos de desenvolvimento (i)						
Software	112.859,25					112.859,25
Propriedade industrial						
Outros activos intangíveis	574.431,89	21.324,72				595.756,61
	<u>687.291,13</u>	<u>21.324,72</u>				<u>708.615,85</u>
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)						
Software	58.078,65	27.617,21				85.695,86
Propriedade industrial						
Outros activos intangíveis						
	<u>58.078,65</u>	<u>27.617,21</u>				<u>85.695,86</u>
						622.919,99

Os valores inscritos em outros activos intangíveis referem-se a concessões de servidão.

6. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica refere-se única e exclusivamente à participação FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, tendo registado em 31 de dezembro de 2017 o valor de 6.025,18 Euros.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Mercadorias		
Materias primas subsidiárias e de consumo	242.237,98	281.761,03
Produtos acabados		
Obras em curso		
	<u>242.237,98</u>	<u>281.761,03</u>
Perdas por imparidades de inventários		
	<u>242.237,98</u>	<u>281.761,03</u>

8. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		2.050.201,26		1.823.686,79
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring				
Clientes de cobrança duvidosa		1.654.829,98		1.510.760,38
		<u>3.705.031,24</u>		<u>3.334.447,17</u>
Perdas por imparidade acumuladas		-1.654.829,98		-1.510.760,38
		<u>2.050.201,26</u>		<u>1.823.686,79</u>

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	1.812.913,34	237.287,92	1.658.883,75	164.803,04
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring				
Clientes de cobrança duvidosa	1.654.829,98		1.510.760,38	
	<u>3.467.743,32</u>	<u>237.287,92</u>	<u>3.169.644,13</u>	<u>164.803,04</u>

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2017 apresentava-se como segue:

	0 - 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias	TOTAL
Clientes Conta Corrente	1.051.516,65 €	382.492,39 €	152.354,19 €	213.510,30 €	250.327,73 €	2.050.201,26 €
Clientes - Outros					1.654.829,98 €	1.654.829,98 €
	<u>1.051.516,65 €</u>	<u>382.492,39 €</u>	<u>152.354,19 €</u>	<u>213.510,30 €</u>	<u>1.905.157,71 €</u>	<u>3.705.031,24 €</u>

Perdas por Imparidades	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro	1.510.760,38	1.274.166,45
Aumento	144.069,60	236.593,93
Reversão		
Regularizações		
	<u>1.654.829,98</u>	<u>1.510.760,38</u>

De acordo com o estabelecido no art.º 10 da lei n.º 23/96, o direito ao recebimento do preço do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.

Assim, e uma vez que no âmbito da atividade desenvolvida pela Empresa, a faturação dos serviços prestados que não for liquidada no período de 6 meses após a prestação do serviço encontra-se tecnicamente prescrita, sendo, portanto, razoável assumir que a Empresa não vai conseguir reaver esse valor, constituindo uma provisão para clientes cobrança duvidosa a 100%.

Em 2009 foi constituída um ajustamento para dividas de cobrança duvidosa, correspondente a 25% do valor total em divida de clientes, não tendo a mesma, de acordo com a legislação em vigor, sido considerada para efeitos fiscais. Em 2010, foi efetuada a reversão deste valor e constituída uma imparidade a 100% considerando o total de divida de clientes com antiguidade superior a 6 meses.

Em 2012 foi constituída uma imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa no valor de 216.876,73 Euros. Já em 2012, a imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa foi reforçada até ao total da dívida. No decurso de 2013 foi constituída imparidade no valor de 293.101,69 Euros, tendo em 2014 atingido o valor de 130.455,42 Euros. No decurso de 2015, foi constituída imparidade no valor de 107.748,97 Euros e revertido o valor de 1.657,62 Euros, tendo em 31 de

dezembro de 2015 atingido o valor de 106.090,85 Euros. No decurso do exercício de 2016 foi reforçada a imparidade em 236.593,93 euros, e em 2017 foi constituída imparidade no valor de 144.069,60 Euros, tendo atingido o valor total de 1.654.829,98 Euros.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		224.223,09
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	156.878,46	248.393,98
Outros impostos e taxas		
	156.878,46	472.617,07
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	245.573,66	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.881,53	2.050,71
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	24.565,42	24.892,97
Segurança Social	133.346,21	65.410,15
Outros impostos e taxas	189.942,50	180.303,96
	598.309,32	272.657,79

Decorrente da aplicação do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), instituído pela Lei n.º 49/2013, de 16 de Julho, importa salientar o seguinte:

- a) **Impostos correntes:** Decorrente da realização de investimentos abrangidos pelo CFEI, o imposto que deixou de ser pago no exercício de 2013 foi de 214.538,65 euros, correspondente a 70% da coleta, apurando-se ainda um montante de CFEI a deduzir em exercícios futuros de 812.166,55 euros. No decurso de 2014 deduziu-se o montante de 164.710,27 Euros. Já no decurso de 2015 deduziu-se o valor de 362.259,12 Euros. No final do exercício de 2016 o valor remanescente foi deduzido na sua totalidade.

- b) **Impostos diferidos:** O montante de CFEI que originou o reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, dado existirem expectativas de obtenção de lucros no futuro foi utilizado na sua totalidade no final do exercício de 2016. Assim, esses impostos diferidos encontram-se totalmente desreconhecidos.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-		-	
Outros		2.459.791,36		2.151.221,65
		2.459.791,36		2.151.221,65
Perdas por imparidade acumuladas				
		2.459.791,36		2.151.221,65

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	47.897,70	46.950,13
Rendas	5.378,83	5.786,39
Outros gastos a reconhecer	9.213,97	1.558,22
	<u>62.490,50</u>	<u>54.294,74</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	3.176,57	3.377,23
Depósitos à ordem	3.402.923,06	2.348.170,07
Depósitos à prazo	520.000,00	520.000,00
	3.926.099,63	2.871.547,30

13. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado:

Accionistas	Tipo de ações	Accionistas	Valor nominal por ação	N.º de Ações	% Capital
Município Almeirim	Nominativas	1.061.893,00	1,00	1.061.893	15,45%
Município Alpiarça	Nominativas	371.134,00	1,00	371.134	5,40%
Município Benavente	Nominativas	1.129.468,00	1,00	1.129.468	16,44%
Município Chamusca	Nominativas	559.907,00	1,00	559.907	8,15%
Município Coruche	Nominativas	1.032.932,00	1,00	1.032.932	15,03%
Município Salvaterra de Magos	Nominativas	975.011,00	1,00	975.011	14,19%
Município Torres Novas	Nominativas	1.741.336,00	1,00	1.741.336	25,34%
		6.871.681,00		6.871.681,00	100,00%

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2017, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Município de Torres Novas	25%	1.741.336,00

[Handwritten signature]

14. RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

No ano de 2016 foi obtido um resultado líquido positivo de 1.592.314,51 euros, tendo sido aplicado 5% para reserva legal, no valor de 79.615,73 euros

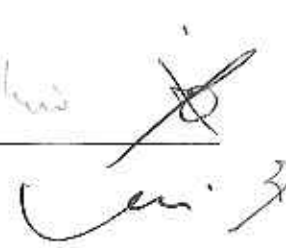
15. RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica compreende valores resultantes da aplicação de resultados de exercícios anteriores, fruto das deliberações das assembleias gerais de aprovação de contas da entidade. O restante valor é referente a outras correções de exercícios anteriores.

16. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	40.632.679,99	40.690.469,34
Doações		
Outras		
	<u>40.632.679,99</u>	<u>40.690.469,34</u>



17. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro		2.250.000,00
Reforço no período		
Reduções no período		
Utilizações		-2.250.000,00
Saldo a 31 de Dezembro		

Esta provisão foi constituída em 2009 para fazer face a uma eventual indemnização à construtora FCC, Fomento de Construcciones e Contratas, SA, tendo sido utilizada na sua totalidade no exercício de 2016 por terminus do processo.

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	14.126.870,97	2.840.592,49	15.123.076,96	2.446.153,84
Contas caucionadas (ii)				
Contas bancárias do factoring (iii)				
Contas bancárias de letras descontadas (iv)				
Descobertos bancários contratados (v)				
Locações financeiras (vi)	7.170,50	16.995,94	24.147,36	28.607,87
(...)				
Outros empréstimos (vii)	2.723.150,40	327.535,74	3.050.608,14	315.238,30
	<u>16.857.191,87</u>	<u>3.185.124,17</u>	<u>18.197.910,46</u>	<u>2.790.000,01</u>



Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso	31-Dez-17	31-Dez-16
Menos de um ano	3.185.124,17	2.790.000,01
1 a 2 anos	3.482.514,55	3.190.649,93
2 a 3 anos	4.488.619,67	3.193.653,76
3 a 4 anos	2.302.413,14	3.199.742,37
4 a 5 anos	2.316.744,72	2.546.153,84
Mais de 5 anos	4.266.899,79	6.067.710,56
	<u>20.042.316,04</u>	<u>20.987.910,47</u>

Um dos financiamentos a médio e longo prazo foi renegociado em novembro de 2010, tendo sido prorrogado até outubro de 2024. O seu reembolso teve início em abril de 2012 através de prestações constantes, semestrais (abril e outubro).

Foi contratado em 2015 um novo financiamento a médio e longo prazo. Trata-se de um empréstimo bancário a 60 meses, no montante global de 7.000.000,00 Euros, cuja finalidade foi a de proceder à amortização integral de um outro financiamento, com o mesmo montante, cujas condições, em termos de encargos, eram mais onerosas para a AR.

No que se refere ao contrato de financiamento celebrado em 2014 com o Santander Totta, no montante de 2,94 Milhões de Euros, o mesmo foi utilizado integralmente. A respetiva amortização terá início a partir de julho de 2018 e prolongar-se-á até 2023.

De referir ainda os 3 financiamentos obtidos ao abrigo do mecanismo QREN-EQ, cuja situação é a seguinte:

- QREN EQ-POVT-12-0146-FCOES-000073: o montante relativo a este financiamento, cerca de 1,6 milhões de euros já foi utilizado integralmente. O reembolso deste empréstimo teve início em 2016 e decorrerá até 2026;

QREN EQ-POVT-12-0146-FCOE5-000126: o montante relativo a este financiamento, cerca de 0,84 milhões de euros já foi utilizado integralmente. O reembolso deste empréstimo teve início em 2016 e decorrerá até 2025;

QREN EQ-POVT-12-0146-FCOE5-000168: o montante relativo a este financiamento, cerca de 1,14 milhões de euros já foi utilizado integralmente. O reembolso deste empréstimo teve início em 2016 e decorrerá até 2025.

19. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro de 2017		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	263.670,00	263.670,00	-
Equipamento do transporte	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-
	<u>263.670,00</u>	<u>263.670,00</u>	

Os bens adquiridos em locação financeira têm por base 2 contratos. Um primeiro contrato celebrado a cinco de fevereiro de dois mil e dez no valor inicial de 85.890,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 96 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2017		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano			
1 a 2 anos			
2 a 3 anos	980,09	3,49	983,58
3 a 4 anos			
4 a 5 anos			
Mais de 5 anos			
	980,09	3,49	983,58

O segundo foi celebrado em maio de 2013 no valor inicial de 89.000,00 Euros, sendo o reembolso da dívida da locação efetuada em 72 prestações mensais, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2017		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	16.015,85	773,03	16.788,88
1 a 2 anos	7.170,50	91,27	7.261,77
2 a 3 anos			
3 a 4 anos			
4 a 5 anos			
Mais de 5 anos			
	23.186,35	864,30	24.050,65

20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		975.927,56		832.996,01
Pessoal				
Fornecedores investimentos conta corrente		738.898,31		910.610,99
Outras contas a pagar	11.460.489,48	1.943.879,14	11.476.799,04	1.072.743,29
	<u>11.460.489,48</u>	<u>3.658.705,01</u>	<u>11.476.799,04</u>	<u>3.616.351,09</u>

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores conta corrente	734.531,52	861.820,01
Fornecedores conta títulos a pagar		
Fornecedores recepção o conferência		
Fornecedores outros		
	<u>734.531,52</u>	<u>861.820,01</u>

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	728.563,43	5.968,09	855.794,81	6.025,20
Fornecedores conta títulos a pagar				
Fornecedores recepção o conferência				
Fornecedores outros				
	<u>728.563,43</u>	<u>5.968,09</u>	<u>855.794,81</u>	<u>6.025,20</u>



22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	7.588.498,54		7.588.498,54	7.288.072,91		7.288.072,91
Prestação de serviços	8.872.532,17		8.872.532,17	0.166.279,96		0.166.279,96
	<u>16.461.030,71</u>		<u>16.461.030,71</u>	<u>15.472.352,87</u>		<u>15.472.352,87</u>

A rubrica de vendas corresponde ao valor da venda da água, e a rubrica dos serviços prestados corresponde aos serviços de saneamento, quotas de saneamento, quotas de água e outros serviços.

23. CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	281.761,03		281.761,03	256.801,46		256.801,46
Regularizações	-16.751,98		-16.751,98	6.272,88		6.272,88
Compras	1.032.627,64		1.032.627,64	1.157.615,79		1.157.615,79
Custo de vendas	-1.055.398,71		-1.055.398,71	-1.138.929,10		-1.138.929,10
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>242.237,98</u>		<u>242.237,98</u>	<u>281.761,03</u>		<u>281.761,03</u>

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subcontratos	1.097.321,23	869.292,07
Serviços especializados	1.732.592,75	1.678.958,89
Materiais	58.586,08	73.243,55
Energia e fluidos	2.007.239,77	1.989.488,44
Deslocações, estadas e transportes	16.451,03	13.307,60
Serviços diversos (*)	919.422,71	926.440,74
Rendas e alugueres	240.957,98	233.093,86
Comunicação	511.690,89	531.337,39
Limpeza, Higiene e conforto	61.633,75	60.492,68
Outros	105.140,09	101.517,01
	5.831.613,57	5.550.731,29

25. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	2.658.347,72	2.582.602,04
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	581.551,50	568.154,79
Seguros	29.683,80	28.719,48
Gastos de ação social	12.518,35	9.827,55
Outros gastos com pessoal	154.730,79	178.503,82
	3.436.832,16	3.367.807,68

O número de colaboradores da empresa em 31 de dezembro de 2017 era de 176 e no final do exercício de 2016 era de 174.

26. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Rendimentos suplementares	36.696,65	26,60
Descontos de pronto pagamento obtidos		9,58
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros		208.843,28
Outros rendimentos e ganhos	3.858.559,23	4.013.021,55
	3.895.255,88	4.221.901,01

Esta rubrica de demonstração de resultados compreende a imputação do exercício relativa aos subsídios ao investimento.

27. OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	89.405,69	98.341,75
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em inv. não financeiros	5.707,34	89.908,96
Outros gastos e perdas	59.863,21	61.133,57
	154.976,24	249.384,28

28. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 31 de dezembro de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	22.360,09	22.932,83
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
	<u>22.360,09</u>	<u>22.932,83</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	498.433,33	589.210,77
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	120.342,55	93.456,63
	<u>618.775,88</u>	<u>682.667,40</u>
Resultados financeiros	<u>-596.415,79</u>	<u>-659.734,57</u>

29. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 referentes a entidades relacionadas eram os seguintes:

	Activo		Passivo	
Accionistas	Clientes	Fornecedores	Excesso de capital	Resíduos sólidos
Município Almeirim	7.896,63	0,00	57.093,00	178.055,84
Município Alpiarça	152.097,13	0,00	1.652,89	57.286,89
Município Benavente	10.142,10	0,00	48.901,92	199.752,12
Município Chamusca	15.903,52	0,00	5.058,98	15.138,85
Município Coruche	11.898,26	0,00	5.453,85	113.931,85
Município Salvaterra de Magos	16.051,16	5.995,20	68.349,83	82.880,71
Município Torres Novas	23.299,12	-27,11	5.150,98	321.307,76
	<u>237.287,92</u>	<u>5.968,09</u>	<u>191.661,45</u>	<u>968.354,02</u>

No que se refere aos valores de Resíduos Sólidos, deve ser salientado o seguinte: o valor constante do quadro supra corresponde à diferença entre o valor total de Proveitos faturado e o valor transferido para os Municípios, a 31/12/2017.

Contudo, e nos termos do Protocolo celebrado entre a AR e os Municípios, o valor a transferir corresponde ao valor efetivamente cobrado (e não ao faturado), pelo que o valor acima indicado apenas se constituirá efetivamente como passivo quando e se vier efetivamente a ser cobrado.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

31. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

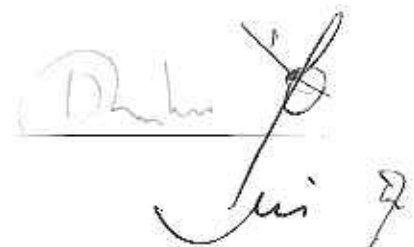
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.000,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos. Em 31 de dezembro de 2017 não existiam dívidas de honorários ao Fiscal Único / SROC.



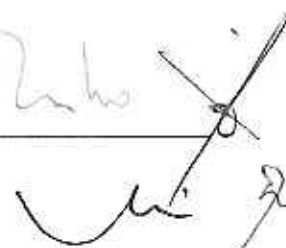
32.2 Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas

A favor de	Valor	Objetivo
ARH Tejo, I.P.	10.000,00 €	Eventuais danos exploração - ETAR de Coruche
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	19.440,00 €	Travessia da EN 10 e EN 118 - Projecto de execução do Subsistema de abastecimento de água de Benavente, Vale Tripeiro e Samora Correia
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	42.075,00 €	Execução Trabalhos ao Km 54,000 EN 251
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	31.785,00 €	Execução Trabalhos na EN 243 - Empreitada de execução do subsistema de saneamento de Choulo/Gaviãozinho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	8.812,50 €	EN 114-3 - Empreitada de construção do sistema de saneamento de Foros de Coruche com ligação à ETAR existente
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	24.202,50 €	Execução Trabalhos ao Km 54,000 EN 251
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	96.917,40 €	Execução de Trabalhos EN 251 e 114
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	197.417,84 €	Execução de Trabalhos EN 118
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 ao KM 35+900"
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução Trabalhos EN 367 relativos à construção dos emissários da ETAR de Glória do Ribatejo
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 ao Km 41,400
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 118 - Alpiarça - Reparação de Conduta Elevatória
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00 €	Execução de Trabalhos EN 10 ao KM 110+360 - Lado Direito
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	10.844,25 €	Remodelação da Rede de Águas - EN 118
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00 €	Reparação e Remodelação de Um Coletor de Águas Residuais - ER 243 - Km 39+600 e o KM 39+630 - Riachos
ARH Tejo, I.P.	12.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR quinta dos Gatos
ARH Tejo, I.P.	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Chamusca
ARH Tejo, I.P.	3.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Ulme
ARH Tejo, I.P.	2.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Tapada
ARH Tejo, I.P.	2.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Arrepiado
ARH Tejo, I.P.	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Burdalo Pinheiro em Benavente
ARH Tejo, I.P.	9.375,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Murteira
ARH Tejo, I.P.	1.050,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR (compacta) de Santo Estevão
ARH Tejo, I.P.	7.500,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Vila Nova de Santo Estevão
ARH Tejo, I.P.	3.000,00 €	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Azeitada
ARH Tejo, I.P.	4.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Salvador / Parreirão
ARH Tejo, I.P.	4.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Granho
ARH Tejo, I.P.	2.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Volla do Vale
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Biscainho / Foros da Charneca
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de S. José da Lamarosa
ARH Tejo, I.P.	11.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Santo Estevão

A favor de	Valor	Objetivo
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Santana do Mato
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Execução de Trabalhos EN 119, entre o Km 34/860 e o Km 351/220, na Povoação do Biscainho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Execução de Trabalhos EN 114-3 e a EN 118 - Abastecimento de F.Salvaterra e Salvaterra de Magos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Execução de Trabalhos EN 243, EN 118 e Obra de Arte 726 - Abastecimento da Chamusca, Vale Cavalos e Ulme
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	128.355,00	Execução de Trabalhos EN 114-3 - Saneamento de Fornos de Salvaterra, Sesmaria e Estanqueiro
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	1.421.473,41	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação POVT-12-0146-FCOES 000073
ARH Tejo, I.P.	4.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Várzea Fresca
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução de Trabalhos EN 118, ao Km 321/365 - Samora Correia
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução de Trabalhos - Atravessamento à EN 118, ao Km 73+660 à Entrada de Almeirim
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Branca
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	1.000,00	Instalação de Uma Conduta Elevatória de Águas Residuais, em Paralelismo à EN 118, ao Km 73+300, Lado D1º em Gouxaria
ARH Tejo, I.P.	7.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR do Couço
ARH Tejo, I.P.	3.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Brigueira em Torres Novas
ARH Tejo, I.P.	31.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR em Torres Novas
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução dos Subsist. San. V. do Vale, Branca e Santana do Mato - Inst. de um Coletor - Atravess. EN 114 ao Km 126+630
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Instalação de uma Conduta Distribuidora de Abast.Água, em Atravessamento à EN 118 ao Km 55+160 em Marinhais
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	2.147,50	Instalação de uma Conduta adutora de Abast.Água, em Atravessamento à EN 114 ao Km 118+190 e 118+280 - ZIMB
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	19.569,00	Instalação de um Coletor de Águas Residuais - EN 10 e EN 118 em Samora Correia
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	752.173,08	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação QREN POVT-12-0146-FCOES 000126
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	1.026.553,78	Financiamento Parcial da Contrapartida Nacional da Operação QREN POVT-12-0146-FCOES 000168
António A.Silva e António Borges de Oliveira	142,89	Servidão Administrativa da Parcela 16A, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
António A.Silva e António Borges de Oliveira	142,89	Servidão Administrativa da Parcela 16, artº 69 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Francisco Guilherme Cocharro	140,37	Servidão Administrativa da Parcela 12, artº 73 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros
Herdeiros de Fernando Jacinto	175,79	Servidão Administrativa da Parcela 2, artº 86 da Secção 038 - Fazendas de Almeirim - Subst. San. de Paços Negros

A favor de	Valor	Objetivo
Isabel Maria Canavarro da Costa Macedo Vaz	7.904,85	Servidão Administrativa da Parcela 1, artº 5 da Secção V-V1 - Foros da Charneca - Biscainho
Maria Eugénia da Câmara Ferreira Pinto B.A.Rio	168,94	Servidão Administrativa da Parcela 8, artº 2 da Secção CC-CC1 - Foros da Charneca - Biscainho
António Nuno Nunes Alves Pereira Joaquim	4.246,11	Servidão Administrativa da Parcela 7 e 7,1, artº 1 da Secção CC-CC1 - Foros da Charneca - Biscainho
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	12.171,50	Implantação de Conduta de Abast. de Água na EN 243 entre o KM 62+357 e o KM 65+961 - Parreira/Gaviãoz/Chouto
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Execução de Vala, em Paralelismo à EN 10 ao KM 107+793, Lado Direito - Porto Alto
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Implantação de Conduta Adutora de Abast. Água à EN 243 ao KM 38+940 - Subsistema Abastecimento de Riachos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	2.730,00	Instalação de Conduta de Abast. Água na EN 367 entre o KM 6+600 e o KM 6+860 - Lado Esquerdo - Glória do Ribatejo
ARH Tejo, L.P.	18.750,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Riachos
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	10.800,00	Instalação de Condutas Adutoras de Abast. Água em Atravessamento à EN 243 ao KM 45+340 e ao KM 45+000
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Instalação de um Coletor Gravitico de Saneamento à EN 118 ao KM 30+080 - Município de Benavente
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	5.000,00	Implantação de Condutas Adutoras de Abastecimento de Água - Vertente em Baixa - Vale Tripeiro
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.000,00	Instalação de Uma Conduta Adutora de Abastecimento de Água à Entrada de Montinhos dos Pegos
Legítimos Proprietários	1.287,08	Expropriações - Subsistema de Saneamento de Chouto/Gaviãozinho
Valana Sociedade Agro Cinegética, Lda	789,94	Expropriação Administrativa da Parcela 3, artº 1 da Secção AA-AA1 - Couço
Dora Maria Pereira Carvalho Freire	541,00	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 42 da Secção KK - Pinheiro Grande
Herdeiros de Maria Amélia de Melo C. Vaz Monteiro	1.237,00	Expropriação Administrativa da Parcela ETAR, artº 9 da Secção D - Ulme/Chamusca
Herdeiros de José Norberto Frazão Pedroso	1.651,72	Servidão Administrativa da Parcela 3, artº 20 da Secção X - Chamusca
F. Ramada II - Imobiliária SA, Outros e Arrendatário Rural Silveira - Soc. Silveira Caima, SA	5.906,19	Servidão Administrativa da Parcela 7, artº 2 da Secção E - Vale de Cavalos/Chamusca
Herdeiros de Maria Manuela Lizardo Gomes R. Barracas	1.298,05	Servidão Administrativa da Parcela 5, artº 2 da Secção Q - Ulme/Chamusca
Custódia Augusta Ildefonso	973,50	Expropriação Administrativa da Parcela EE03, artº 26 da Secção J - Parreira/Chamusca
Herdeiros de José Norberto Frazão Pedroso	640,00	Expropriação Administrativa da Parcela 1, artº 20 da Secção X - Chamusca
Legítimos Proprietários	193,20	Servidão Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Arripiado
Legítimos Proprietários	486,00	Servidão Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água da Carregueira - Arripiado
E.P. - Estradas de Portugal, S.A	1.900,00	Remodelação e Reparação de Colector na EN 3 - Concelho do Entroncamento

A favor de	Valor	Objetivo
Legítimos Proprietários	2.616,25	Servidão Administrativa - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	516,31	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Foros de Coruche (Ligação à ETAR Existente)
Legítimos Proprietários	3.213,50	Servidão Administrativa - Rede de Águas Domésticas da Fajarda
Legítimos Proprietários	7.056,00	Servidão Administrativa - Rede de Saneamento de Foros da Salvaterra
ARH Tejo, I.P.	15.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Cerrado das Águas
ARH Tejo, I.P.	12.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Foros de Salvaterra de Magos
Agência Portuguesa do Ambiente	12.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Esteveira
Agência Portuguesa do Ambiente	3.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Fungalvaz
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	1.000,00	Execução de Ramal Da Rede Pública de Saneamento de Águas Residuais Domésticas - Riachos - Torres Novas
Agência Portuguesa do Ambiente	5.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Rexaldia
Agência Portuguesa do Ambiente	15.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Lapas/Ribeira
Agência Portuguesa do Ambiente	12.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Salvaterra de Magos
Agência Portuguesa do Ambiente	31.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Alplarga
Agência Portuguesa do Ambiente	2.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Semideiro
Agência Portuguesa do Ambiente	9.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Fajarda
Legítimos Proprietários	270,52	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrógão
Legítimos Proprietários	14.340,31	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrógão
Legítimos Proprietários	5.592,68	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapa - Ribeira Branca
Legítimos Proprietários	6.175,95	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Rexaldia
Legítimos Proprietários	4.984,17	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapas - Ribeira Branca
Legítimos Proprietários	46.931,37	Expropriação Administrativa - Subsistema de Abastecimento de Água de Torres Novas
Agência Portuguesa do Ambiente	3.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Vale da Serra
Agência Portuguesa do Ambiente	9.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Glória do Ribatejo
Legítimos Proprietários	2.126,43	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento da Lamarosa (Torres Novas)
Agência Portuguesa do Ambiente	15.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Marinhais
Agência Portuguesa do Ambiente	9.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Pendente 2
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	29.720,00	Execução de "EN 10 - Projecto de Interligação das Zonas de Abastecimento de Porto Alto e o Estaleiro"
Legítimos Proprietários	548,94	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Fungalvaz
Legítimos Proprietários	6.816,25	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Fungalvaz
Agência Portuguesa do Ambiente	11.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Mugé
Agência Portuguesa do Ambiente	9.375,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR Paços das Negras



A favor de	Valor	Objetivo
Legítimos Proprietários	11.322,06	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrógão
Legítimos Proprietários	5.366,85	Expropriação Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapas - Ribeira Branca
Agência Portuguesa do Ambiente	12.500,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Carregueira - Pinheiro Grande
Legítimos Proprietários	1.543,70	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Chancelaria - Pedrógão
Legítimos Proprietários	5.821,05	Servidão Administrativa - Subsistema de Saneamento de Lapas - Ribeira Branca
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	11.940,00	Execução "Instalação de Condutas de Saneamento e Construção de Estação Elevatória na EN 243"
IP - Infraestruturas de Portugal, SA	2.000,00	Execução "Travessia para Execução de Redes de Abastecimento e Saneamento no Eixo-Travessa da Pedreira - Est. Almocreves"
Agência Portuguesa do Ambiente	15.000,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR da Murleira
Agência Portuguesa do Ambiente	11.250,00	Eventuais Danos de Exploração - ETAR de Quinta do Papalão
TOTAL	4.448.275,65 €	



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

CERTIDÃO

---Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária na Assembleia Municipal de Alpiarça e secretária de apoio ao Gabinete de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça-----

---Certifica, conforme minuta da ata da Reunião da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia vinte e oito de Abril de dois mil e dezassete, que consta uma votação com o seguinte teor:-----

Ponto 2 - Apreciação e votação da Dissolução com liquidação da Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, com partilha de todo o ativo passivo.-----

Município de Alpiarça-----

Aprovado por maioria com doze votos a favor, três do PS e nove da CDU, e três abstenções do PPD/PSD-MPT/TPA.-----

---Por ser verdade, se passa a presente certidão que assino e faço autenticar com carimbo em uso neste Município.-----

-----Alpiarça, dez de Abril de dois mil e dezoito.-----

---A Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária na Assembleia Municipal de Alpiarça e secretária de apoio ao Gabinete de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça

Ana Cristina Lima Ferreira

Ana Cristina Lima Ferreira



CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

CERTIDÃO

Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça e Presidência da Assembleia Municipal de Alpiarça-----

Certifica, conforme minuta da ata da Reunião da Câmara Municipal realizada no dia dezassete de Março de dois mil e dezassete, que consta uma deliberação com o seguinte teor:-----

Ponto 2 - Dissolução LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM.-----

Informação que em reunião da Assembleia Geral da LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, de 23/02/2017, foi deliberada a dissolução com liquidação desta Sociedade, nos termos constantes na ata que se anexa - SRU Lezíria do Tejo-----

Para Deliberação/Aprovada por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha.-----

Remeter à Assembleia Municipal para deliberação.-----

Por ser verdade, se passa a presente certidão que assino e faço autenticar com selo branco em uso neste Município.-----

Paços do Município de Alpiarça, aos vinte e um de Março de dois mil e dezassete.-----

A Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de Apoio à Presidência na Câmara Municipal de Alpiarça e Presidência da Assembleia Municipal de Alpiarça-----

Ana Cristina Lima Ferreira
Ana Cristina Ferreira

Presente em Reunião
Em 28/04/2017

3 Abstenções do
PPD/PSD-MPT/TPA
12 Votos a favor
[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

Ponto 2 - Dissolução LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM.

Informação que em reunião da Assembleia Geral da LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, de 23/02/2017, foi deliberada a dissolução com liquidação desta Sociedade, nos termos constantes na ata que se anexa.

SRU Lezíria do Tejo

Presente em Reunião
Em 17/03/17

~~Para Conhecimento:~~

Aprovado por maioria após
abstenção do Vereador Francisco
Cunha

REMETER à AM para Deliberação

Exmo. Senhor Presidente da
Câmara Municipal da Alpiarça
R. José Relvas, 374 – Apartado 25
2090 Alpiarça

Sua Referência

2.03.2017

Processo n.º

Nossa referência

9/2017

Data

23-02-2017

ASSUNTO: Dissolução LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM

Exmo. Sr. Presidente,

Serve o presente para informar que em reunião da Assembleia Geral da Lt, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, de 23/02/2017, foi deliberada a dissolução com liquidação desta sociedade, nos termos constantes na ata que ora se anexa.

Alerta-se V. Exa. para as diligências a tomar no âmbito do disposto do Artigo 61.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto:

- 1 - Compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo órgão executivo, deliberar sobre a alienação da totalidade ou de parte do capital social das empresas locais ou das participações locais.
- 2 - A dissolução, transformação, integração, fusão ou internalização das empresas locais depende da prévia deliberação dos órgãos da entidade pública participante competentes para a sua constituição, a quem incumbe definir os termos da liquidação do respetivo património, nos casos em que tal suceda.
- 3 - As deliberações previstas no presente artigo são comunicadas à Direção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção-Geral de Finanças, bem como, quando exista, à entidade reguladora do respetivo setor, incluindo, sendo caso disso, o plano de integração ou internalização referido no n.º 12 do artigo seguinte, no prazo de 15 dias.

Com os melhores cumprimentos,



(Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves)

ACTAS

Folha 34

ACTA NÚMERO 18

Aos vinte e três dias de Fevereiro de dois mil e dezassete, pelas catorze horas, na respetiva sede social sita na Quinta das Cegonhas, em Santarém, pertencente à atual união de freguesias de Marvila, S. Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador e S. Nicolau, concelho de Santarém, reuniu a Assembleia Geral da Sociedade denominada "**LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM**" (doravante abreviadamente designada LT-SRU), com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e N.I.P.C. 509226426, com o capital social estatutário de 463.254,00€ (quatrocentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro euros), com a seguinte ordem do dia:-----

Ponto 1 - Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2016;-

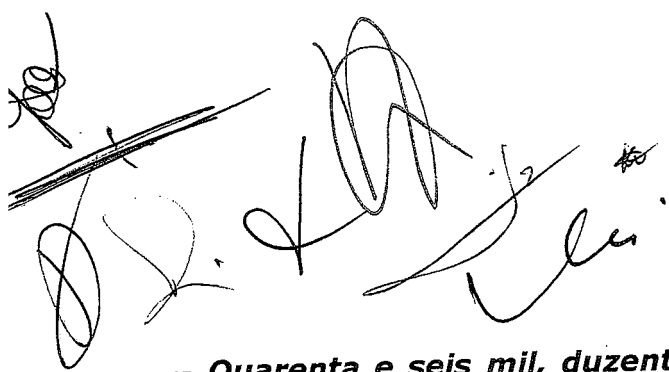
Ponto 2 - Apreciação e aprovação da dissolução com liquidação da sociedade com a partilha de todo o ativo e passivo;-----

Ponto 3 - Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas à data da dissolução, com liquidação.-----

Ponto 4 - Apreciação e aprovação do Mapa de partilha. -----

--- Estavam presentes todos os acionistas detentores da totalidade do capital social, os quais convocados para o efeito concordam em reunir e deliberar, sobre os assuntos constantes da ordem do dia. -----

----- O capital social encontra-se distribuído por ações no valor nominal de um euro cada, que são pertença dos acionistas, da seguinte forma:-----



--- **Quarenta e seis mil, duzentas e oitenta e três** (46.283) **ações**, a que corresponde uma participação social de 9,99%, pertencentes ao **Município de Almeirim**, NIF 501273433, com sede no Edifício dos Paços dos Concelho, Rua 5 de Outubro, em Almeirim, aqui devidamente representado pelo seu presidente, **Pedro Miguel César Ribeiro**, natural da freguesia de Almeirim, concelho de Almeirim, NIF 216495652, solteiro, maior, residente na Rua Infante D. Henrique, número 13, em Almeirim, portador do Cartão do Cidadão número 10378256 7ZY0, válido até 10/11/2018 emitido pela República Portuguesa. -----

--- **Vinte e três mil, quatrocentas e oitenta e uma** (23.481) **ações**, a que corresponde uma participação social de 5,07%, pertencentes ao **Município de Alpiarça**, NIF 501133097, com sede no Edifício dos Paços dos Concelho, Rua José Relvas, 374, em Alpiarça, aqui devidamente representado pelo seu presidente, **Mário Fernando Atracado Pereira**, natural da freguesia de Marvila, concelho de Santarém, NIF 126737070, casado, residente na Rua Conselheiro Figueiredo Leal, número 13, 3º. D, em Alpiarça, portador do Cartão do Cidadão número 8595391 1ZY2, válido até 15/07/2020 emitido pela República Portuguesa. -----

--- **Quarenta e duas mil, novecentas e setenta e nove** (42.979) **ações**, a que corresponde uma participação social de 9,28%, pertencentes ao **Município de Azambuja**, NIF 506821480, com sede no Edifício dos Paços dos Concelho, na Praça do Município, 19, em Azambuja, aqui devidamente representado pelo seu presidente, **Luís Manuel Abreu de Sousa**, natural da freguesia de Alcoentre, concelho de Azambuja, NIF 121024369, casado,

ACTAS

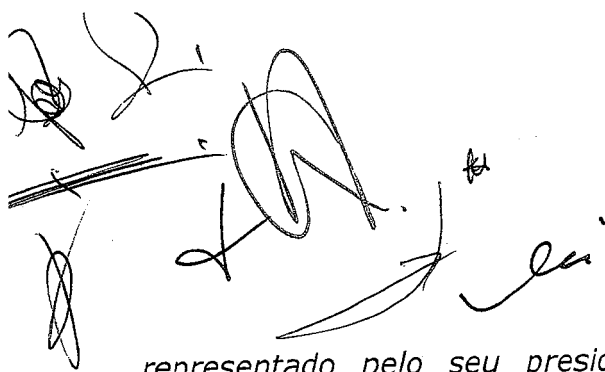
Folha 35

residente na Rua D. João I, nº. 13, em Alcoentre, portador do Cartão do Cidadão número 02205712 9ZZ7, válido até 24/08/2020. -----

--- **Quarenta e três mil, oitocentas e nove (43.809) ações**, a que corresponde uma participação social de 9,46%, pertencentes ao **Município do Cartaxo**, NIF 506780902, com sede no Edifício dos Paços dos Município, no Cartaxo, aqui devidamente representado pelo seu presidente, **Pedro Miguel Magalhães Ribeiro**, natural de Verneuil-Sur-Avre(eure), região dwe Verneuil-Sur-Avre(eure), França, NIF 182954293, divorciado, residente na Rua Aida Cunha, s/n, 3º. C, Edifício Bocage, no Cartaxo, portador do Cartão do Cidadão número 10090713 0ZY3, válido até 11/12/2018 emitido pela República Portuguesa. -----

--- **Quarenta e sete mil, duzentas e setenta e nove (47.279) ações**, a que corresponde uma participação social de 10,21%, pertencentes ao **Município de Chamusca**, NIF 501305564, com sede no Edifício dos Paços do Município, em Chamusca, aqui devidamente representado pelo seu presidente, **Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado**, natural da freguesia de Chamusca, concelho de Chamusca, NIF 207250413, casado, residente na Rua Direita de São Pedro, número 229, 2º. Esquerdo, na Chamusca, portador do Cartão do Cidadão número 10594530 7ZX2, válido até 05/10/2019 emitido pela República Portuguesa. -----

--- **Setenta e duas mil, oitocentas e noventa (72.890) ações**, a que corresponde uma participação social de 15,73%, pertencentes ao **Município de Coruche**, NIF 506722422, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, na Praça da Liberdade, em Coruche, aqui devidamente



representado pelo seu presidente, **Francisco Silvestre de Oliveira**, natural da união de freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, concelho de Coruche, NIF 156895943, casado, residente na Urbanização Casas do Planalto, número 83, em Coruche, portador do Cartão do Cidadão número 07418451 2ZZ1, válido até 19/02/2020 emitido pela República Portuguesa.-

--- **Vinte e uma mil, cento e cinquenta e três (21.153) ações**, a que corresponde uma participação social de 4,57%, pertencentes ao **Município de Golegã**, NIF 506563774, com sede no Edifício dos Paços dos Município, na Golegã, aqui devidamente representado pelo seu presidente, **Rui Manuel Lince Singéis Medinas Duarte**, natural da freguesia de Golegã, concelho de Golegã, NIF 185656749, casado, residente na Rua Frederico Bonacho dos Anjos, número 55, na Golegã, portador do Cartão do Cidadão número 08554845 6ZY0, válido até 28/07/2018 emitido pela República Portuguesa.-----

--- **Quarenta e oito mil, novecentas e dez (48.910) ações**, a que corresponde uma participação social de 10,56%, pertencentes ao **Município de Rio Maior**, NIF 505656000, com sede no Edifício dos Paços dos Município, em Rio Maior, aqui devidamente representado pela sua presidente, **Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais**, natural da freguesia de Rio Maior, concelho de Rio Maior, NIF 189396288, viúva, residente na Avenida Paulo VI, nº. 42, 1º. Direito, em Rio Maior, portadora do Cartão do Cidadão número 07385337 2ZZ2, válido até 20/10/2019 emitido pela República Portuguesa.-----

ACTAS

Folha 36

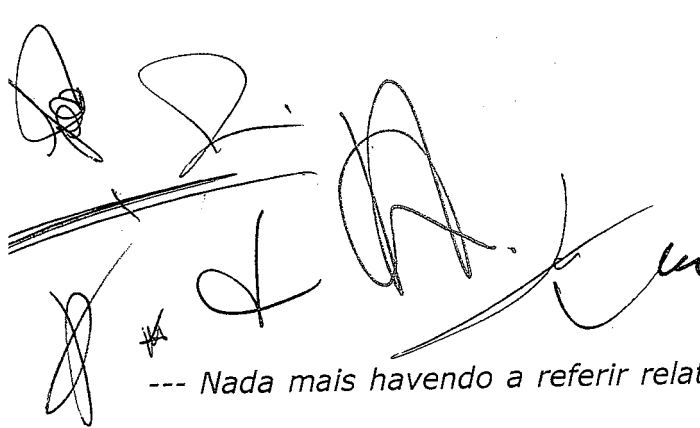
--- **Cento e dezasseis mil, quatrocentas e setenta** (116.470) **ações**, a que corresponde uma participação social de 25,14%, pertencentes ao **Município de Santarém**, NIF 505941350, com sede no Edifício dos Paços do Município, na Praça do Município, em Santarém, aqui devidamente representado pelo seu presidente, **Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves**, natural da freguesia de Marvila, concelho de Santarém, NIF 212981323, casado, residente na Rua Cidade de Lisboa, nº. 9, 5º, direito, em Santarém, portador do Cartão do Cidadão número 10491973 6ZY5, válido até 24/11/2019, emitido pela República Portuguesa. -----

--- Presidiu à sessão da Assembleia Geral, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral que deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos, dando início aos trabalhos, passando a ser analisados pela ordem indicada.-----

Ponto 1 – Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2016.-----

Usou da palavra, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, o qual fez uma sucinta apresentação dos documentos de prestação de contas da empresa referentes ao exercício de 2016, informando a Assembleia Geral da sua aprovação, em reunião do Conselho de Administração, realizada no passado dia 26 de janeiro de 2017.-----

---Terminada a intervenção e posto à votação o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2016, foi este aprovado por unanimidade.-----



--- Nada mais havendo a referir relativamente a esta matéria, e não tendo qualquer um dos presentes intenção de efetuar intervenção adicional, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto 2 – Apreciação e aprovação da dissolução com liquidação da sociedade com a partilha de todo o ativo e passivo.-----

O Presidente do Conselho de Administração pediu a palavra, indicando que a sociedade desde a sua constituição desempenhou um papel relevante no âmbito da satisfação de necessidades coletivas da população dos Municípios, nomeadamente ao nível das atividades de programação e reabilitação urbana, sendo evidente, que a sua ação em prol dos interesses dos munícipes foi positiva e real e de acordo com o interesse público, cumprindo deste modo o objeto social a que se propôs. -----

--- Em Fevereiro de 2015, a LT- SRU concluiu os programas estratégicos para as áreas de reabilitação urbana (ARU's) dos Municípios. -----

----- Face à conjuntura económica existente, e por não se verificar uma dinâmica suficiente para garantir a viabilidade económica e financeira do seu desenvolvimento, as atividades que a LT-SRU vinha desenvolvendo, em conformidade com o seu objeto social, foram delegadas pelos Municípios na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) mediante Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 1 de Julho de 2015, que determinou a descontinuidade da atividade da LT-SRU. -----

--- O n.º 1 do artigo 62.º do DL 50/2012, de 31 de Agosto Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RAJEL) determina que "as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de

ACTAS

Folha 37

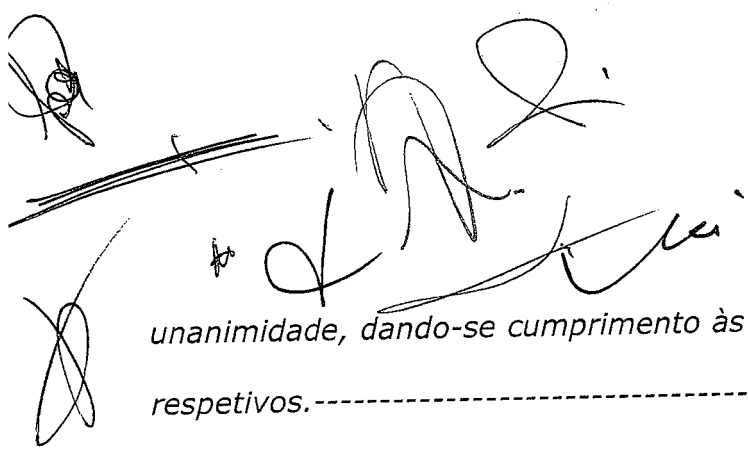
dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 /prct. das suas receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo."

Durante o triénio 2012-2014, as vendas e prestações de serviços realizados pela LT-SRU não cobriram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos serviços, preenchendo assim o requisito previsto na alínea a) do nº.1 do artigo 62º do RJAEL, pelo que deverá obrigatoriamente ser objeto de deliberação de dissolução.-----

--- Face ao exposto, foi proposto à presente Assembleia que a Sociedade LT-SRU fosse dissolvida com liquidação e partilha do ativo e passivo existente.-----

--- Colocada à votação a proposta de dissolução da sociedade com liquidação e partilha do ativo e passivo existente, foi a mesma aprovada por



unanimidade, dando-se cumprimento às deliberações dos órgãos municipais
respetivos.-----

**Ponto 3 – Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas à
data da dissolução, com liquidação.-----**

--- Foi apresentado o relatório de gestão e contas à data da dissolução com
liquidação.-----

--- Foram exibidos os relatórios de avaliação de todos os imóveis,
elaborados pelo ROC à data das respetivas entradas em espécie. -----

-- Após a análise pormenorizada de todos os documentos, a sociedade
apresenta:-----

- Um passivo por liquidar no montante de 233.834,00€ (duzentos e trinta e
três mil, oitocentos e trinta e quatro euros) para com os acionistas abaixo
identificados, originados pela entrega de imóveis (avaliados por ROC) de
valor superior ao valor correspondente de capital social realizado em
espécie, a saber: -----

- Ao Município de Alpiarça, um valor de 35.215,00€ (trinta e cinco mil,
duzentos e quinze euros);-----

- Ao Município de Azambuja, um valor de 15.617,00€ (quinze mil,
seiscentos e dezassete euros);-----

- Ao Município do Cartaxo, um valor de 953,00€ (novecentos e cinquenta e
três euros);-----

- Ao Município da Chamusca, um valor de 178.177,00€ (cento e setenta e
oito mil, cento e setenta e sete euros); e -----

ACTAS

Folha 38

- Ao Município de Rio Maior, um valor de 3.872,00€ (três mil, oitocentos e setenta e dois euros); -----

- Um ativo no montante de 627.627,75€ (seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e sete euros e setenta e cinco centímetros), que assenta em: -----

- Sete bens imóveis com o valor global de 524.000,00€ (quinhentos e vinte e quatro mil euros) que são pertença da sociedade, reflexo de entradas em espécie na subscrição de capital por alguns dos acionistas, a seguir descritos:-----

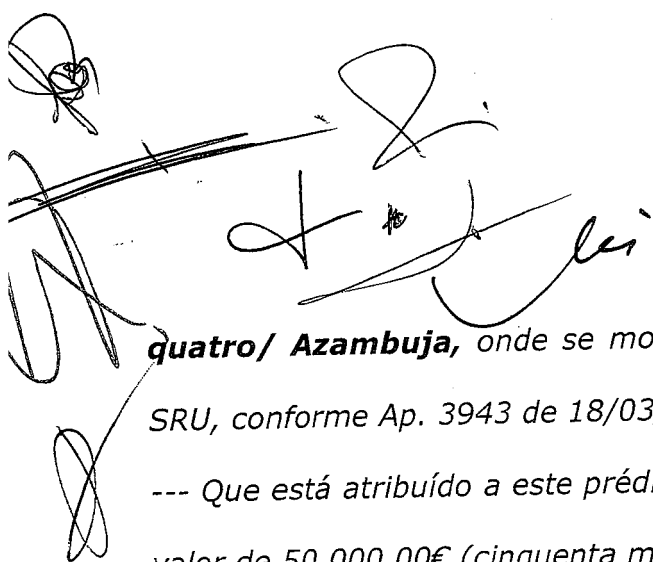
-----Verba Um -----

--- Prédio Urbano, sito na Rua António da Silva Patrício (Travessa), na freguesia e concelho de Alpiarça, composto de casa de rés-do-chão destinada a habitação e quintal, inscrito na matriz sob o **artigo 7170**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o número **oito mil cento e noventa e dois/ Alpiarça**, onde se mostra registada a aquisição a favor da LT-SRU, conforme Ap. 3931 de 18/03/2011. -----

--- Que está atribuído a este prédio, de acordo com a avaliação do ROC, um valor de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros). -----

-----Verba Dois -----

--- Prédio Urbano, sito na Rua Dr. Jaime da Mota, número 14, na freguesia e concelho de Azambuja, composto de casa de rés-do-chão destinada a habitação, inscrito na matriz sob o **artigo 514**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número **duzentos e quarenta e**



quatro/ Azambuja, onde se mostra registada a aquisição a favor da LT-SRU, conforme Ap. 3943 de 18/03/2011. -----

--- Que está atribuído a este prédio, de acordo com a avaliação do ROC, um valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros). -----

-----Verba Três -----

--- Prédio Urbano, sito na Rua Serpa Pinto, na união de freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, concelho do Cartaxo, composto de terreno destinado a construção, inscrito na matriz sob o **artigo 4054**, que provém do artigo 5743 da extinta freguesia do Cartaxo, descrito na Conservatória do Registo Predial do Cartaxo sob o número **quatro mil cento e trinta/ Cartaxo**, onde se mostra registada a aquisição a favor da LT-SRU, conforme Ap. 3950 de 18/03/2011. -----

--- Que está atribuído a este prédio, de acordo com a avaliação do ROC, um valor de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros). -----

-----Verba Quatro -----

--- Prédio Urbano, sito na Rua Anselmo de Andrade, números 61, 63 e 65, na união de freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande, concelho de Chamusca, composto de casa de rés-do-chão destinada a centro de dinamização e divulgação do artesanato Agroflorestal e logradouro, inscrito na matriz sob o **artigo 2064**, que provém do artigo 2527 da extinta freguesia de Chamusca, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chamusca sob o número **novecentos e vinte e três/ Chamusca**, onde se mostra registada a aquisição a favor da LT-SRU, conforme Ap. 3953 de 18/03/2011. -----

ACTAS

Folha 39

--- Que está atribuído a este prédio, de acordo com a avaliação do ROC, um valor de 216.000,00€ (duzentos e dezasseis mil euros). -----

-----Verba Cinco -----

--- Prédio Urbano, sito na Rua Marquês de Rio Maior, na freguesia e concelho de Rio Maior, composto de casa de rés-do-chão destinada a serviços, depósito de água e logradouro, inscrito na matriz sob o **artigo 10669**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o número **oito mil e cinquenta e nove/ Rio Maior**, onde se mostra registada a aquisição a favor da LT-SRU, conforme Ap. 3959 de 18/03/2011. -----

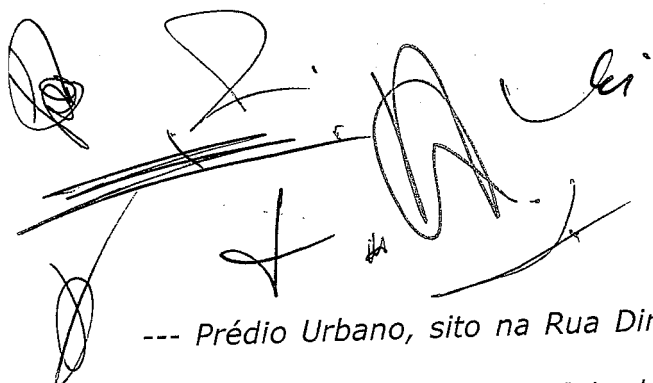
--- Que está atribuído a este prédio, de acordo com a avaliação do ROC, um valor de 43.000,00€ (quarenta e três mil euros). -----

-----Verba Seis -----

--- Prédio Urbano, sito na Rua Tenente Valadim, números 33 a 37, na união de freguesias de Marvila, S. Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador e S. Nicolau, concelho de Santarém, composto de terreno destinado a construção, inscrito na matriz sob o **artigo 4277**, que provém do artigo 3064 da extinta freguesia de Marvila, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santarém sob o número **novecentos e trinta/ Marvila**, onde se mostra registada a aquisição a favor da LT-SRU, conforme Ap. 1224 de 11/02/2010. -----

--- Que está atribuído a este prédio, de acordo com a avaliação do ROC, um valor de 69.000,00€ (sessenta e nove mil euros). -----

-----Verba Sete -----



--- Prédio Urbano, sito na Rua Direita, números 90, 92, 94 e 96, na união de freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, concelho de Coruche, composto de terreno destinado a construção, inscrito na matriz sob o **artigo 8101**, que provém do artigo 16368 da extinta freguesia de Coruche, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coruche sob o número **seis mil e setenta e seis/ Coruche**, onde se mostra registada a aquisição a favor da LT-SRU, conforme Ap. 121 de 18/02/2010. -----

--- Que está atribuído a este prédio, de acordo com a avaliação do ROC, um valor de 56.000,00€ (cinquenta e seis mil euros). -----

- Créditos fiscais de 677,29€ (seiscentos e setenta e sete euros e vinte e nove cêntimos); e-----

- saldo bancário de 102.950,46€ (cento e dois mil, novecentos e cinquenta euros e quarenta e seis cêntimos). -----

--- Colocado à votação o relatório de gestão e contas à data da dissolução com liquidação e partilha do ativo e passivo, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Ponto 4 - Apreciação e aprovação do Mapa de partilha

Relativamente ao Ponto 4 da ordem de trabalhos, foi acordada a partilha, em função dos seguintes considerandos: -----

a) O Município de Almeirim, subscreveu todas as suas ações em numerário, no valor de 46.283,00€ (quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três euros). -----

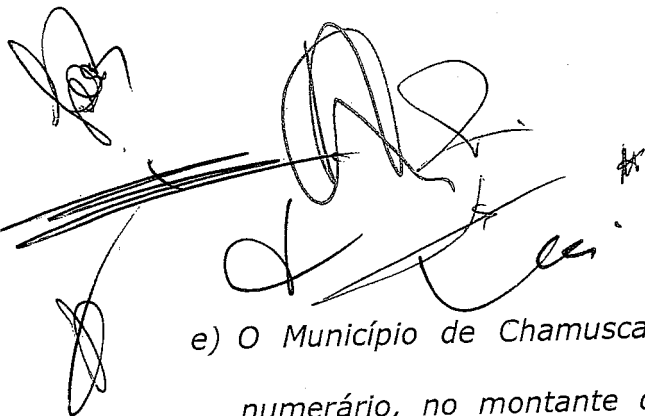
b) O Município de Alpiarça, subscreveu 20% das suas ações em numerário, no montante de 4.696,00€ (quatro mil, seiscentos e

ACTAS

Folha 40

noventa e seis euros), e 80% das ações com uma entrada em espécie, que corresponde ao valor de 18.785,00€ (dezoito mil, setecentos e oitenta e cinco euros), com a entrada do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7170 da freguesia e concelho de Alpiarça, o qual foi devidamente avaliado por ROC, no montante de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros). -----

- c) O Município de Azambuja, subscreveu 20% das suas ações em numerário, no montante de 8.596,00€ (oito mil, quinhentos e noventa e seis euros), e 80% das ações com uma entrada em espécie, que corresponde ao valor de 34.383,00€ (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e três euros), com a entrada do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 514 da freguesia e concelho de Azambuja, o qual foi devidamente avaliado por ROC, no montante de 50.000,00€ (cinquenta mil euros). -----
- d) O Município do Cartaxo, subscreveu 20% das suas ações em numerário, no montante de 8.762,00€ (oito mil, setecentos e sessenta e dois euros), e 80% das ações com uma entrada em espécie, que corresponde ao valor de 35.047,00€ (trinta e cinco mil e quarenta e sete euros), com a entrada do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4054 da união de freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, concelho do Cartaxo, o qual foi devidamente avaliado por ROC, no montante de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros). -----

- 
- e) O Município de Chamusca, subscreveu 20% das suas ações em numerário, no montante de 9.456,00€ (nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros), e 80% das ações com uma entrada em espécie, que corresponde ao valor de 37.823,00€ (trinta e sete mil, oitocentos e vinte e três euros), com a entrada do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2064 da união de freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, concelho da Chamusca, o qual foi devidamente avaliado por ROC, no montante de 216.000,00€ (duzentos e dezasseis mil euros). -----
- f) O Município de Coruche, subscreveu 23,17% das suas ações em numerário, no montante de 16.890,00€ (dezasseis mil, oitocentos e noventa euros), e 76,83% das ações com uma entrada em espécie, que corresponde ao valor de 56.000,00€ (cinquenta e seis mil euros), com a entrada do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 8101 da união de freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, concelho de Coruche, o qual foi devidamente avaliado por ROC, no montante de 56.000,00€ (cinquenta e seis mil euros). -----
- g) O Município de Golegã, subscreveu todas as suas ações em numerário, no valor de 21.153,00€ (vinte e um mil, cento e cinquenta e três euros). -----
- h) O Município de Rio Maior, subscreveu 20,00% das suas ações em numerário, no montante de 9.782,00€ (nove mil, setecentos e oitenta e dois euros), e 80,00% das ações com uma entrada em espécie, que corresponde ao valor de 39.128,00€ (trinta e nove mil,

ACTAS

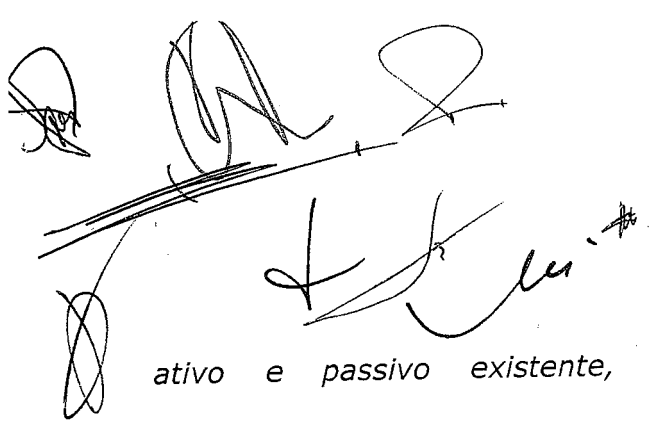
Folha 41

cento e vinte e oito euros), com a entrada do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 10669 da freguesia e concelho de Rio Maior, o qual foi devidamente avaliado por ROC, no montante de 43.000,00€ (quarenta e três mil euros). -----

- i) O Município de Santarém, subscreveu 40,76% das suas ações em numerário, no montante de 47.470,00€ (quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta euros), e 59,24% das ações com uma entrada em espécie, que corresponde ao valor de 69.000,00€ (sessenta e nove mil euros), com a entrada do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4277 da união de freguesias de Marvila, S. Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador e S. Nicolau, concelho de Santarém, o qual foi devidamente avaliado por ROC, no montante de 69.000,00€ (sessenta e nove mil euros). -----

Acordam os presentes, na sequência das deliberações tomadas pelos respetivos órgãos dos Municípios acionistas, em aprovar o mapa de partilha, assegurando o retorno da propriedade dos imóveis aos respetivos acionistas que procederam à sua entrega para efeitos de realização em espécie do capital subscrito, pelo valor considerado na avaliação do ROC aquando da entrega dos mesmos e consequentemente a liquidação do passivo da LT, SRU. -----

---Foi referido ainda, que as percentagens de capital social de cada um dos Municípios, foram arredondadas por defeito ou excesso, consoante os casos, à segunda casa decimal sendo que, os cálculos para efeitos de partilha do



ativo e passivo existente, tiveram por base os valores sem arredondamento. -----

ADJUDICAÇÕES: -----

--- Uma participação social de 9,99%, pertencente ao **Município de Almeirim**, NIF 501273433, ao qual corresponderá um ativo de 62.705,33€ (sessenta e dois mil, setecentos e cinco euros e trinta e três centimos) e um passivo de 23.362,00€ (vinte e três mil, trezentos e sessenta e dois euros), pelo que, terá direito a receber o valor de 39.343,33€ (trinta e nove mil, trezentos e quarenta e três euros e trinta e três centimos).-----

--- Uma participação social de 5,07%, pertencente ao **Município de Alpiarça**, NIF 501133097, ao qual corresponderá um ativo de 31.812,63€ (trinta e um mil, oitocentos e doze euros e sessenta e três centimos) e um passivo de 11.852,37€ (onze mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e trinta e sete centimos), pelo que, terá direito a receber o valor de 19.960,26€ (dezanove mil, novecentos e sessenta euros e vinte e seis centimos), o qual é preenchido com o recebimento da Verba 1 com o valor atribuído de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros) e o valor em numerário de 1.175,26€ (mil, cento e setenta e cinco euros e vinte e seis centimos), pelo que leva a mais em relação à sua quota ideal o valor de 35.215,00€ (trinta e cinco mil, duzentos e quinze euros), que pagará aos acionistas.-----

--- Uma participação social de 9,28%, pertencente ao **Município de Azambuja**, NIF 506821480, ao qual corresponderá um ativo de 58.228,99€ (cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e oito euros e noventa e nove

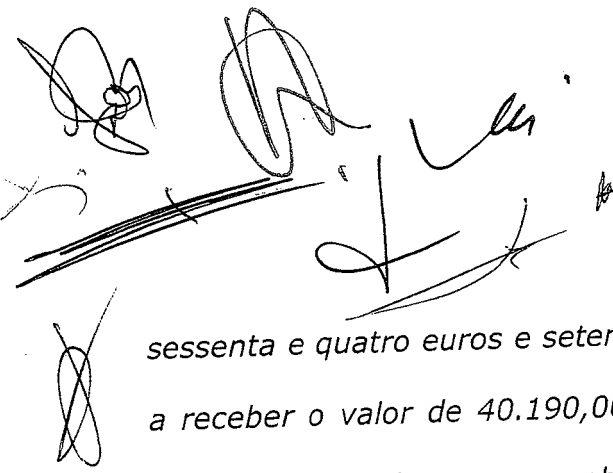
ACTAS

Folha 42

cêntimos) e um passivo de 21.694,26€ (vinte e um mil, seiscentos e noventa e quatro euros e vinte e seis cêntimos), pelo que, terá direito a receber o valor de 36.534,73€ (trinta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro euros e setenta e três cêntimos) o qual é preenchido com o recebimento da Verba 2 com o valor atribuído de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e o valor em numerário de 2.151,73€ (dois mil, cento e cinquenta e um euros e setenta e três cêntimos), pelo que leva a mais em relação à sua quota ideal o valor de 15.617,00€ (quinze mil, seiscentos e dezassete euros), que pagará aos acionistas.-----

--- Uma participação social de 9,46%, pertencente ao **Município do Cartaxo**, NIF 506780902, ao qual corresponderá um ativo de 59.353,50€ (cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos) e um passivo de 22.113,21€ (vinte e dois mil, cento e treze euros e vinte e um cêntimos), pelo que, terá direito a receber o valor de 37.240,29€ (trinta e sete mil, duzentos e quarenta euros e vinte e nove cêntimos) o qual é preenchido com o recebimento da Verba 3 com o valor atribuído de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros) e o valor em numerário de 2.193,29€ (dois mil, cento e noventa e três euros e vinte e nove cêntimos), pelo que leva a mais em relação à sua quota ideal o valor de 953,00€ (novecentos e cinquenta e três euros), que pagará aos acionistas. -----

--- Uma participação social de 10,21%, pertencente ao **Município de Chamusca**, NIF 501305564, ao qual corresponderá um ativo de 64.054,74€ (sessenta e quatro mil e cinquenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos) e um passivo de 23.864,74€ (vinte e três mil, oitocentos e



sessenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos), pelo que, terá direito a receber o valor de 40.190,00€ (quarenta mil, cento e noventa euros) o qual é preenchido com o recebimento da Verba 4 com o valor atribuído de 216.000,00€ (duzentos e dezasseis mil euros) e o valor em numerário de 2.367,00€ (dois mil, trezentos e sessenta e sete euros), pelo que leva a mais em relação à sua quota ideal o valor de 178.177,00€ (cento e setenta e oito mil, cento e setenta e sete euros), que pagará aos acionistas.-----

--- Uma participação social de 15,73%, pertencente ao **Município de Coruche**, NIF 506722422, ao qual corresponderá um ativo de 98.753,14€ (noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e três euros e catorze cêntimos) e um passivo de 36.792,26€ (trinta e seis mil, setecentos e noventa e dois euros e vinte e seis cêntimos), pelo que, terá direito a receber o valor de 61.960,88€ (sessenta e um mil, novecentos e sessenta euros e oitenta e oito cêntimos), o qual é preenchido com o recebimento da Verba 7 com o valor atribuído de 56.000,00€ (cinquenta e seis mil euros) e o valor em numerário de 5.960,88€ (cinco mil, novecentos e sessenta euros e oitenta e oito cêntimos).-----

--- Uma participação social de 4,57%, pertencente ao **Município de Golegã**, NIF 506563774, ao qual corresponderá um ativo de 28.658,60€ (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e sessenta cêntimos) e um passivo de 10.677,28€ (dez mil, seiscentos e setenta e sete euros e vinte e oito cêntimos), pelo que, terá direito a receber o valor de 17.981,32€ (dezassete mil, novecentos e oitenta e um euros e trinta e dois cêntimos). -----

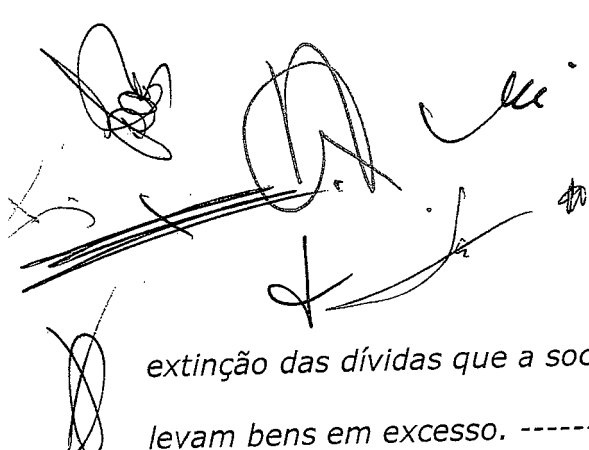
ACTAS

Folha 43

--- Uma participação social de 10,56%, pertencente ao **Município de Rio Maior**, NIF 505656000, ao qual corresponderá um ativo de 66.264,45€ (sessenta e seis mil, duzentos e sessenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos) e um passivo de 24.688,01€ (vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito euros e um cêntimo), pelo que, terá direito a receber o valor de 41.576,44€ (quarenta e um mil, quinhentos e setenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos), o qual é preenchido com o recebimento da Verba 5 com o valor atribuído de 43.000,00€ (quarenta e três mil euros) e o valor em numerário de 2.448,44€ (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos), pelo que leva a mais em relação à sua quota ideal o valor de 3.872,00€ (três mil, oitocentos e setenta e dois euros), que pagará aos acionistas.-----

--- Uma participação social de 25,14%, pertencente ao **Município de Santarém**, NIF 505941350, ao qual corresponderá um ativo de 157.796,38€ (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e seis euros e trinta e oito cêntimos) e um passivo de 58.789,88€ (cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos), pelo que, terá direito a receber o valor de 99.006,50€ (noventa e nove mil e seis euros e cinquenta cêntimos), o qual é preenchido com o recebimento da Verba 6 com o valor atribuído de 69.000,00€ (sessenta e nove mil euros) e o valor em numerário de 30.006,50€ (trinta mil e seis euros e cinquenta cêntimos).-----

Que os Municípios acionistas credores de tornas prescindem do recebimento das mesmas, uma vez que o correspondente montante é compensado pela



extinção das dívidas que a sociedade tinha para cada um dos Municípios que
levam bens em excesso. -----

Adicionalmente, os acionistas deliberam reter à ordem do representante
legal para efeitos tributários conforme infra indicado, o valor de 23.190,95€
(vinte e três mil, cento e noventa euros e noventa e cinco cêntimos), para
fazer face ao processo seguinte: -----

- Processo n.º 805/16.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo
e Fiscal de Leiria, Unidade Orgânica 2, em que a LT-SRU é Recorrente no
âmbito de Recurso de Contraordenação.-----

O valor de 23.190,95€ (vinte e três mil, cento e noventa euros e noventa e
cinco cêntimos) indicado supra, traduz-se no somatório dos montantes
seguintes, correspondentes à parte proporcional das participações sociais de
cada uma das Municípios que participam no capital social da LT-SRU, a
saber:-----

- Ao Município de Almeirim, um valor de 2.316,93€ (dois mil, trezentos e
dezassexes euros e noventa e três cêntimos);-----

- Ao Município de Alpiarça, um valor de 1.175,26€ (mil, cento e setenta e
cinco euros e vinte e seis cêntimos);-----

- Ao Município de Azambuja, um valor de 2.151,73€ (dois mil, cento e
cinquenta e um euros e setenta e três cêntimos);-----

- Ao Município do Cartaxo, um valor de 2.193,29€ (dois mil, cento e
noventa e três euros e vinte e nove cêntimos);-----

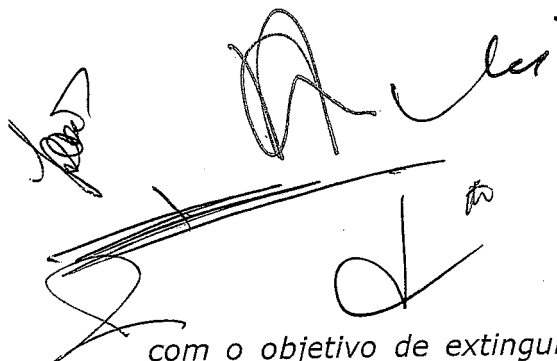
- Ao Município de Chamusca, um valor de 2.367,00€ (dois mil, trezentos e
sessenta e sete euros);-----

ACTAS

Folha 44

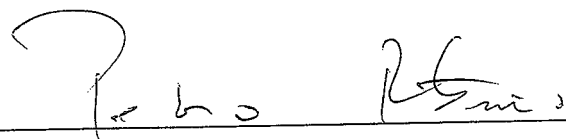
- Ao Município de Coruche, um valor de 3.648,88€ (três mil, seiscentos e quarenta e oito euros e oitenta e oito centimos);-----
- Ao Município de Golegã, um valor de 1.058,92€ (mil e cinquenta e oito euros e noventa e dois centimos);-----
- Ao Município de Rio Maior, um valor de 2.448,44€ (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e quarenta e quatro centimos); e -----
- Ao Município de Santarém, um valor de 5.830,50€ (cinco mil, oitocentos e trinta euros e cinquenta centimos). -----

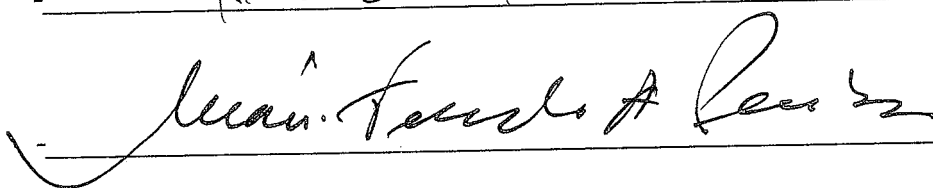
--- É igualmente acordado pelos presentes que o Administrador, **Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves**, natural da freguesia de Marvila, concelho de Santarém, NIF 212981323, casado, residente na Rua Cidade de Lisboa, nº. 9, 5º, direito, em Santarém, portador do Cartão do Cidadão número 10491973 6ZY5, válido até 24/11/2019, será o representante legal para efeitos tributários e demais atos, o qual fica encarregue, nomeadamente, de proceder aos respetivos atos de registo comercial, escolhendo o procedimento administrativo de extinção imediata da sociedade, sendo-lhe igualmente conferidos os poderes necessários, em conjunto com o Administrador **Luís Manuel Abreu de Sousa**, natural da freguesia de Alcoentre, concelho de Azambuja, NIF 121024369, casado, residente na Rua D. João I, nº. 13, em Alcoentre, portador do Cartão do Cidadão número 02205712 9ZZ7, válido até 24/08/2020, para realizar todas as transações bancárias, podendo proceder a depósitos e levantamentos de títulos ou valores de qualquer montante, requisitar, emitir, endossar, assinar e sacar cheques de qualquer montante "à ordem" ou "não à ordem", "cruzados",

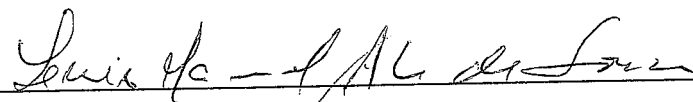

com o objetivo de extinguir o processo judicial atrás referido, realizar os créditos fiscais, liquidar eventuais despesas associadas a essas operações bem como à manutenção da conta bancária, distribuir o saldo remanescente pelos acionistas, e bem assim encerrar contas e praticar quaisquer outros atos de representação, administração ou disposição que de modo geral se mostrem necessários e se julguem adequados à prossecução dos fins acima discriminados.-----

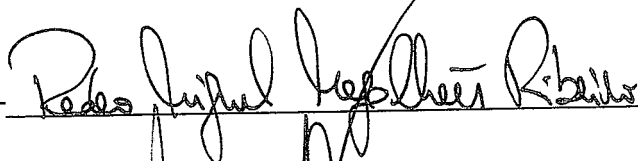
-----Relativamente aos livros e demais escrituração comercial da sociedade e documentos, ficarão confiados à guarda da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), sita na Quinta das Cegonhas, em Santarém. -----

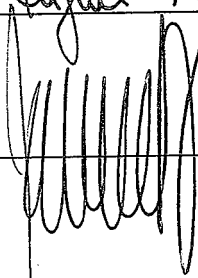
-----E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, dela exarada a presente ata que após de lida e aprovada foi assinada por todos os acionistas.-----

- 

- 

- 

- 

- 

ACTAS

Folha 45

~~Quinta~~

~~Handwritten signature~~

RICARDO GONÇALVES



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Alpiarça** (a Entidade), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2017 (que evidencia um total de 40.715.867 euros e um total de fundos próprios de 23.875.330 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 990.341 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Alpiarça em 31/12/2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com Reservas

As contas da Agroalpiarça incluída no perímetro da consolidação, não foram objeto de Certificação Legal de Contas, o que limitou a nossa análise.

Deveriam ser criadas, pelo Município, conforme referido no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, provisões para riscos e encargos num total de 400.000 euros.

No resto, a nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo “Bases para a opinião com Reservas”, temos a referir que o Município está em desequilíbrio orçamental.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POICAL.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 22 de junho de 2018

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620



CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
CERTIDÃO

---Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções na Câmara Municipal de Alpiarça-----

---Certifica, conforme minuta da ata da Reunião da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia vinte e cinco de Junho de dois mil e dezoito, que consta uma deliberação com o seguinte teor:-----

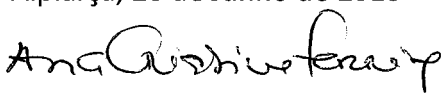
Ponto 6 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Ano de 2017.-----
Município de Alpiarça.-----

Deliberação: Aprovado por maioria com três votos a favor CDU e duas abstenções do PS.-----

Remeter à Assembleia Municipal -----

---Por ser verdade, se passa a presente certidão que assino e faço autenticar com selo branco em uso neste Município.-----

-----Alpiarça, 26 de Junho de 2018 -----


A Assistente Técnica Administrativa

Ana Cristina Lima Ferreira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Assembleia Municipal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

F. [unclear]

J. [unclear]

g. [unclear]

HS. [unclear]

U. [unclear]

Abel F.P.

João Osório

Adelfo

Amabels

Armando

Carla H.

Cellário

Flávia Gama

Fernanda G.

Ana Rita

Fernanda
Carvalho

Assinaturas